

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ROGÉRIA FERNANDES DO NASCIMENTO

HOMO/TRANSEXUALIDADES E FAMÍLIA

**UMA ANÁLISE A PARTIR DO 1º “GRUPO DE PAIS DE HOMOSSEXUAIS” DO
MUNICÍPIO DE SOROCABA**

**Sorocaba
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ROGÉRIA FERNANDES DO NASCIMENTO

**HOMO/TRANSEXUALIDADES E FAMÍLIA
UMA ANÁLISE A PARTIR DO 1º “GRUPO DE PAIS DE HOMOSSEXUAIS” DO
MUNICÍPIO DE SOROCABA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof. Dr. Marcos R. Vieira Garcia

**Sorocaba
2015**

Nascimento, Rogéria Fernandes.

Homo/transsexualidades e família: uma análise a partir do 1º “Grupo de Pais de Homossexuais” do município de Sorocaba/ Rogéria Fernandes do Nascimento. – 2015.

126 f. : 30 cm

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba 2015.

Orientador: Marcos Roberto Vieira Garcia

Banca examinadora: Regina Facchini; Viviane Melo de Mendonça

Bibliografia

1. Homo/transsexualidades. 2. Família. 3. Ajuda mútua. I. Orientador. II. Sorocaba-Universidade Federal de São Carlos. III. Título

ROGÉRIA FERNANDES DO NASCIMENTO

Homo/transexualidades e família
Uma análise a partir do 1º “Grupo de Pais de Homossexuais” do
município de Sorocaba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, para obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração – Educação, Comunidade e Movimentos Sociais. Universidade Federal de São Carlos/Sorocaba. Sorocaba, 06 de Novembro de 2015.

Orientador:

Prof. Dr. Marcos R. Vieira Garcia
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar - Campus Sorocaba

Examinadoras:

Profª Drª Regina Facchini
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Profª Drª Viviane Melo de Mendonça
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar - Campus Sorocaba

**Ao amor,
livre de qualquer preconceito...**

O que o homem faz é o que ele cria. O que ele cria são os gestos de quando o coração e o conhecimento geram os saberes de sua condição de pessoa em busca da construção de sua liberdade. Aquilo que passo a passo ele escreve, quando pensa e inscreve, quando age sobre e transforma a sua experiência; a experiência cotidiana, dentro e através da qual as redes e teias de pessoas, que a assumem como uma criação responsável e solidária, constroem e pensam os termos de sua própria história. (BRANDÃO, 2007, p. 60)

AGRADECIMENTOS

Por mais uma etapa vencida; uma experiência rica, desafiadora e apaixonadamente envolvente. Manifestar minha gratidão nessa trajetória feita a muitas mãos torna-se um ato marcante mais que necessário, é reconhecer a importância da participação generosa e de cada contribuição dada no processo de elaboração de um conhecimento que é, agora, apresentado nesta dissertação.

Registre-se aqui a minha eterna gratidão...

À UFSCar Sorocaba que me acolheu e proporcionou as condições ideais para a realização da pesquisa. Sinto-me honrada e privilegiada por tornar-me mestra em educação por esta renomada instituição.

Ao professor Marcos Garcia por atender a solicitação de tornar-se, nesse percurso, meu orientador. Sou grata pelas inúmeras leituras feitas, pela confiança, dedicação e paciência, pelo estímulo necessário, por suas orientações e, acima de tudo, pela liberdade da partilha.

A todos os docentes do Programa de Pós Graduação em Educação – PPGEd - da UFSCar Sorocaba, na pessoa do professor Marcos Francisco Martins, por apresentar os paradigmas da pesquisa educacional e da produção de um conhecimento comprometido com uma educação democrática.

Aos professores e professoras da Linha de Pesquisa “Educação, Comunidade e Movimentos Sociais”, especialmente às professoras Dulcinéia de Fátima Ferreira por me seduzir e por fortalecer as experiências emancipatórias e às professoras Maria Carla Corrochano e Kelen Christina Leite pela possibilidade do debate acerca da teoria, da prática e dos procedimentos de pesquisa.

Ao grupo de estudos e pesquisas sobre Feminismos, Sexualidade e Política - SexPol - pelo fomento à discussão acerca da temática que compõe essa pesquisa, pela contribuição no desmontar as certezas e na construção de novos saberes.

Às professoras Viviane Melo de Mendonça e Regina Facchini. À Vivi, que acompanhou de perto a construção deste trabalho, com sua presença marcante nas aulas, no grupo de estudos, pela abertura, pela disponibilidade na leitura atenta, generosa e por seus apontamentos diligentes e - à Regina, pelo acolhimento, por se colocar na “cozinha” dessa pesquisa e pelo desafio lançado, com suas indicações

enriquecedoras de leituras outras e olhares múltiplos que ampliaram a possibilidade do fazer... Caríssimas, suas contribuições na Banca de Qualificação foram preciosas e marcaram de modo indelével os contornos finais dados a este árduo e prazeroso trabalho.

À amiga e mestra Solange Aparecida Silva Brito ou simplesmente Sol, que ilumina meus dias com seu empenho, dedicação e afeto e por me enredar no desejo de respirar os ares acadêmicos.

Aos amigos e colegas de profissão, em especial Cláudia Milaré de Toledo Luviso, Luiz Fábio Santos, Daniela de Ávila Pereira Lourenço que partilharam a labuta; aos amigos feitos na universidade, que tornaram os dias mais leves e divertidos mesmo com a insistência nos assuntos acadêmicos: nas aulas, nas caronas ou nos bares. A tantas outras pessoas que se fazem aqui presentes com suas indicações, sugestões e contribuições que muito colaboraram na execução deste trabalho.

À minha mãe, aos meus irmãos e companheiro, que estiveram ao meu lado durante a jornada, pela compreensão, apoio e incentivo.

Ao meu pai (*in memoriam*) por nortear o meu viver e poder recordar seus ensinamentos e palavras sábias que já não ouço mais, mas que continuam a ecoar fortemente em mim e inspiram minha convicção de fazer o necessário e o agradável.

Aos meus filhos e filhas: Biatriz, Bruno, Vitor Hugo e Camilla por terem tornado possível ser quem sou, minhas razões maiores para uma busca incansável pela construção de um mundo melhor e por estarem agora, cada um, construindo o seu próprio ser, motivo pelo qual sinto uma alegria imensa e um orgulho inenarrável. Para vocês, qualquer demonstração de gratidão e afeto seria pequena diante da grandeza com que acolheram as inúmeras necessidades e ausências que se fizeram sentir para que este estudo pudesse ser realizado.

E, finalmente, aos membros do GPH Sorocaba pela abertura e receptividade à realização desta pesquisa e aos pais e mães de LGBTs, protagonistas e co-autores desta dissertação, serei para sempre grata.

RESUMO

Nascimento, Rogéria Fernandes. Homo/transexualidades e família: uma análise a partir do 1º “grupo de pais de homossexuais” do município de Sorocaba. Sorocaba, 2015, 126p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos/UFSCar – Campus Sorocaba.

A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação *Strictu Sensu* da UFSCar - Sorocaba e se iniciou com a participação em um grupo de pais de homo/transexuais que realizava encontros de ajuda mútua para o combate à homofobia no contexto familiar, o GPH, que se estabeleceu como política pública em Sorocaba-SP a partir de abril de 2013. Buscou-se investigar quais são os limites e as possibilidades que se estabelecem nesse espaço no combate à homofobia por meio da apresentação e análise das categorias e convenções sociais que emergem nesse espaço. A partir do campo teórico dos estudos de gênero e sexualidade de matriz pós-estruturalista, procurou-se investigar as relações entre famílias e homo/transexualidades, em especial as trajetórias vividas por pais e mães com o objetivo de compreender e integrar seus filhos e filhas. Por investigar e apreender esse espaço de relações, um processo que não pode ser reduzido à operacionalização de variáveis, esta é uma pesquisa de cunho qualitativo. O trabalho metodológico ocorreu a partir de pesquisa bibliográfica documental e de campo com a utilização dos seguintes procedimentos: análise documental, entrevista, com prioridade para a observação participante e a análise qualitativa dos discursos, na perspectiva de acontecimentos discursivos que se efetivam no âmbito da materialidade. Pode-se identificar como elementos dificultadores dessa trajetória a herança dos discursos binários – homem/mulher, feminino/masculino, hetero/homo – produzidos e reproduzidos cotidianamente tanto em discursos de cunho homofóbico quanto naqueles que, de alguma forma, são favoráveis à diversidade de gênero e orientação sexual. Considerou-se que as dificuldades sentidas e supostamente enfrentadas por pais e mães do GPH e as categorias e convenções sociais mobilizadas nas trajetórias estariam atreladas às diferenças construídas – social e culturalmente - traduzidas em relações de poder que hierarquizam o sexo e tornam inferior todas as formas que não correspondem à linearidade sexo- gênero- desejo e prática sexual. A implementação e participação no GPH Sorocaba mostrou não apenas a força exercida pela heteronormatividade, mas também que as diferentes formas fugidias de ser e viver os gêneros e as sexualidades, de modo geral, não são aceitas, mas sim toleradas. Isso evidencia que não há total desprendimento das convenções sociais nesse espaço. Ao mesmo tempo, a atribuição de novos sentidos e o questionamento de “verdades” construídas e que foram por um longo período, naturalizadas e reproduzidas por esses pais e mães de LGBTs, mostram que políticas públicas voltadas ao enfrentamento da homofobia, no contexto familiar, podem ter um papel importante para mitigá-la.

Palavras Chaves: 1. Homo/transexualidades; 2. Família; 3. Ajuda mútua.

ABSTRACT

Nascimento, Rogéria Fernandes. Homosexual/transsexuality's family: An analysis from the 1st "group of homosexual parents" at Sorocaba city. Sorocaba, 2015, 126p. Dissertation (Master's degree). Universidade Federal de São Carlos/UFSCar – Campus Sorocaba.

The research is linked with the Education *StrictuSensu* Post-Graduation Program of UFSCar – Sorocaba and started with the participation in a group of homosexual/transgenderparents that used to arrange meetings of mutual help to fight against homophobia in the family context, the GPH, that has been established as a public policy in Sorocaba-SP since April/2013. The investigation was taken to find out the limits and possibilities of this homophobia combat space through the presentation and analysis of categories and social conventions that merge there. From the theoretical field of gender and post-structuralistsexuality, it was sought to investigate the relations between families and homosexual/transgender, particularly the lives of the parents with the objective of comprehending and integrating their children. Because learning and investigating this relationship space is a process that cannot be measured to quantifiable variables, this research is qualitative. The methodological work was accomplished through the bibliographical research of documents and field studies, using the following procedures: documental analysis, interviews, prioritizing the participating observation and speech quantitative analysis in the perspective of events that took place in the maternity. The most difficult elements of this journey is the binary speech inheritance – man/woman, male/female, straight/homo – produced and reproduced daily inside the homophobic speech as in those that in some way are favorable to gender diversity and sexual orientation. The difficulties felt and supposedly faced by the GPH parents and the categories and social conventions mobilized in this journey were considered to be linked to differences built – social and culturally – translated in power relationships that rank gender, rendering inferior all forms that do not correspond to the linearity of sex, gender, desire and sexual practice. The implementation and participation at the GPH Sorocaba shown, not only the strength of heteronormativity, but also that the different fugitive form of being and living the genders and sexualities, generally not accepted but tolerated, highlighting that there is no social convention detachment in this context. At the same time, the attribution of new senses, the questioning of built "truths" that, for a long time, were naturalized and reproduced by these LGBT parents shows that public policies aimed to homophobic confrontation in family context have an important role to mitigate it.

Keywords: 1. Homosexual/transgender; 2. Family; 3. Mutual Help

LISTA DE ABREVIATURAS

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (acquired immunodeficiency syndrome).

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APOGLBT-SOR - Associação da Parada do Orgulho Gay, Lésbica, Bissexuais e Transgêneros de Sorocaba

COAS - Centro de Orientação e Apoio Sorológico

EPH – Escola de Pais de Homossexuais

GLS – Gays, lésbicas e simpatizantes

GPH – Grupo de Pais de Homossexuais

HIV - Human Immunodeficiency Virus (Vírus da Imunodeficiência Humana)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,

LGBT - Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros,

ONG – Organização Não Governamental

PL – Projeto de Lei

PT – Partido dos Trabalhadores

SEDES- Secretaria de Desenvolvimento Social

SESC - Serviço Social do Comércio

UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos

USA - United States of América (Estados Unidos da América)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – (DES)CAMINHOS DA PESQUISA	04
1.1 – Vivências e experiências.....	05
1.2 - De um problema social ao objeto de pesquisa.....	10
1.3 - Percurso metodológico.....	17
1.3.1 – A definição dos objetivos da pesquisa.....	19
1.3.2 – A sistematização dos procedimentos para o trabalho de campo.....	19
CAPÍTULO II – HOMOSSEXUALIDADES, MOVIMENTO LGBT E POLÍTICAS PÚBLICAS EM SOROCABA	26
2.1 – Homossexualidades e movimento LGBT em Sorocaba.....	27
2.2 – Políticas públicas para população LGBT.....	32
2.3 – A implementação de uma política pública no combate à homofobia.....	40
CAPÍTULO III – GRUPO DE PAIS DE HOMOSSEXUAIS: GPH	45
3.1 – O GPH/Sorocaba.....	46
3.2 – Os encontros no GPH/Sorocaba.....	50
3.3 - Caracterização dos participantes assíduos.....	54
CAPÍTULO IV – AS TRAJETÓRIAS DE PAIS E MÃES DE LGBTs NO GPH: CATEGORIAS E CONVENÇÕES EM DISCURSO	58
4.1 – A aceitação como estratégia de superação do sofrimento.....	60
4.2 – Da percepção das homo/transsexualidades ao imperativo de se declarar.....	65
4.3 – Culpa e vergonha frente aos afetos dissidentes.....	69
4.4 – Negociação da visibilidade.....	72

4.5 – Sexualidades estereotipadas.....	78
4.6 - O processo de ressignificação no grupo.....	82
4.6.1 - “Aqui, um ajuda o outro...”	83
4.6.2 - “Acho que... natural nunca vai ser...”	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXOS.....	105

INTRODUÇÃO

Esta dissertação está organizada em três tempos que se complementam. O primeiro descreve a trajetória vivida pela pesquisadora e os (des) caminhos trilhados na realização da pesquisa.

O segundo apresenta o contexto em que acontece a implementação do Grupo de Pais de Homossexuais (GPH) no município de Sorocaba enquanto uma política pública. No terceiro tempo, o trabalho foca a análise dos discursos produzidos por pais e mães que frequentam esse espaço em busca de uma melhor convivência com filhos e filhas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTs)¹ e apresenta as categorias e convenções sociais que emergem nesse espaço.

O embasamento teórico definido que fundamenta o trabalho são os estudos de gênero e sexualidade de matriz pós-estruturalista. As trajetórias de pais e mães que buscam compreender as homo/transexualidades² e os discursos produzidos nesse espaço não ocorrem senão permeados pelas correlações entre os três eixos que constituem a sexualidade: “[...] a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (FOUCAULT, 1998, p.9), ou seja, pelas relações de saber-poder-verdade que constituem tanto os discursos quanto as experiências vividas por pais e mães, filhos e filhas LGBTs em um processo de “[...] correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 1998, p.8).

¹ É uma sigla que designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Em alguns locais no Brasil, o T, que representa a presença de travestis e transexuais no movimento, também diz respeito à transgêneros, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero não se alinha de modo contínuo ao sexo que foi designado no nascimento (crossdressers, drag queens, transformistas, entre outros). (FACCHINI, 2011, p.10)

² O termo “trans” refere-se a todas as pessoas que elegeram uma identidade ou expressão de gênero diferente da atribuída ao nascer, incluindo pessoas transexuais, transgêneros, travestis, cross dressers, não gêneros, multigêneros, de gênero fluído, gênero queer e outras autodenominações relacionadas” (Suess, 2010, p. 29)

As questões e os desafios que surgem no percurso definem a necessidade e os procedimentos da pesquisa que integra pesquisa bibliográfica, documental e de campo, análise documental, entrevista, observação participante e análise qualitativa do discurso.

O primeiro capítulo apresenta a trajetória da pesquisadora por meio do relato de suas vivências e experiências pessoais e profissionais e busca evidenciar a inspiração inicial para a realização deste estudo; anuncia o objeto da pesquisa no contexto social e descreve os objetivos do estudo, que revelam os contornos da pesquisa.

O segundo capítulo busca delinear a cidade de Sorocaba e as políticas públicas LGBTs do município. Desta forma, é realizada uma breve descrição da cidade em que se encontra o GPH, com o objetivo de contextualizar o ambiente e salientar as contingências e divergências presentes nesse cenário.

O GPH Sorocaba é uma política pública instituída pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES)³ articulada a uma organização não governamental (ONG). Os encontros que acontecem com a dinâmica de ajuda mútua e seus participantes são apresentados no terceiro capítulo.

No quarto capítulo, manifestam-se os discursos produzidos. Nele estão descritas as categorias que balizam as trajetórias vividas por pais e mães em busca da compreensão das diferentes formas de expressão de ser e sentir de seus filhos e filhas. Essas trajetórias possibilitariam a extensão dos limites impostos socialmente e a resignificação de “verdades” acerca das diferentes expressões do gênero e da sexualidade, dos afetos, dos desejos, dos amores.

A pesquisa é finalizada com uma síntese da construção feita a partir da crença de que o conhecimento científico e o popular se articulam em um conhecimento novo e transformador. Embora tenha como título a expressão “considerações finais”, essa parte poderia também ser denominada, “novos questionamentos iniciais”, pois, “o processo e os resultados de uma pesquisa

³ A Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDES) promove a prevenção, a inclusão social e a assistência integral às pessoas e famílias que vivem em situação de vulnerabilidade, risco social ou pobreza, garantindo o acesso aos bens e serviços essenciais. Fonte: <<http://www.sorocaba.sp.gov.br/portal/governo-municipal/secretaria-de-desenvolvimento-social>>. Acesso 28.abr.2015

interferem nas práticas sociais, e, de novo, o seu curso levanta a necessidade e o momento da realização de novas investigações”. (BRANDÃO, 2007, p.54)

CAPÍTULO I – (DES)CAMINHOS DA PESQUISA

Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo. (FREIRE, 1996)

A pesquisa que se apresenta está centrada na temática das homo/transsexualidades no contexto familiar a partir da análise do primeiro “Grupo de Pais de Homossexuais” (GPH), no município de Sorocaba. Os saberes e dizeres que compõem esse trabalho são resultados da pesquisa realizada por meio de, entre outros procedimentos, a observação participante nos encontros do GPH, no período de junho de 2014 a setembro de 2015.

O desejo de investigar esse espaço surgiu a partir da convivência mais próxima com as diferentes formas de expressão de afeto e sexualidade no contexto profissional e pessoal e por entender que o espaço privado e privilegiado das famílias é um dos em que ocorre, de modo geral, maior controle por meio das normas⁴ sobre a sexualidade dos sujeitos e se constitui em um importante espaço de relações e convivência.

A heteronormatividade⁵ impõe como exigência social a coerência entre sexo-gênero-desejo e prática sexual e, ao fazer isso, a heterossexualidade deixa de ser uma entre outras formas possíveis de viver a sexualidade e passa a governar os corpos, afetos e desejos. (BUTLER, 2000),

Com a intenção de pesquisar a atuação de movimentos LGBTs com atuação no município de Sorocaba, ao realizar uma pesquisa inicial para conhecer o

⁴ A norma não emana de um único lugar, não é enunciada por um soberano, mas, em vez disso, está em toda parte. Expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos. Daí por que a norma se faz penetrante, daí por que ela é capaz de se naturalizar. (LOURO, 2008, p.22)

⁵ Por heteronormatividade, entende-se a reprodução de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai-mãe-filho(a)(s)). Na esteira das implicações da aludida palavra, tem-se o heterossexismo compulsório, sendo que, por esse último termo, entende-se o imperativo inquestionado e inquestionável por parte de todos os membros da sociedade com o intuito de reforçar ou dar legitimidade às práticas heterossexuais (FOSTER, 2001, p. 19).

campo, a existência de um “Grupo de Pais de Homossexuais”⁶ chamou a atenção. Dos espaços para os quais se inclinavam meus interesses, com o objetivo de pesquisar sobre a temática: movimento LGBT⁷, escola ou família; a área e as questões familiares eram, na verdade, as que mais me moviam, inquietavam e seduziam.

A possibilidade de articular a pesquisa com pais e mães de homo/transsexuais, no contexto de um grupo inicialmente nomeado de “escola”, não me deixou mais dúvidas: era ali que queria estar.

1.1 – Vivências e experiências...

Lancei-me numa aventura imprudente, quando comecei a falar em mim, começa-se; não se acaba mais. (BEAVOUIR, 1961, p.5)

A retomada da minha própria trajetória significa reviver os caminhos percorridos - e outros não - que me fizeram aportar onde estou e ser quem estou sendo neste momento. A escrita permite a sensação de materializar o invisível, de tornar fato o ilimitado, de demarcar espaços finitos. É dar corpo às dores e aos amores que sentimos; é reviver, com o sentido de viver de novo – o novo – num outro ser, pois aquela que aqui escreve já não é, nem pode ser aquela que viveu o que aqui se descreve.

⁶ No estudo sociológico das pessoas estigmatizadas, o interesse está geralmente voltado para o tipo de vida coletiva, quando esta existe, que levam aqueles que pertencem a uma categoria particular. Aqui, certamente, se encontra um catálogo completo dos tipos de formação de grupo e de função de grupo. [...] Essas associações são, quase sempre, o ponto máximo de anos de esforço por parte de pessoas e grupos situados em diversas posições e constituem um objeto de estudo exemplar enquanto movimentos sociais. Existem redes de ajuda mútua, [...] existem comunidades residenciais desenvolvidas, étnicas, raciais ou religiosas, com uma alta concentração de pessoas tribalmente estigmatizadas e (diferentemente de muitas outras formações de grupos entre os estigmatizados) tendo a família, e não o indivíduo, como unidade básica de organização. (GOFFMAN, 1963, p.22/23)

⁷Movimento LGBT: o esforço ao longo da história para obter compreensão e tratamento igual para LGBT. A expressão é usada frequentemente para designar as lutas contra a discriminação, pelos direitos legais. Integram esse movimento as organizações que levam a cabo essas lutas e que defendem, explicitamente, os direitos humanos de homossexuais em todo o mundo. Disponível em <<http://www.abglt.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>>. Acesso 20.out.2013

Assim começo a falar em mim... não nasci assim, tornei-me... filha, mulher, esposa, profissional, mãe, pesquisadora – aprendi a ser, sendo, todos os seres múltiplos que há em mim e que me constituem.

Nasci, cresci, casei. Ao corresponder às expectativas daqueles que comigo conviviam e tendo aprendido a obedecer e saber o meu lugar, embora fugisse dele algumas vezes, aos dezoito anos, em setembro de 1992 casei e em 1994, cursando o terceiro ano do magistério, tornei-me mãe: nascia minha primeira filha, Biatriz.

Concluí o curso em 1995 e passei a me dedicar aos trabalhos domésticos em período integral. Na sequência vieram Bruno Augusto (1996) e Vitor Hugo (1999) e nascida no meu coração Camilla Fernanda⁸ (2000).

Havia em casa dois meninos e duas meninas e “quando se diz “menino/menina”, não se está descrevendo uma situação, mas produzindo masculinidades e feminilidades condicionadas ao órgão genital” (BENTO, 2011, p.551), tendo em vista que,

[...] não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos (LOURO, 2003, p.21)

Essa construção muitas vezes nos leva a questionar e a delimitar escolhas e caminhos. Sendo mulher, o ideal era permanecer com dedicação exclusiva aos trabalhos domésticos e aos filhos ou empenhar-me em uma carreira, tornar-me uma profissional. Após os conflitos entre uma escolha e outra, em 2001, ambas se impuseram.

Com a aprovação em um concurso público para professor na cidade de Votorantim, tem início a minha carreira no magistério e o ingresso na graduação em Pedagogia. Cada vez mais envolvida e seduzida pelas tramas do ser profissional, no final de 2007 prestei um novo concurso para a área de gestão escolar, para os cargos de orientador pedagógico, vice-diretor, diretor de escola e supervisor de ensino no município de Sorocaba (cidade vizinha a Votorantim).

⁸ Camilla é minha sobrinha (filha da minha irmã), que se tornou minha filha não pela necessidade de ter uma mãe, mas pelo amor que nos une.

Em janeiro de 2008 fui nomeada para assumir o cargo de vice-diretora em uma escola que atendia as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos e me deparei pela primeira vez com a forte presença da sexualidade e seu controle quase “invisível” no contexto escolar. Na vivência dessa situação, pude me dar conta de que no período em que lecionei na educação infantil e nas séries iniciais as sexualidades dos discentes não era por mim percebida ou os gêneros problematizados.

De acordo com Louro (2003), “os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar” (p.59) e desconfiar do que é tido como natural para que as várias marcas da presença do poder sejam notadas e questionadas.

Em agosto de 2009, assumi na mesma escola o cargo de diretora. Com a mudança de cargo e experiências novas, aos poucos, pude perceber mais nitidamente que a relação entre educador e educandos, professores, diretores e supervisores – são permeadas por uma hierarquia autoritária⁹. Nas vivências pude sentir que as relações estabelecidas no interior das unidades escolares ultrapassam, em muito, os processos de ensino e aprendizagem, processos pedagógicos que, supostamente, as sustentam.

As relações vão muito além, são humanas, construídas e, portanto, marcadas por relações de poder – de pessoas que trazem em si diferentes marcas do que viveram; que trazem impregnados em seus atos, suas vivências, diferentes conhecimentos e saberes, tendo em vista que “[...] o servidor público não é um ser impessoal, ele está carregado de valores e regras morais próprias, e nem se pode querer que seja diferente”. (SEFFNER, 2011, p.567)

Pude viver e participar da dificuldade em lidar com as diferenças, construídas histórica e socialmente e determinadas por momentos e situações concretas. Não foram poucas às vezes em que me calei, me ausentei ou ainda, pior, reforcei comportamentos e discursos preconceituosos. Junqueira (2009) nos alerta que,

⁹ De acordo com a súmula de atribuições dos cargos da rede municipal de ensino de Sorocaba cabe, entre outras coisas, ao supervisor, observar o cumprimento das normas legais e determinações superiores e supervisionar os estabelecimentos de ensino sob sua responsabilidade; ao diretor, planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades docentes, discentes e administrativas.

Ao mesmo tempo em que nós, profissionais da educação, estamos conscientes de que nosso trabalho se relaciona com o quadro dos direitos humanos e pode contribuir para ampliar os seus horizontes, precisamos também reter que estamos envolvidos na tessitura de uma trama em que sexismo, homofobia e racismo produzem efeitos e que, apesar de nossas intenções, terminamos muitas vezes por promover sua perpetuação. (p. 13)

As questões relacionadas com a diferença, diversidade, sexualidade eram temas que me inquietavam, mas que ainda não me interpelavam diretamente.

No final de 2011, ainda exercendo o cargo de diretora de escola, fui novamente convocada pela prefeitura de Sorocaba para assumir o cargo de supervisora de ensino.

Ao mesmo tempo em que assumia um novo desafio no contexto profissional, se impunha no contexto familiar, outro desafio; para o qual eu não tinha formação específica ou aporte teórico que pudesse dar conta, mas que me faria ser capaz de reconhecer a diferença entre envolvimento e compromisso. Um compromisso que “[...] não pode ser um ato passivo, mas práxis – ação e reflexão sobre a realidade - inserção nela [...] que implica indubitavelmente um conhecimento da realidade” (FREIRE, 2011, p.25/26)

Fui me dar conta dessa diferença quando as questões para as quais apenas olhava e problematizava e com as quais estava envolvida enquanto diretora/supervisora ultrapassaram os muros escolares e profissionais e aportaram no meu lar, na minha casa e se fizeram presentes na minha família.

Foi minha filha quem me fez mover, quem me levou a criar novas marcas profissionais, acadêmicas, maternais e a experimentar “[...] estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo” (ROLNIK, 1993, p.02). Dessa forma, ao falar em mim, se faz necessário apresentar Biatriz...

Biatriz¹⁰ crescia, tinha por volta de quinze, dezesseis anos e muitas dúvidas pairavam sobre sua cabeça – adolescência, relacionamentos – a sexualidade aflorando e, as diferenças... ah, as diferenças, se materializando: nas escolhas, nos desejos, na orientação sexual.

¹⁰ Biatriz autoriza e apóia a divulgação da experiência vivenciada por acreditar ser a partilha uma aliada na luta contra a discriminação que colabora com o processo de convivência de lésbicas, gays, bissexuais travestis, transexuais e transgêneros (LGBTs) em diferentes contextos.

Há autores que afirmam que, “[...] é seguro supor que são os pais que são capazes de perceber ‘indícios’ que os levaria a crer que alguma coisa está ‘errada’” (SOLIVA, 2014, p.132), no meu caso essa suposição não se confirmou.

Foi surpresa tornar-me – repentina e abruptamente - mãe de uma jovem que se relaciona afetiva e sexualmente com uma pessoa do mesmo sexo. Para tornar-me mãe, simplesmente mãe, esperei e produzi inúmeras expectativas, calma e tranquilamente, por nove meses; para tornar-me mãe de uma jovem que “escapou da norma e promoveu uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade” (LOURO, 2000, p.27) não houve indícios, espera ou preparação, sequer a desconfiança do fato. Aprendemos a ser, sendo...

Assumir o desejo afetivo e sexual por pessoas do mesmo sexo foi um processo árduo de superação - para mim e para a Bia – dos nossos paradigmas, das nossas certezas, das nossas verdades.

Era como parir-nascer de novo, em outro cenário, muito diferente daquele que havíamos planejado, sonhado e, sobre o qual havíamos projetado nossas expectativas. Parto difícil, dolorido para mim e um nascimento sofrido e assustado para ela.

Soliva (2014) indica que nestes casos “[...] pais e mães se deparam com a ruptura brusca dos sonhos que nutriam em relação ao filho, instaurando uma crise no fluxo das relações domésticas” (p.131).

Assim, podemos inferir que, para muitos pais e mães o fugir dos corpos e dos sentimentos é quase experienciar e vivenciar o fim de muitos sonhos, sentir-se perdido frente a um caminho que não se sabe trilhar, é ver imposta uma vida que não se esperava viver.

Conhecer, estudar e escrever as vivências relacionadas a esta pesquisa acadêmica que aborda o tema das diferentes expressões do gênero e da sexualidade é dar corpo à forma como, aos poucos, fui me constituindo educadora/pesquisadora – em seu sentido ético e político¹¹ – sendo afetada enquanto mãe e implicada enquanto ser humano.

¹¹ [...] ético é o rigor com que escutamos as diferenças que se fazem em nós e afirmamos o dever a partir dessas diferenças. [...] Político porque este rigor é o de uma luta contra as forças em nós que obstruem as nascentes do devir. (Rolnik, 1993, p. 245).

Problematizar as homo/transexualidades, olhar para a vastidão e imensidão de suas nuances significa aceitar o desafio de retomar minha vida acadêmica movida por uma exigência da vida prática - pessoal e profissional. É presenciar e vivenciar minha própria disponibilidade para a vida e suas comandas, suas imposições. “É partir do saber na experiência à experiência do saber” (KASTRUP, 2012, p. 18)

Dessa forma, acredito ser nesse espaço, na busca por conhecer as potencialidades e limites de um “Grupo de Pais de Homossexuais” meu compromisso, que é “próprio da existência humana, que só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados.” (FREIRE, 2011, p.22).

1.2 - De um problema social ao objeto de pesquisa

Não há dúvida que o preconceito anti-homossexual é um dos mais fortes na nossa sociedade. E também não há dúvida que a educação familiar é uma das que mais contribui para a produção e a reprodução desse preconceito. (SOUSA FILHO, 2001, p.04)

O preconceito dirigido às pessoas que tem desejos e práticas estigmatizados, enquanto um problema social, desperta a atenção não só de estudiosos da área como tem sido tema de discussão em diferentes espaços sociais e alvo de políticas públicas¹². As constantes agressões e limitações de direitos igualitários às lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros evidenciam a necessidade de leis, planos, propostas e ações que condenem

¹² Ao longo dos anos 2000, é possível identificar quatro marcos principais no âmbito das ações do Poder Executivo voltadas para a população LGBT: criação do “Brasil Sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual”, em 2004; realização, em 2008, da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema “Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT)”; lançamento do “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” (PNDGDH-LGBT), em 2009; e publicação do decreto que cria o “Programa Nacional de Direitos Humanos 3” (PNDH-3), em 2009. (MELLO; AVELAR e MAROJA, 2012a, p.295)

atitudes com cunho homofóbico e as situações constrangedoras de preconceito e discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero¹³.

As ações homofóbicas, muitas vezes, expõem um grupo específico da população a situações de risco e vulnerabilidade. Isso compromete a inserção social de LGBTs, como sujeitos de direitos e cidadãos.

É diante dessa perspectiva que surge o GPH Sorocaba como uma ideia inovadora e uma atitude inédita de um poder público municipal, no Brasil, para acolher pais e mães que sentem dificuldade de compreender a orientação sexual ou a identidade de gênero de filhos e filhas que destoam da heteronormatividade.

Há que se considerar que, na família, as primeiras regras e padrões de comportamento acerca do gênero e da sexualidade são produzidos e impostos aos corpos. Busca-se, em geral, estabelecer a construção das pessoas de modo que permaneçam o mais próximo possível da norma heterossexual que limita e define condutas.

Orquestrados pela heteronormatividade, os processos de construção de sujeitos compulsoriamente heterossexuais se fazem acompanhar pela rejeição da homossexualidade, expressa por meio de atitudes, enunciações e comportamentos, não raro, abertamente homofóbicos. [...] E embora para a instituição heteronormativa da seqüência sexo-gênero-sexualidade concorram diversos espaços sociais e institucionais, parece ser na escola e na família onde se verificam seus momentos cruciais. (JUNQUEIRA, 2009, p.19)

A inserção em uma sociedade com fortes padrões heteronormativos internalizados, reforça a rejeição e a dificuldade em conviver com as diferenças e com a pluralidade de expressões da sexualidade e do gênero. Isso vem acompanhado, muitas vezes, por atitudes preconceituosas e homofóbicas que algumas vezes se fazem presentes, de forma explícita e violenta, noutras vem envolta numa sutileza difícil de ser percebida.

[...] o preconceito traduz a falta de flexibilidade entre os grupos, ajudando a definir o posicionamento de um sujeito social frente ao outro. Tende a

¹³ “Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas” e “[...] identidade de gênero a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos”. (Princípios de Yogyakarta, 2006, p.07)

absolutizar determinados valores que se transformam em fonte de negação da alteridade. Tal situação induz ao dogmatismo, responsável pela construção das imagens sectarizadas e reducionistas que permeiam as relações intergrupais. (FLEURI, 2002, p.499)

E a homofobia é

[...] entendida como relativa a modalidades de violência marcadas pelo fato da vítima ser identificada como homo ou bissexual, ou como travesti ou transexual, apesar de ser uma das formas de violência relacionadas à sexualidade mais visíveis no debate público atual, não é a única modalidade de violência relacionada à sexualidade que pode estar presente na vida dessas pessoas. (FACCHINI; FRANÇA, 2013, p.17)

A homofobia ou qualquer outro tipo de preconceito gera diferentes efeitos e resultados e “[...] opera não só pelo conjunto explícito de interdições, censuras ou por um código negativo e excludente, mas se efetiva, sobretudo, por meio de discursos, ideias, representações, práticas e instituições que definem e regulam o permitido [...]”, ao construir saberes e hierarquizar desejos. (JUNQUEIRA, 2009, p.16). Além disso,

[...] a homofobia desempenha um papel importante na medida em que ela é uma forma de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, além de conferir um *status* superior à heterossexualidade, situando-a no plano do natural, do que é evidente. (BORRILLO, 2010, p.15)

De modo geral, a homofobia está presente nos mais diversos espaços, como parte do cotidiano da maioria das instituições, entre elas, as famílias e afeta, de modo singular, as relações sociais.

A existência de um grupo de ajuda mútua, nomeado inicialmente como “Escola de Pais de Homossexuais”, suscita a curiosidade no sentido de conhecer que espaço é esse. De que forma se “ensina” e se “aprende”? Em que esse espaço pode (ou não) contribuir com pais e mães em busca de uma melhor convivência com a diversidade? Perguntas e indagações que talvez possam colaborar para desestruturar uma ordem de coisas ditas e verdades estabelecidas.

Em relação aos grupos de autoajuda ou ajuda mútua observa-se que há um leque variado de possibilidades, com grupos que se formam a partir de distintas necessidades e com objetivos diversos. Ao considerar os propósitos e a composição dos grupos, pode-se dizer que há:

[...] grupos voltados para reorganização de conduta ou controle do comportamento, nos quais os membros desejam eliminar ou controlar um comportamento problemático (A/A, por exemplo); grupos de pessoas que compartilham uma característica geradora de estresse e se reúnem para

discutir maneiras de lidar com o problema, que é permanente (deficientes físicos); grupos orientados para a sobrevivência de específicos estilos de vida socialmente discriminados (grupos gays ou raciais); grupos cujo objetivo é o crescimento pessoal e a autoatualização, nos quais não há um problema comum entre os participantes, mas a idéia de que podem ajudar uns aos outros a viverem melhor. (ROEHE, 2005, p.9)

Os grupos de ajuda mútua, de modo geral, apresentam “[...] a partilha como metodologia e o conhecimento da experiência como estratégia de intervenção” (MONTEIRO, 1997, p.449) e, “na bibliografia existente, muito se fala sobre a ritualidade dos seus encontros, o que não pode ser ignorado por qualquer pesquisador que participe de uma reunião ou que resolva abordar esse tema de pesquisa”. (LOECK, 2009, p.121).

Nesse sentido, busca-se a compreensão da dinâmica e dos discursos produzidos nesse espaço, considerando que estes pais e mães, vivem, cada qual, uma experiência única e singular e, portanto,

[...] precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz. (SCOTT, 1999, p.05)

Dessa forma, a dificuldade em lidar com a diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, nesse espaço, é constituída e está inscrita em um processo histórico e cultural que naturaliza as práticas sexuais e torna a heterossexualidade a regra e, as homo/transexualidades, a transgressão.

No contexto acadêmico, há um número significativo de estudos sobre a família, suas transformações sociais e históricas e sobre as homo/transexualidades. Os estudos realizados nos últimos anos sobre gênero e sexualidade têm salientado a centralidade que o tema parece ter assumido em muitas sociedades contemporâneas, entre elas a brasileira. (LOURO, 2008a).

A incidência de trabalhos cuja temática seja a relação entre homossexualidades e famílias, os impactos, recursos e as estratégias de pais e mães para lidar com a diversidade de orientação sexual e identidade de gênero em seu meio, contudo, não tem forte presença. O foco de estudos acerca da temática, na atualidade, encontra-se voltado, prioritariamente, para as famílias homoparentais.

Nesse sentido, Schulman (2009) indica que,

Apesar da ênfase no casamento e em parentalidades homossexuais que têm dominado nosso discurso cotidiano, como gays e lésbicas são tratados nas famílias é muito mais influente na qualidade das vidas individuais e na ordem social mais ampla do que como somos tratados *como* família (SCHULMAN, 2009, p.69)

Na revisão bibliográfica, ao se buscar conhecer no panorama acadêmico brasileiro como tem sido problematizada a relação entre homo/transsexualidades e famílias¹⁴, destacam-se três trabalhos: duas dissertações e uma tese, defendidas respectivamente, nos anos de 2009, 2010 e 2011. Os referidos trabalhos, que sugerem diferentes olhares sobre um mesmo tema ao utilizar metodologias e técnicas diversificadas, sob a égide de diferentes paradigmas, enfocam a normatização das homossexualidades no contexto familiar e a relação entre pais e mães e pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com outras do mesmo sexo.

A dissertação de Borges (2009), intitulada “*Pais e mães heterossexuais: relatos acerca da homossexualidade de filhos e filhas*”, uma pesquisa qualitativa, por meio da entrevista fenomenológica compreensiva com uma questão norteadora, desvela os significados atribuídos por pais e mães heterossexuais à homossexualidade de filhos e filhas.

Os relatos individuais foram analisados à luz da fenomenologia ontológico-hermenêutica de Heidegger e de eixos que alicerçaram a pesquisa. Participaram pais e mães, de filhos adolescentes, de diferentes classes sociais. Os desvelamentos realizados pela análise dos relatos convergem, primordialmente, para a dificuldade de pais e mães em lidar com a descoberta da homossexualidade de seus filhos e filhas. Por meio da realização da pesquisa conclui-se que,

[...] o fenômeno estudado envolve uma multiplicidade de fatores tais como: a repressão sexual inserida na mentalidade de pais e mães heterossexuais

¹⁴ Após definir a homossexualidade no contexto familiar como temática e o Grupo de Pais de Homossexuais (GPH) como lócus da pesquisa iniciou-se uma busca para conhecer como o tema tem sido abordado nas teses de doutorado e dissertações de mestrado disponíveis no banco de teses da Capes bem como em endereços info-eletrônicos de divulgação acadêmica com o objetivo de aproximação às discussões das referidas pesquisas, conhecimento do referencial teórico e para melhor definição da problemática e dos objetivos a serem apresentados. Na busca por teses e dissertações sobre a temática apenas três trabalhos foram localizados com foco específico na relação entre pais e mães e filhos e filhas LGBTs.

a lhes designar a heterossexualidade como norma e regra; as condutas homofóbicas de desrespeito e violência; a dificuldade em assimilar, aceitar e compreender a vivência da homossexualidade de filhos e filhas; e o contato com esses pais e mães abrindo, dessa forma, novas perspectivas de reconstrução, compreensão, ressignificação, ao revelar o que os mesmos atribuem à paternidade e à maternidade permitindo desconstruir tabus, mitos, preconceitos e estigmas. (BORGES, 2009, p.225)

Na área da educação, a dissertação de Conceição (2011): *“Performatividade: as marcas da educação na alma de corpos estranhos”* apresenta a história de vida de três homens assumidamente homossexuais. Com a sexualidade inscrita na perspectiva dos Estudos Culturais, a pesquisa busca identificar marcas e investimentos que a escola, a família e a sociedade imprimem nos sujeitos homossexuais masculinos adultos e evidencia as relações que os envolvem nesses ambientes.

De acordo as constatações da autora,

[...] percebi que as marcas mais evidenciadas estão nas relações mais próximas da família e da escola que por sua imposição à norma, buscam normalizar aqueles que não estão seguindo padrões normativos da heterossexualidade compulsória. Constatei o quanto as mulheres agem na condução da masculinidade e dos modos de ser homem, visto que ao longo das histórias de vida dos pesquisados ficou marcada a vigilância, o cuidado contínuo das mães e professoras e as práticas corretivas e performativas que ensinam e fabricam masculinidades de um modo particular. (CONCEIÇÃO, 2011, p. 101)

Já a tese de Modesto (2010) traz, sob a perspectiva qualitativa, o preconceito e a intolerância contra a homossexualidade a partir da análise semiótica de depoimentos. A autora parte de dois pressupostos: “as mães têm dificuldade em conviver com seus filhos homossexuais” e “os filhos têm dificuldade de autoaceitação”, também em decorrência das dificuldades das mães e da sociedade em geral.

Com base em relatos de gays assumidos e suas mães, sem uma análise mais profunda dos dispositivos de poder que operam sobre esses discursos, a autora apresenta o percurso de exclusão ou compreensão das mães em relação às homossexualidades e o percurso de autoaceitação dos filhos e a busca de compreensão por suas mães. Modesto (2010) conclui que,

Um triste resultado foi ter a certeza de que a “violência doméstica” ainda é enorme e os jovens homossexuais não tem como se defenderem dela. O preconceito ainda reinante manifesta-se com toda a sua força dentro da casa da família, com paixões de malquerer e atos de intolerância. (p.259/260)

Os três estudos localizados se dedicam a pesquisar as relações estabelecidas entre pais e mães e LGBTs e, mesmo sendo oriundos de diferentes áreas e com a utilização de diferentes metodologias, de modo geral, chegam praticamente à mesma e preocupante conclusão, ou seja, a de que uma orientação sexual ou identidade de gênero não correspondente às expectativas envolve pais e mães e filhos e filhas, em uma relação de desconforto e inadequação com a exigência do cumprimento de um comportamento heteronormativo imposto a todos os sujeitos.

De acordo com Porchat (2011),

Essa sensação de inadequação é constante. E ainda que o sentimento de inadequação seja vencido, resta o confronto com a sociedade que estigmatiza, por vezes agride em nome de um ideal de gêneros inteligíveis ou compreensíveis que aparentemente mantém essa relação de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. (p.44)

Entre os trabalhos localizados, pode-se constatar que em nenhum deles são abordadas, diretamente, as trajetórias vividas por pais e mães em busca de uma convivência harmoniosa com as diferentes formas de ser e viver os gêneros e as sexualidades de seus filhos e filhas.

Mesmo em estudos internacionais, a escassez de bibliografia com o foco da pesquisa aqui apresentada tem sido apontada. De acordo com Gallor (2006), “Minimal research has examined self-help or support groups for parents and families who are struggling to understand and accept the coming out of a lesbian or gay family member¹⁵” (p. 05)

O autor indica que os estudos acerca da ajuda mútua ou grupos de apoio têm concentrado a maior parte de sua atenção em grupos ou organizações para famílias com uma criança que tem uma deficiência mental ou física grave, para indivíduos que experimentam a perda de um ente querido, cuidadores de pessoas com doenças psiquiátricas ou familiares de pessoas que sofrem com o uso de substâncias e vícios.

Dessa forma, é importante salientar que a relação de LGBTs e seus pais e mães é um assunto pouco explorado, sobre o qual há um número reduzido de

¹⁵ São poucas as pesquisas que têm analisado grupos de autoajuda ou grupos de apoio para pais e famílias que estão lutando para compreender e aceitar que há entre seus membros: lésbicas ou gays. (livre tradução).

trabalhos e publicações no campo acadêmico em nível nacional e internacional. São poucos os estudos qualitativos que começaram a explorar alguns dos passos ou processos que as famílias, em especial pais e mães, desencadeiam com o objetivo de compreender, reconhecer e integrar seus filhos e filhas com práticas e desejos socialmente estigmatizados.

Diante do exposto e da escassez de trabalhos nessa área, pode-se inferir que as relações que se estabelecem na família, entre LGBTs e seus pais, suas mães ou demais pessoas que compartilham esse espaço, é um campo que merece melhor exploração em pesquisas, tendo em vista que essas relações são, frequentemente, permeadas pela homofobia e pelo preconceito interiorizado, fenômenos que são muitas vezes negados e invisibilizados pela privacidade do contexto familiar.

O foco de interesse desta dissertação, portanto, são as trajetórias percorridas por esses pais e mães que frequentam o GPH, ou seja, a compreensão dos limites e possibilidades de intervenção de uma política pública instituída para reduzir situações de homofobia no contexto familiar

1.3 - Percurso metodológico

Somos atores e protagonistas de nossa história da mesma maneira que somos definidos e condicionados por ela. [...] O pesquisador é um homem ou uma mulher com uma inserção social determinada e com uma experiência de vida e de trabalho que condicionam sua visão do mundo, modelam o ponto de vista a partir do qual ele ou ela interagem com a realidade. (BRANDÃO, 1983, p.24)

Para apreender este terreno fértil busca-se explicitar a trajetória percorrida para a realização desta pesquisa que se debruça sobre uma política pública, instituída em parceria com uma ONG e praticada em formato de ajuda mútua. Dessa forma, são apresentados os princípios teórico-metodológicos, a problematização do objeto de pesquisa e os procedimentos para o trabalho de campo.

O campo teórico está fundamentado em uma perspectiva onde “[...] somos instadas [...] a abandonarmos a tentação de alcançar o ‘essencial’, o ‘autêntico’ ou a ‘origem’ [...]. É uma abordagem que se contrapõe ao anseio pelas verdades universais, seguras e estáveis” (LOURO, 2007, p.239) ao mesmo tempo em que impõe um compromisso com a escrita e a consistência das produções.

Os estudos de gênero e sexualidade de matriz pós-estruturalista, perspectiva que fundamenta esta pesquisa, compreendem sexo e gênero como construções sociais, tendo em vista que estão,

[...] continuamente se construindo e se transformando. [...] atravessados por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas [...] arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe (LOURO, 2003, p.28)

A perspectiva definida se mostra um excelente fio condutor quando o que se pretende é analisar a maneira como pais e mães convivem com as sexualidades e identidades de gênero que são estigmatizadas, ou seja, de alguma forma estimulam a busca por um processo de ressignificação de conceitos e verdades construídas em uma sociedade organizada em torno da heteronormatividade compulsória.

O modo como a pesquisa é realizada está intrinsecamente relacionado com a forma de conhecer um tema, como se apresenta um problema e se conduz uma investigação.

É nessa perspectiva que a problemática inicial da pesquisa, seus objetivos e procedimentos, continuamente revistos durante o processo de construção do projeto e que, agora são abordados mais especificamente, são delineados e tomam seu contorno atual.

Conhecer esse grupo, observar a dinâmica instituída nesse espaço e analisar os discursos nele produzidos, talvez, possa contribuir para a reflexão sobre práticas direcionadas à redução da homofobia na esfera familiar, para “criar um pensamento humano e verdadeiramente libertador sobre sexo. (RUBIN, 1989, p.12)

1.3.1 – A definição dos objetivos da pesquisa

Dessa forma, o trabalho de campo realiza-se com foco na seguinte questão norteadora: **Considerando a implementação do primeiro “Grupo de Pais de Homossexuais” no município de Sorocaba, quais são os limites e possibilidades que se estabelecem, nesse espaço, no combate à homofobia (familiar) e que discursos são produzidos em seu interior?**

Como objetivos específicos, são considerados relevantes os seguintes temas e questões:

1. Conhecer a dinâmica desenvolvida no GPH: princípios, processos e objetivos declarados. Que fatos, ações, reivindicações indicaram a necessidade da criação de um GPH? Que elementos compuseram a criação do GPH? Como é a dinâmica dos encontros? Quais são os objetivos declarados publicamente?

2. Identificar as categorias e convenções sociais mobilizadas nos discursos produzidos por pais e mães que frequentam o GPH. Como os pais e mães do GPH concebem as categorias que permeiam esse processo?

3. Analisar as trajetórias de pais e mães que têm filhos e filhas com desejos e práticas estigmatizados. Quais são os “caminhos” trilhados nessas trajetórias vividas no GPH? A experiência permite desencadear um processo de resignificação?

A escolha pelo GPH na cidade de Sorocaba ocorreu pela possibilidade de abertura, participação e permanência por seus organizadores e participantes, pela exequibilidade das ações da pesquisa e pelo fato da homofobia, no município, ser considerável, também, com forte presença no contexto familiar, assim como em outros grandes municípios brasileiros.

1.3.2. – A sistematização dos procedimentos para o trabalho de campo

Após entrar em contato com a responsável pelo projeto na cidade de Sorocaba e ter sua autorização para a realização do estudo, inicia-se o trabalho de campo, consolidado por meio da realização de entrevista e da observação participante. Dessa forma, a pesquisa realizada no primeiro “Grupo de Pais de Homossexuais” do município, tem seu trabalho de campo desenvolvido a partir de pesquisa documental, entrevista com a articuladora do projeto e observação participante em seus encontros, conforme segue:

Pesquisa documental

A pesquisa documental toma por base as informações registradas sobre o GPH, com foco no conhecimento das demandas que implicam na sua criação, implementação, dinâmica instituída e nos objetivos declarados.

A escolha da análise documental, enquanto estratégia metodológica define-se em virtude de constituir-se, segundo Ludke e André (1986), em uma importante técnica na realização de pesquisas qualitativas que complementa informações obtidas por outras técnicas e auxilia no levantamento de aspectos do problema tratado ou tema pesquisado.

Dessa forma, há a possibilidade do

[...] armazenamento sob forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que se obtenha o máximo de informações (aspecto quantitativo) com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados (BARDIN, 2011, p.51 apud BRITO, 2013)

Para complementar, Cellard (2012) orienta que, “[...] uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um corpus satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes” (p.298). Nesse sentido, foram considerados como documentos pertinentes à pesquisa diferentes textos com informações para consulta acerca do GPH: e-mails, reportagens, notícias veiculadas pela mídia, além de anotações,

planejamentos e registro das reuniões, mantidos pela mãe facilitadora que acompanha o grupo em Sorocaba¹⁶.

Após concluir esse processo, torna-se possível ter um “desenho” mais nítido do GPH, a fim de facilitar a realização da observação participante. As notícias veiculadas pela mídia e a divulgação da finalidade do GPH colaboram para a compreensão de alguns aspectos do grupo. Por outro lado, também incitam olhar para ele no sentido de transbordar essas definições com vistas a uma análise mais abrangente das práticas e discursos produzidos pelas pessoas participantes.

Entrevista

A utilização desta técnica se justifica por entender que a entrevista possibilita não apenas a realização de perguntas e respostas, mas vai além, ao ampliar o espaço para que possam surgir novos tópicos de discussão e questionamentos pertinentes e colabora para uma melhor e mais ampla compreensão do objeto pesquisado.

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante. (FRASER; GONDIM, 2004, p.140)

A entrevista se tornou necessária para esclarecer questões que se colocam à tona com a leitura e análise dos documentos e após ter início à observação participante no GPH. Há lacunas que podem afetar o trabalho de campo e a futura análise e indicam a necessidade de busca por outras fontes que apresentem uma nova e complementar versão dos fatos.

Entre os diferentes tipos de entrevista, faz-se a opção pela realização de entrevista semiestruturada. Para Triviños (1987), a entrevista semiestruturada tem “como característica questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses

¹⁶ A mãe facilitadora mantém anotações sobre a quantidade de pessoas presentes por reunião, nomes e contatos dos participantes, dúvidas levantadas para posterior leitura de textos, solicitações de temas para palestras e formações.

que se relacionam ao tema da pesquisa”, desta forma, “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade.” (p.146)

A entrevista, realizada com a assessora técnica da SEDES, articuladora das primeiras ações para a implementação do GPH, no município, traz questões com os seguintes focos: o surgimento da ideia, a necessidade de criação, a interferência da população LGBT na decisão, as articulações e os contatos feitos e as dificuldades encontradas para a implementação do GPH no município, tornando-se, entre outras, uma importante estratégia de aproximação à realidade pesquisada.

A associação da entrevista às técnicas de pesquisa documental e observação participante parece pertinente, pois, a análise dos documentos possibilita a aproximação necessária com o GPH e expõem lacunas que precisam ser complementadas. A entrevista semiestruturada possibilita a explicitação e o aprofundamento de informações e experiências singulares, ao passo que, na observação participante há a possibilidade de conhecer as características e dinâmicas do GPH, seus sujeitos e ter acesso aos discursos produzidos.

Observação Participante

A observação participante, enquanto uma das estratégias definidas, torna possível a inserção ao campo para a realização do trabalho, com o foco em observar e apreender, entre outras coisas, a organização e as dinâmicas das interações estabelecidas nesse espaço,

[...] a observação participante parte da premissa de que a apreensão de um contexto social específico só pode ser concretizada se o observador puder imergir e se tornar um membro do grupo social investigado. Só então, poderá compreender a relação entre o cotidiano e os significados atribuídos por este grupo. (FRASER; GONDIM, 2004, p.141)

Para garantir a eficácia da técnica recomenda-se a “[...] existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador [...]” (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 25). Nesse sentido, é importante salientar que, em termos de investigação *insider*, compreendida aqui como sendo caracterizada por níveis significativos de proximidade inicial entre pesquisadora e sujeitos pesquisados, como é o caso da presente pesquisa,

[...] the role of insider researcher may offer significant potential benefits but that, far from being automatic, the realization of such advantages and the avoidance of a series of equally significant difficulties is dependent upon caution, awareness and ongoing reflexivity¹⁷. (HODKINSON, 2005, p.132)

Dessa forma, alguns cuidados são observados desde o primeiro contato: a assunção e explicitação do compromisso com a produção de um conhecimento que não é neutro; o compromisso com os sujeitos participantes e o respeito à posição de cada um e, também, a responsabilidade relativa à socialização do conhecimento produzido.

A realização da pesquisa de campo, o contato direto com os sujeitos da pesquisa abre inúmeras possibilidades à pesquisadora, que observa, olha, escuta, sente. A proximidade inicial com os sujeitos que se caracteriza pelo fato de também ser mãe de uma jovem que se relaciona afetiva e sexualmente com outra do mesmo sexo oferece benefícios adicionais, em especial, à geração de um ambiente acolhedor e propício para a conversa aberta e a disposição para divulgar.

Essa vivência revela que há, no campo, múltiplas entradas e diferentes focos sobre os quais a atenção pode pousar para dar contorno ao caminho que levaria ao fim perseguido, ao objetivo desejado; é necessário observar e registrar o que emerge no trabalho de campo e configura o fio condutor das escolhas feitas para a produção de um conhecimento, que é movimento e que não se dá de modo estático.

Vale ressaltar que, desde o princípio da observação participante, todos os membros são acolhedores, ou seja, todos concordam com a participação de uma pesquisadora nesse espaço. Ser uma mãe que compartilha a mesma experiência vivida legitima a inserção e a participação nas reuniões do grupo.

O foco de interesse durante a observação participante se direciona as interações entre os membros do grupo, às perspectivas e concepções acerca das categorias que permeiam as diferentes formas de expressão afetiva e sexual, ao ser ou tornar-se pai e mãe de LGBTs, às questões relativas à normatização e ao controle da identidade de gênero e da sexualidade. Assim, o GPH torna-se um lugar

¹⁷ [...] o papel privilegiado do pesquisador pode oferecer significativos benefícios potenciais, mas que, longe de ser automático, a realização de tais vantagens e para evitar uma série de dificuldades há a necessidade de cuidado, consciência e reflexão. (Livre tradução)

privilegiado para a produção dos discursos de pais e mães acerca da temática pesquisada.

Para isso, a utilização de um caderno para as notas de campo é um importante instrumento para a construção do conhecimento, pois, as anotações colaboram “[...] na produção de uma pesquisa e tem a função de transformar observações e frases captadas na experiência de campo em conhecimento e modos de fazer.” (KASTRUP, 2012, p.70)

Ao longo das conversas informais, antes ou após o término das reuniões, surge entre os participantes do grupo a expectativa de ampliação da visibilidade da temática, além do pensamento de que as pesquisas sobre gênero, sexualidade e família contribuem para a discussão e problematização das relações e colaboram para a desconstrução da heterossexualidade imposta de forma compulsória.

Pode-se considerar que, nesse sentido, a presença de uma pesquisadora *insider*, nesse contexto, na visão dos pais e mães que frequentam o GPH, de alguma forma, possa colaborar para que o tema saia de um lugar abjeto e passe a ter status de “conhecimento reconhecido pelo mundo acadêmico e validado pela ciência”. Assim,

A pesquisa serve à criação do saber, e o saber serve à interação entre saberes. A interação dialógica entre campos, planos e sistemas do conhecimento serve ao adensamento e ao alargamento da compreensão de pessoas humanas a respeito do que importa: nós-mesmos; os círculos de vida social e de cultura que nos enlaçam de maneira inevitável; a vida que compartilhamos uns com os outros. (BRANDÃO, 2007, 57)

A iniciativa de partilhar com um grupo saberes e reflexões acerca das experiências vividas e problematizar as relações entre pais e mães heterossexuais e filhos e filhas LGBTs, produz inúmeras falas e concepções, portanto, discursos. São acontecimentos que indicam “certa visão” sobre a diversidade de orientação sexual e identidade de gênero e que descrevem, de alguma forma, como as relações se constituem e se estabelecem na convivência entre famílias e homo/transsexualidades.

Esses acontecimentos podem dar indícios que sugerem como a diversidade e as diferenças construídas entre os sexos e os gêneros são compreendidas em processos sociais mais amplos e podem indicar a necessidade

de ações afirmativas voltadas à população LGBT que contribuam para o enfrentamento do preconceito e da homofobia.

CAPÍTULO II – HOMOSSEXUALIDADES, MOVIMENTO LGBT E POLÍTICAS PÚBLICAS EM SOROCABA

Se o movimento cresceu e se fortaleceu e uma política baseada na defesa de direitos ligados à livre orientação sexual tem se mostrado viável [...] as barreiras culturais que dificultam o acesso e mobilização dos sujeitos concretos de sua intervenção permanecem como desafios (FACCHINI, 2003, p.123)

O sexo está presente em diferentes espaços e contextos, “[...] estamos em uma sociedade do “sexo”, ou melhor, “de sexualidade”: os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida [...]” (FOUCAULT, 1999, p.138). Notadamente ou não, ele está lá e permeia a definição, organização e as escolhas feitas numa sociedade que tem a heterossexualidade como norma e o masculino (branco) como referência.

As várias instituições e organizações sociais, em especial a família e a escola, disseminam um saber-poder sobre os corpos ao nomeá-los, classificá-los e hierarquizá-los. Isso ocorre nos discursos médicos, pedagógicos, religiosos, científicos ou publicitários que circulam, cotidianamente, e são ditos com ares de ingênua naturalidade.

Há uma imbricada rede de poder que permeia as relações, os espaços, as cidades e hierarquiza a “sexualidade com base nos padrões sexo/gênero instituídos” (PINAFI *et al*, 2011, p.269) sob a perspectiva do modelo masculino e heterossexual, numa lógica binária e dicotômica que aponta para um “lugar natural e fixo” (LOURO, 2003, p.32) para o gênero e a sexualidade.

Os estudos acerca das experiências vividas por LGBTs, em cidades do interior no Brasil, são consideravelmente menores que os realizados nas grandes capitais do país e, se o foco for a relação entre LGBTs e suas famílias de origem, esse número fica ainda mais reduzido. Entretanto, embora seja um tema pouco explorado,

Tais estudos sinalizam para convenções e constrangimentos socioculturais que incidem sobre sujeitos que aderem a uma orientação sexual dissidente da norma heterossexual, colocando em evidência temas como o afastamento das redes da família de origem pela migração para grandes centros urbanos e a percepção das relações familiares como um espaço público onde o sujeito não pode ou não deve visibilizar dimensões de sua intimidade. (OLIVEIRA, 2013, p.04)

Apresentar o contexto da implementação de um “Grupo de Pais de Homossexuais”, no município, enquanto uma política pública articulada a uma ONG, que apresenta como proposta de trabalho os grupos de ajuda mútua não pretende ser uma tarefa exaustiva. Apenas se espera assinalar as forças presentes nesse cenário de cidade interiorana e conservadora, ou seja, situar a cidade de Sorocaba no espaço e no tempo de modo a contribuir para o entendimento de sua configuração e ampliar a compreensão dos caminhos trilhados na realização da pesquisa e dos resultados alcançados.

Neste capítulo, espera-se localizar a cidade de Sorocaba, o movimento LGBT e as políticas públicas desenvolvidas no município voltadas para essa população.

2.1 – Homossexualidades e movimento LGBT em Sorocaba

‘A homossexualidade é tão antiga quanto a humanidade’, costumava dizer Goethe, profetizando o que a Antropologia e a Sexologia viriam a garantir após minuciosas pesquisas etno-históricas: documentos comprovam que de fato, todos os povos, em todas as épocas, praticavam o “amor que não se ousava dizer o nome”. E Sorocaba não escapa desta característica universal do ser humano. (MOTT, 2009, p.1)

A primeira referência ao homoerotismo, feita de modo tangencial na cidade de Sorocaba, data de 1729 e a segunda acontece, em meados de 1930. Segundo Mott (2009).

Em 1930 dá entrada no Sanatório Psiquiátrico do Pinel, em Pirituba, São Paulo, um monge beneditino [...] como tentativa de curá-lo da prática da pederastia. Desesperado após três meses de internação, o beneditino escreve carta pungente a seu superior rogando “Retire-me daqui e mande-me ao Mosteiro de Sorocaba até o senhor resolver algo de definitivo para o meu futuro [...]” O Mosteiro de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba foi fundado pelos beneditinos na década de 1660. O certo é que a ordem de São Bento (*Mosteiro de Sorocaba*) sempre teve incontestada tradição de pederastia. (p.05)

Outros registros denotam a existência das “fugas” de corpos e desejos que, em cada período, recebem diferentes conotações.

O município de Sorocaba está localizado no sudeste paulista a apenas 91 Km da capital do estado de São Paulo. É a quarta maior cidade do interior, tanto em população quanto na geração de riquezas e, se considerarmos todas as cidades do estado, Sorocaba ocupa o nono lugar, próxima às cidades de São José dos Campos e Ribeirão Preto. Atualmente, Sorocaba não fica entre as cidades paulistas que apresentam os melhores indicadores de qualidade de vida, mas é considerada entre aquelas com alto índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM).¹⁸

É importante ressaltar, contudo, que são várias as ocorrências registradas e noticiadas no município relacionadas à violência contra a população LGBT, com destaque para os crimes de agressão e morte a travestis, transexuais e transgêneros, que reforçaram o fato de que essa é parcela da população mais marginalizada e exposta à violência. De acordo com Mott (2009), o fato considerado mais grave, registrado e noticiado, ocorreu em 2001, quando Sorocaba presenciou um abominável ato de vandalismo homofóbico sem precedentes a uma casa noturna GLS¹⁹, à época, recém inaugurada.

O primeiro casamento LGBT, no município, acontece em 2011, antes mesmo de seu reconhecimento legal por meio da resolução²⁰ que regulamenta as uniões homoafetivas e pode representar tanto uma conquista pela igualdade de direitos quanto à necessidade de adequar-se aos padrões heteronormativos.

Atualmente, Sorocaba aparece como a quarta cidade do Estado de São Paulo com maior número de casamentos entre pessoas do mesmo sexo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entretanto, se considerada a relação de casamentos gays de acordo com a população total de cada município, Sorocaba ocupa o segundo lugar no Estado (SOUZA, 2015). Um dado que pode ser considerado significativo por tratar-se de uma cidade interiorana com fortes barreiras impostas pelo preconceito.

¹⁸ Disponível em <<http://www.redebomdia.com.br/noticia/detalhe/54684/sorocaba-tem-a-49-melhor-qualidade-de-vida>>. Acesso 05.out.2015

¹⁹ GLS é o acrônimo de gays, lésbicas e simpatizantes. A expressão é frequentemente usada no Brasil para definir espaços, produtos, serviços e locais destinados ao público gay, como por exemplo, um bar ou "boate GLS"

²⁰ Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, publicada em 15 de maio de 2013.

As atividades organizadas pela população LGBT, na luta por visibilidade, respeito e reconhecimento de direitos, têm início muito antes desses eventos no município quando, ao aproveitar a abertura política e a onda das cidades grandes, desponta, em Sorocaba, em 1979, o Somos/Sorocaba, considerado o primeiro grupo de afirmação homossexual e defesa dos direitos LGBT em uma cidade do interior brasileiro²¹ – inspirado na proposta do grupo SOMOS da capital paulista.

A fundação do primeiro grupo reconhecido na bibliografia como tendo uma proposta de politização, da questão da homossexualidade, o SOMOS, de São Paulo, ocorreu em 1978. [...] esse grupo adquiriu grande notoriedade e visibilidade do ponto de vista histórico, não só por ter sido o primeiro grupo brasileiro, por ter tido uma atuação importante, ou por ter sido uma experiência marcante na vida das centenas de pessoas que passaram por suas atividades. (FACCHINI, 2003, p.86/87)

Embora a atuação do grupo em Sorocaba tenha se sustentado por um curtíssimo período de tempo e haja uma lacuna significativa sem registro de uma atuação organizada da população LGBT, no município, acredita-se ter sido essa a primeira iniciativa de destaque e importância na cidade, que indica “a aspiração a reivindicar direitos universais e civis plenos, por meio de ações políticas [...] que se voltam para a sociedade de modo mais amplo” (FACCHINI, 2011, p.13)

Em 2004, o movimento LGBT se rearticula em uma pequena carreato, organizada por militantes do Grupo Girassol²² (Associação Homoerótica e Afins), que tinha como liderança a travesti Pauletti (a primeira candidata a vereadora com ideais de luta pelos direitos da população LGBT sorocabana) e a presença da então deputada federal Iara Bernardi.²³ A carreato dá início, novamente, às ações afirmativas de luta e visibilidade de forma continuada na cidade.

²¹ Os representantes do SOMOS/Sorocaba participaram do 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais realizado em São Paulo, em 3 de fevereiro de 1980. *Lampião da Esquina*. nº 22. Março de 1980. Pág. 3. Matéria: “Ai, que São Paulo gostoso...”. Disponível em <<http://memoriamhb.blogspot.com.br/search?q=sorocaba>>. Acesso 26.mai.2015

²² O grupo Girassol, que se desfez no primeiro quinquênio dos anos 2000 e deixou de atuar no município fazia parte da Associação Diversidade, que surgiu das organizações que participaram do Projeto SOMOS e reuniu catorze ONGs (Organização Não Governamental) que promoviam o respeito à diversidade humana, em especial, o respeito à diversidade de gênero e orientação sexual.

²³ Iara Bernardi tem sua base eleitoral na cidade e era coordenadora da Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual da Câmara Federal naquele momento.

As Paradas do Orgulho LGBT constituem talvez o fenômeno social e político mais inovador do Brasil urbano, unindo protesto e celebração e retomando, desse modo, as bandeiras de respeito e solidariedade levantadas pelos movimentos que reivindicam LGBT como sujeitos de direitos. (FACCHINI, 2011, p.17)

No ano seguinte, em 2005, novamente com a organização do Grupo Girassol, realiza-se uma nova carreata com o foco na denúncia à homofobia. É somente em 2006, quando as paradas das grandes capitais já contam com a participação de milhões de pessoas, que a parada LGBT de Sorocaba é 'oficialmente' criada com caráter de reivindicação, atrelado aos aspectos festivos.

O número de participantes na parada aumenta significativamente do ano de 2006 para o ano de 2007, de uma média de trezentos para estimados cinco mil participantes. A mudança na data da realização, do mês de junho para agosto, pode ser uma das justificativas para um aumento nesta proporção, tendo em vista que encerra a concorrência com a parada na capital e, coincidentemente ou não, coloca a data de realização da parada LGBT no mês das atividades comemorativas e festivas em alusão ao aniversário da cidade.

Um dado que também merece ser considerado é que a partir de 2007, ainda com a organização da parada sob a liderança do movimento LGBT/Sorocaba, o poder público passa a ter maior participação no evento e garante a presença de um trio elétrico e a distribuição gratuita de preservativos.

A partir de 2008, Dennys Sbizera, torna-se fundador e presidente da Associação da Parada do Orgulho Gay, Lésbica, Bissexuais e Transgêneros de Sorocaba (APOGLBT-SOR). Dennys é um dos militantes que, ao lado de Pauletti, tem participado de todas as edições da parada, desde a sua criação e, a partir de 2012, assume a organização do evento. Em parceria com o poder público municipal a nova organização muda o contexto do movimento, produz um discurso assimilacionista com o poder local²⁴, altera e amplia o seu trajeto. Essa ação

²⁴ Não é possível determinar com precisão se haveria alguma relação na adoção desse discurso assimilacionista dos organizadores com a necessidade de apoio por parte do poder público municipal, mas é possível supor que a ocupação de uma praça localizada em um bairro de alto padrão na cidade como ponto de dispersão da parada se relacione com esse discurso. (GARCIA, 2015)

possibilita maior visibilidade e uma participação mais efetiva da população, com aumento gradativo no número de participantes.

As paradas do orgulho LGBT são o exemplo de que a ocupação de territórios, por vezes barulhenta, ruidosa, ultrapassa a barreira da mera visibilidade, pode representar mais do que a conquista de direitos fundamentais para uma minoria ativa, mas também a transformação dos horizontes ideológicos de toda a sociedade (JESUS, 2013, p.68)

A organização de eventos voltados ao público LGBT e a atuação de algumas entidades organizadas coletivamente em Sorocaba e região têm contribuído para trazer as questões sobre gênero e sexualidade à pauta de discussões na cidade e para dar maior visibilidade aos movimentos que têm como tema central a luta contra a homofobia.

Atualmente, há dois grupos reconhecidos que militam, no município, em torno das temáticas ligadas à população LGBT: O Coletivo Mandala que iniciou suas atividades “[...] nas dependências do campus Sorocaba da UFSCar, [...] um misto de grupo de encontro, de estudos e de militância em relação às questões LGBT” e o Grupo Diversidade que “[...] foi formado para ocupar um espaço de militância da causa LGBT na cidade” (GARCIA, 2012, p. 314/315)

Entre 2009 e 2011, o Coletivo Mandala se envolve com as três edições da “Semana do Orgulho LGBT”, as duas últimas delas na mesma semana da parada local, como forma de promover um debate mais crítico e aprofundado sobre as temáticas LGBT, o que marca a resistência, nesse momento, a participar do processo de organização das paradas, em função do discurso assimilacionista proferido pelos organizadores do evento nesse período.

Embora Sorocaba apresente, relativamente, um número elevado de casamentos entre pessoas do mesmo sexo e mantenha desde 2004 a realização da parada LGBT, enquanto um movimento de visibilidade e luta e conte ainda com a atuação de grupos que lutam pela causa, a cidade, como tantas outras, não está livre do preconceito e da homofobia.

No ano de 2011, na 6ª parada LGBT de Sorocaba, uma pesquisa realizada por docentes do Departamento de Ciências Humanas e Educação da UFSCar/Sorocaba, revela que a situação da homofobia na região é “tão grave quanto em outros grandes municípios brasileiros”. A pesquisa também levanta “dados relativos às pessoas para quem os frequentadores já assumiram sua

sexualidade e demonstrou que o percentual de assunção entre colegas de trabalho, escola/faculdade, amigos e familiares vai de 81,1% a 97,5% dos participantes” (LEITE; GARCIA e MENDONÇA, no prelo). Índice que pode ser considerado elevado se comparado à participação de homossexuais assumidos nestes espaços nas paradas de capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo. Entretanto, esse fato pode estar mais relacionado à participação na parada em uma cidade do interior, o que amplia a exposição e dificulta o anonimato, do que à assunção da homossexualidade em si entre a população do município.

A pesquisa realizada com os frequentadores da 6ª parada LGBT de Sorocaba, em 2011, mostra que existe ainda,

[...] um leve aumento, na comparação com outras paradas, da porcentagem de entrevistados/as que referem ter sido discriminados por amigos ou vizinhos [...] e um aumento mais significativo na discriminação sofrida em contextos religiosos e no contexto familiar (LEITE; GARCIA e MENDONÇA, no prelo)

Com base nos resultados acerca da discriminação levantados em Sorocaba,

É possível pensar que a maior discriminação ocorra em uma cidade de menor porte pelo receio da maior visibilidade de se ter um membro da família homossexual. A lógica do “o que os outros vão pensar?”, portanto, pode contribuir para o aumento de episódios de discriminação intrafamiliar nesse contexto, na tentativa de silenciar as sexualidades não-hegemônicas dos familiares, para salvaguardar as “aparências” (LEITE; GARCIA e MENDONÇA, no prelo)

Os resultados da pesquisa realizada em Sorocaba não estão distantes daqueles encontrados nas paradas de outros grandes municípios brasileiros e capitais de estado, o que salienta a importância e a necessidade de ações no combate à homofobia nas mais diversas instituições, entre elas as famílias, espaço em que houve um aumento significativo de discriminação à população LGBT, no município.

2.2 – Políticas públicas para população LGBT

[...] o que são políticas públicas para a população LGBT? Organizar eventos que promovam a

visibilidade da luta pela garantia da cidadania de pessoas LGBT é uma política pública? Aprovar leis municipais e estaduais que instituem dia do orgulho gay, lésbico, travesti, transexual ou LGBT é uma iniciativa que se materializa em políticas públicas? (MELLO, BRITO e MAROJA, 2012b, p.416)

Ao longo das últimas duas décadas, é possível identificar a ampliação e maior visibilidade da luta contra a homofobia e na promoção da cidadania e dos direitos humanos da população LGBT. Embora estejamos longe do ideal, existem iniciativas importantes na formulação de planos, programas e políticas públicas, ainda que não haja responsabilização e agilidade na realização das propostas ou garantia de consolidação efetiva de condições mais justas e igualitárias para esse segmento da população.

Ao final da primeira Conferência Nacional LGBT, em 2008, um dos marcos históricos no Brasil de maior importância na luta pela cidadania e reconhecimento dos direitos sexuais,²⁵ aprovou-se, entre outras ações, a Carta de Brasília²⁶ que solicitou:

[...] urgência na criação do Plano Nacional de Direitos Humanos e Cidadania LGBT; o cumprimento dos objetivos do Programa Brasil sem Homofobia e a aprovação dos projetos de lei que criminalizam a homofobia; que reconhecem a união civil de pessoas do mesmo sexo e que autorizam a mudança do nome civil das travestis e transexuais pelo seu nome social (BRASIL, 2008, p.271)

A Carta salienta, ainda, o dever do diálogo entre os órgãos do poder público e com a sociedade civil, com vistas à convalidação de direitos e à promoção

²⁵ Outros programas e projetos de importante relevância no cenário nacional acontecem antes e depois da Conferência, entre os quais podemos citar: o Programa “Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual” (2004), a segunda Conferência Nacional dos Direitos LGBT (2011); do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), a publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3(2009), a Coordenadoria Nacional de Promoção dos direitos de LGBT (2010), a implantação do Conselho Nacional LGBT (2010), a segunda Conferência Nacional dos Direitos LGBT (2011) e ainda a Resolução nº 12 de 2015, do CNCD/LGBT que Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino e formula orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

²⁶ A “Carta de Brasília” enfatiza a mobilização social como chave para o processo de construção de políticas públicas e contribui na efetivação da justiça social e respeito aos direitos humanos. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>>. Acesso 03.set.2014

da cidadania LGBT, seja pela ampliação, transversalidade ou capilaridade de políticas públicas.

Embora algumas ações solicitadas com urgência, numa iniciativa inédita como a Conferência, ainda caminhem a passos lentos, há que se ter consideração aos avanços que ocorreram e o reconhecimento que, apesar das conquistas “[...] no que diz respeito à implementação de políticas públicas para a população LGBT no Brasil, a despeito dos avanços recentes nas iniciativas governamentais, o que se observa é que nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada.” (MELLO *et al*, 2012b, p.425)

Os direitos de LGBTs não costumam ocupar lugar de destaque ou compor a pauta de prioridades nas políticas públicas de Governo. Pode-se ter a percepção que os diferentes setores sociais não têm oferecido muitas oportunidades para as políticas públicas voltadas a essa população.

O que se vê, de modo geral, são ações isoladas como respostas pontuais à luta dos movimentos que insistem – bravamente – na necessidade da implementação e fomento às políticas públicas de combate ao preconceito e à discriminação, sem conseguir, de fato, garantir os direitos de uma população que,

[...] ainda não gera um tipo de solidariedade similar à que caracteriza grupos como idosos, crianças e adolescentes, por exemplo, que despertam uma cumplicidade social generalizada com seus problemas e dificuldades, o que os torna beneficiários potenciais legítimos de políticas públicas” (MELLO *et al*, 2012b, p.294)

O movimento LGBT tem forte influência na luta pelos direitos humanos e civis de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros, enfim, pelo direito à diversidade de expressão, de orientação sexual e identidade de gênero na sociedade e tem alcançado algumas conquistas no município.

Diante da ausência de uma lei de amplitude nacional que criminalize práticas preconceituosas e homofóbicas, Sorocaba é uma das cidades que tem legislação específica contra a homofobia. A Lei Municipal nº 8292, de 05 de novembro de 2007 e o Decreto nº 20.939, de 08 de janeiro de 2014, regulamentam os casos de comprovada discriminação por orientação sexual e punem “toda e qualquer forma de discriminação por orientação sexual, prática de violência ou manifestação que atente contra a cidadã ou cidadão homossexual, bissexual, travesti, transexual ou transgênero” em estabelecimentos e repartições públicas ou

privadas, em função da orientação sexual e preveem advertência, multas, suspensão e cassação de alvará.²⁷

A lentidão na execução de leis e ações dirigidas à população LGBT, contudo, pode ser evidenciada na distância temporal que separa a aprovação da lei de sua regulamentação por meio do decreto. Embora o Brasil, desde 2002, “[...] talvez tenha o melhor conjunto de propostas de políticas públicas para transexuais, travestis, bissexuais, gays e lésbicas em todo o mundo” (MELLO *et al*, 2012b, p.417), ao buscar localizá-las, no município de Sorocaba, o que se encontra são experiências parcas e superficiais, com alguns avanços e muitos retrocessos. Na maioria das vezes, apenas tangenciam questões ligadas ao gênero e a sexualidade ou se desenvolvem a revelia do poder público.

Entre essas experiências, houve a primeira e única conferência municipal LGBT da cidade de Sorocaba, realizada em 20 de agosto de 2011 e a posterior constituição do Fórum LGBT de Sorocaba, que congregam diferentes grupos e entidades em prol da causa LGBT, como é o caso dos Grupos Diversidade, do Coletivo Mandala, Setorial LGBT do Partido dos Trabalhadores (PT), UFSCar e Conselho Regional de Psicologia. (GARCIA, 2012, p.316)

As políticas públicas voltadas à população LGBT, geralmente, são oriundas das secretarias da saúde ou dos direitos humanos. Na educação, o foco costuma ser a formação dos professores, entretanto, o aprofundamento de uma discussão necessária que cause impacto significativo no cotidiano escolar não costuma ser prática nessas ocasiões.

Em Sorocaba, na área da saúde, com exceção da distribuição de preservativos masculinos durante a realização das paradas LGBT, não há uma ação específica com foco nessa população. Entre as ações voltadas às questões sexuais, há o Centro de Orientação e Apoio Sorológico (COAS)²⁸, unidade que conta com uma equipe multiprofissional, destinada às pessoas que desejam fazer o teste HIV

²⁷ Disponível em <<http://www.sorocaba.sp.gov.br/portal/leis-e-decretos>>. Acesso 05.out.2014

²⁸ Centro de Orientação e Apoio Sorológico (COAS): Criado em 1986, o Departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais trabalha para reduzir a transmissão do HIV/AIDS e das hepatites virais e promove a qualidade de vida dos pacientes. Tem dois grandes objetivos: reduzir a transmissão do HIV, das doenças sexualmente transmissíveis e das hepatites virais e melhorar a qualidade de vida das pessoas com DST, HIV, AIDS e hepatites virais. Endereço eletrônico: dst_aids@splicenet.com.br

(AIDS), com possibilidade de anonimato. Além do teste, as pessoas que procuram esses espaços recebem orientações quanto aos riscos e prevenção da AIDS e outras doenças transmitidas sexualmente, mas não há, nesse espaço, especificidade no atendimento às necessidades da população LGBT.

Na área da educação, a Prefeitura de Sorocaba promoveu, nos últimos anos, um único workshop “Promoção, Respeito e Valorização das Diversidades Étnico Raciais e de Orientações Sexuais e Identidades de Gênero”²⁹, com a especialista Edith Modesto. O evento, isolado, foi realizado pela Coordenadoria da Juventude da SEDES para cerca de 100 professores da Rede Municipal de Sorocaba, com o objetivo de “capacitar”, em uma única tarde, os profissionais para colaborarem no enfrentamento da violência sexista, étnico-racial e homofóbica nas escolas.

Na busca por políticas públicas voltadas especificamente para a população LGBT, entendida aqui como “o processo por meio do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (SOUZA, 2003, p.13), apenas uma iniciativa foi localizada: a criação do “Grupo de Pais de Homossexuais”, o GPH.

O questionamento da legitimidade de algumas sexualidades e identidades de gênero, o não reconhecimento de direitos ou a atenção específica às demandas que atingem grupos subalternizados pela hierarquização das sexualidades e até mesmo a negação de algumas questões voltadas a esta população específica continuam prática corrente e ordinária na cidade, de forma similar a outros municípios brasileiros de maior ou menor porte.

A população LGBT encontra ainda forte resistência de alguns grupos da sociedade, em especial os de base religiosa fundamentalista, para a implementação e consolidação de mecanismos que fomentam a justiça social e a igualdade de direitos, garantida a todos os cidadãos e cidadãs na Constituição Federal.

²⁹ A Prefeitura de Sorocaba promoveu, em agosto de 2014, o workshop “Promoção, Respeito e Valorização das Diversidades Étnico Raciais e de Orientações Sexuais e Identidades de Gênero”, com a especialista Edith Modesto. O evento foi organizado, em forma de convite, para cerca de 100 professores da Rede Municipal de Sorocaba e, como convocação aos docentes especialistas da rede estadual. Disponível em <<http://educacao.sorocaba.sp.gov.br/prefeitura-de-sorocaba-capacitara-professores-na-questao-da-diversidade-sexual-e-de-genero/>>. Acesso 12.mai.2015

O conservadorismo e a homofobia sorocabana podem ser comprovados com a recente aprovação do Projeto de Lei (PL nº 126/2015), pela Câmara Municipal de Sorocaba. O PL 126/2015, do pastor e vereador Irineu Donizete de Toledo, proíbe a utilização de banheiros, vestiários e demais espaços segregados, de acordo com a identidade de gênero, nas instituições de ensino fundamental, público e privado, instaladas no âmbito do município. Tal projeto assinala o desconhecimento das discussões realizadas e da atual compreensão de identidade de gênero, evidencia atitudes homofóbicas e preconceituosas do poder público e ainda se mostra contrário às convenções, pactos e campanhas para a promoção e igualdade que se referem à temática, em muitos dos quais o país é signatário³⁰. A aprovação do PL 126/2015, apesar de manifestação pública e da luta do movimento pelo veto³¹ representa mais uma, entre tantas outras violações dos direitos e garantias da população LGBT.

Nesse sentido, é importante salientar o papel central que a discussão e a implementação de políticas públicas ocupam nas diferentes esferas governamentais: federal, estaduais e municipais e o quanto podem contribuir para manter ou desestabilizar um estado de coisas que, por força de pressão social, leis, costumes ou valores têm se “naturalizado” com o poder de excluir e desumanizar parcelas significativas da população, reconhecidas como minorias, que acabam por viver e conviver de forma marginalizada na sociedade.

Em Sorocaba, o início das estratégias para a discussão e proposição de políticas públicas, na promoção da cidadania e no combate a homofobia, parte de demandas apresentadas pelos grupos de organização/ Movimento LGBT durante o

³⁰ O Brasil é signatário dos principais documentos internacionais de promoção da igualdade: Convenção Para Eliminar Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher – CEDAW; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Campanha pela igualdade e direitos de população LGBT da ONU. Disponível em <<http://www.sbsociologia.com.br/home/index.php?formulario=noticias&metodo=0&id=29>>. Acesso 05.out.2015

³¹ Considerado homofóbico por grupos LGBTs, o projeto de lei que a Câmara de Sorocaba aprovou foi vetado em 29 de agosto pelo prefeito Antonio Carlos Pannunzio (PSDB). Quando deliberada, a proposta recebeu 15 votos favoráveis e três contrários, estes da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Casa, entretanto, no dia 22 de setembro, sem a presença dos vereadores do PT, em votação unânime (16 votos a zero), os vereadores derrubaram o veto do prefeito.

período de campanha política quando da eleição municipal de 2012 e por um grupo de jovens gays que lutam pela ocupação dos espaços no município.³²

As primeiras articulações acontecem após contato da assessora técnica da SEDES com docentes do Departamento de Ciências Humanas e Educação da UFSCar/Sorocaba e ter conhecimento, durante a conversa, do fato de que a homofobia na região de Sorocaba é tão grave quanto em outros grandes municípios brasileiros, inclusive no ambiente familiar.³³

Segundo a assessora técnica da SEDES, diante dos resultados da pesquisa realizada pelos docentes da UFSCar Sorocaba,

[...] a primeira coisa era o alicerce, o relacionamento que esses jovens têm com pai e com mãe, com família e que o primeiro passo para uma política aqui em Sorocaba era um trabalho que fosse feito com jovens junto as suas famílias, para tentar diminuir um pouco essa dificuldade e esse preconceito que sofrem. (assessora técnica da SEDES, 2015)³⁴

A assessora declara que a atuação na SEDES abrange a prevenção, combate e tratamento ao uso de drogas; a defesa dos direitos e a promoção das igualdades de etnia e gênero. Isso possibilita um contato próximo com muitos jovens, inclusive jovens homossexuais ou transexuais que, em algumas situações, se deparam com casos radicais em que sofrem preconceito dentro de casa, rompem com pais e mães e são expulsos do convívio familiar. Sem o apoio da família, para ela, alguns se tornam também profissionais do sexo.

Há o jovem que sofre tanto preconceito dentro de casa que vai procurar o caminho das drogas, são casos assim, não é geral, mas são extremos e a gente pensou muito nisso. O GPH seria na verdade o primeiro passo e uma política pública pra prevenir todos esses reveses, todos esses fatores, o uso de droga, tudo mais. (assessora técnica da SEDES, 2015)³⁵

Ao iniciar a implementação da proposta enquanto política pública no município, de acordo com a assessora técnica da SEDES, responsável pela

³² Entrevista concedida pela assessora técnica da SEDES. Sorocaba. 22.abr.2015. A entrevista na íntegra encontra-se nos anexos da dissertação.

³³ GARCIA, M.R.V. A homofobia na região de Sorocaba e seu enfrentamento, 2013. Disponível em <<http://www.cruzeirodosul.inf.br/materia/456455/a-homofobia-na-regiao-de-sorocaba-e-seu-enfrentamento>> Acesso 12.mai.2015.

³⁴ Entrevista concedida pela assessora técnica da SEDES. Sorocaba. 22.abr.2015. A entrevista na íntegra encontra-se nos anexos da dissertação.

³⁵ Idem anterior.

articulação e acompanhamento do projeto no município, a Câmara dos vereadores manifesta-se enviando questionamentos sobre as atividades que seriam desenvolvidas, voltadas especificamente ao público LGBT, com investimento do poder público. Os questionamentos, segundo a assessora, giram em torno de, “O que é isso? O que acontecerá lá? Que coisa é essa de “escola” de pai gay?” Tal fato evidencia que houve uma reação conservadora da Câmara de vereadores às conquistas LGBT (como talvez não pudesse deixar de ser), tendo em vista que, na atual legislatura há muitos pastores e religiosos declarados que apresentam opiniões preconceituosas e contrárias aos direitos dessa população específica³⁶.

Somente após o amplo esclarecimento e justificativas feitas pela SEDES sobre a natureza da proposta, que se trata de um grupo de ajuda mútua, com público alvo e objetivos específicos, as dúvidas e críticas dos vereadores cessam e a ação pode, finalmente, ser divulgada com amplo apoio da mídia local.

O desafio de instituir um grupo de ajuda mútua como uma política pública implica no reconhecimento de direitos de uma parcela da população que sistematicamente tem sua humanidade

[...] questionada ou mesmo negada, a partir de crenças e tradições heteronormativas, naturalizantes e religiosas, incompatíveis com os princípios de respeito à dignidade, de garantia da autonomia e de proteção da liberdade, que a princípio caracterizam as sociedades democráticas e os Estados laicos. (MELLO *et al*, 2012b, p.412)

A diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, mesmo inseridas no contexto de um grupo de ajuda mútua, como política pública para uma parcela específica e significativa do universo da população LGBT, ou seja, seus pais e mães, ainda parecem temas difíceis de serem articulados, tanto pelas dificuldades de implementação de políticas públicas voltadas a essa população, quanto aos entraves encontrados e contornos feitos para a formação do GPH no município ou

³⁶ Apenas a título de ilustração, podemos citar a declaração feita por um dos vereadores em uma rede social e reafirmada posteriormente para o jornal local, acerca da inclusão ou não dos temas relativos a gênero e sexualidade, quando da votação do Plano Municipal de Educação de Sorocaba: “[...] os GLBTTT, como se auto-denominam, merecem ser respeitados e gozar de todos os direitos civis, mas são pessoas anormais. Anormal é simplesmente aquilo que destoa do 'normal'. Muitos me apoiaram nas redes sociais e, como cristão, devo defender os meus valores. Antes de ser político, sou cristão e não abro mão disso. Não me arrependo, não me divirto e nem me estresso. Um agente público deve enfrentar polêmica, eu mesmo não fico em cima do muro”. (Declaração do Vereador Crespo, jun.2105)³⁶

ainda pela escassez de trabalhos voltados para essa área específica de interesse entre as temáticas de gênero e sexualidade.

Em virtude da necessidade de políticas públicas que fomentem e fortaleçam os direitos de uma parcela significativa da população, como o GPH, há que se considerar que a iniciativa não deixa de estar absorta, tanto por parte do poder público quanto daqueles que frequentam o espaço, pelos processos de normatização e hierarquização das sexualidades e dos gêneros, tema que será abordado na sequência.

2.3 – A implementação de uma política pública no combate à homofobia

Afirmar LGBT como sujeitos de direitos implica um crescimento da importância das relações movimento e Estado, bem como com o movimento LGBT e os movimentos por direitos humanos[...] (FACCHINI, 2011, p.17)

As ações do GPH são parte das políticas públicas articuladas por uma das pastas da administração pública, a SEDES, que desenvolve as ações com o apoio da secretária da pasta, e também vice-prefeita do município, em parceria com as Secretarias de Saúde e Educação, que corrobora com a afirmação de que

[...] em face da ausência de uma legislação federal que explicitamente assegure direitos civis para a população LGBT, o movimento social tem encontrado alternativas, ainda que parciais e de alcance limitado, recorrendo ao apoio de governadoras, prefeitas, secretárias de governo e gestoras públicas sensíveis às suas demandas. (MELLO *et al*, 2012b, p.411)

É nesse contexto que, em catorze de março de 2013, se noticia a criação, por iniciativa do poder público, de uma “Escola de Pais de Homossexuais” na cidade de Sorocaba com a realização de uma palestra. Na ocasião, Edith Modesto, fundadora e presidente da ONG GPH, doutora em Linguística Geral e Semiótica greimasiana pela Universidade de São Paulo faz a abertura com a palestra "Pais e filhos: a dificuldade com diferenças de sexualidade e gênero".

É importante salientar que a proposta é anunciada inicialmente como “Escola de Pais de Homossexuais” e permanece com esse nome até meados de

agosto de 2013, quando passa a ser apresentado como “Grupo de apoio a pais de homossexuais e transexuais e jovens LGBTs de Sorocaba”. De acordo com a assessora técnica da SEDES, articuladora e responsável pela implementação do grupo no município, essa mudança acontece em virtude das perguntas que surgem e pelo fato dessa nova nomenclatura abarcar a diversidade de expressões de orientação sexual e de identidade de gênero, diferente da anterior que se refere apenas aos homossexuais.

Em entrevista e conversas informais, durante o trabalho de campo, a assessora comenta sobre os questionamentos feitos acerca da “escola”

O nome oficial aqui em Sorocaba não é mais escola. Quando você fala de escola muita gente pensa: Como assim então vocês vão ensinar? Vai ensinar alguma coisa? Vão fazer um gueto?³⁷ (assessora técnica da SEDES, 2015)³⁸

Na sequência, a assessora esclarece que,

Na verdade, era escola pensada no formato de escola de pais, aquela escola de pais antiga, que é um lugar de apoio mútuo e de diálogo, mas a gente achou que essa nova nomenclatura era mais adequada. Agora é Grupo de apoio a pais de homossexuais e transexuais e jovens LGBTs de Sorocaba, GPH Sorocaba, porque dessa forma está cuidando, apoiando os pais de gays, lésbicas e transexuais e apoiando os jovens LGBTs. (assessora técnica da SEDES, 2015)³⁹

Após a alteração, durante as chamadas feitas na mídia ou em cartazes, as nomenclaturas ainda se misturam e aparecem em alguns momentos como EPH e em outros como GPH. De modo geral, o espaço continua ainda, muitas vezes, reconhecido e divulgado na mídia local pela nomenclatura antiga.

Na mídia sorocabana, o GPH é descrito como um espaço de acolhimento e apoio mútuo para pais e mães que não aceitam um filho com orientação homossexual.

³⁷ Pode-se considerar que essa preocupação em “ensinar alguma coisa” ou “fazer um gueto”, os questionamentos têm pertinência, pois, ao possibilitar espaço e visibilidade às demandas da população LGBT o “ensinar” pode ser interpretado como normatização³⁷ e o “gueto” pode ser visto como uma ampliação da guetificação homossexual, onde a liberdade de ser e estar pode ser limitada e controlada (Trevisan, 2008).

³⁸ Entrevista concedida pela assessora técnica da SEDES. Sorocaba. 22.abr.2015. A entrevista na íntegra encontra-se nos anexos da dissertação.

³⁹ Entrevista concedida pela assessora técnica da SEDES. Sorocaba. 22.abr.2015. A entrevista na íntegra encontra-se nos anexos da dissertação.

A Escola de Pais de Homossexuais de Sorocaba será um espaço para o acolhimento de jovens e também de pais e mães, que vivem esse drama familiar pela não aceitação de um filho homossexual. Durante os encontros, essas pessoas poderão trocar informações e experiências, conversar sobre os mitos e as verdades relativas à homossexualidade, falar sobre a relação que eles têm em casa e compartilhar as angústias e receios. (CHAVES, 2013)

No evento inaugural, de acordo com as declarações feitas à mídia pela vice-prefeita e secretária da pasta da SEDES, a criação do GPH é vista como

[...] uma ideia inovadora dentro de um poder público municipal. A nossa ideia é evitar que os jovens homossexuais se envolvam com as drogas e com a prostituição por não terem o apoio e a aceitação da família no momento em que declaram ter essa orientação sexual. (In CHAVES, 2013)

Essa declaração reforça uma concepção das sexualidades que escapam à norma, como causadoras de situações vistas como problemas sociais, que devem ser reprimidos, em especial, a prostituição e o envolvimento com drogas, além de estigmatizar os profissionais do sexo e usuários de drogas como aqueles que apresentam algum tipo de desvio social ou “problema” pessoal.

A fala pode ser interpretada como uma aparente recusa em aceitar que homo/transexuais são tão iguais e diferentes entre si quanto os heterossexuais, expostos aos mesmos problemas e perigos ou ainda há a possibilidade de compreendê-la como uma forma encontrada para legitimar a instituição de uma política pública voltada à população LGBT, em uma cidade conservadora, tendo em vista a possível interferência (negativa) da bancada “religiosa fundamentalista” da Câmara de Vereadores de Sorocaba para os quais a ação foi, a princípio, mal vista e recebida com desconfiança. A visibilidade ou as ações afirmativas voltadas à população LGBT ainda constituem-se em algo perturbador no município.

Ao considerar o fato de que as pessoas que manifestam sua orientação sexual ou identidade de gênero de forma mais ostensiva ou que se distanciam das expectativas, regras e controles sociais podem ser colocadas às margens ou mesmo expulsas indiretamente das principais instituições socializadoras (a escola, a família e o trabalho) e podem vir a tornarem-se causadoras de problemas sociais, pode-se inferir que essa a tuação não deixa de impor e apresentar, para além da proposta de apoio às famílias, outros interesses, poderes e perigos.

O discurso político e teórico que produz a representação “positiva” da homossexualidade também exerce, é claro, um efeito regulador e

disciplinador. Ao afirmar uma posição-de-sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidades e restrições. (LOURO, 2001, p. 544)

Ao criar um espaço para compartilhar e trocar experiências e informações acerca de um determinado tema ou assunto, no caso as questões ligadas ao gênero e a sexualidade, ao se problematizar um discurso, conseqüentemente, haverá a produção de outro e, dessa forma, é importante atentar-se ao fato de que,

Ao mesmo tempo em que eles lutam pelo fim do preconceito podem acabar tornando-se rígidos na exigência de um “padrão” homossexual. Isso levaria a uma regulamentação das práticas, um controle sobre os indivíduos e uma padronização que tornaria mais aceito aquele homossexual que se encaixa em um modo de ser específico. Isso fecha um círculo no qual ficam de fora aqueles que mais “incomodam” e que não se encaixam nesse padrão. (MADLENER e DINIS, 2007, p.58)

Nessa iniciativa do poder público está presente uma concepção - valores que norteiam ou que contornam a criação de um espaço para o acolhimento de pais e mães de homo/transexuais – que, de alguma forma, implica reconhecer que os sujeitos que se envolvem afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo, são vulneráveis e geradores de dificuldades às famílias e à sociedade. Contudo, ao mesmo tempo em que o GPH pode ser considerado uma ação fundamentada no preconceito e nos estereótipos que rondam a existência de desejos e práticas estigmatizados, não se pode negar que um espaço é aberto na cidade, uma fresta que pode desestabilizar uma ordem de coisas instituídas e consolidadas na sociedade sorocabana.

A criação e o destaque dado ao GPH na mídia local podem ser considerados como uma ação afirmativa que traz visibilidade e faz com que se amplie a discussão no município acerca das questões de gênero e sexualidade. Entretanto, até que ponto essa ação, tida como uma idéia inovadora do poder público e que pode ter um caráter transformador, não “serve” aos ideais de uma sociedade preconceituosa e normatizadora?

Dessa forma, pode-se inferir que o GPH, no município de Sorocaba, surge num campo de tensões, aliado às demandas da população LGBT e atrelado aos preconceitos presentes na sociedade, ainda que, atualmente, seja possível dizer que alguns setores sociais passam a demonstrar uma tolerância crescente acerca

da pluralidade existente (LOURO, 2001), a partir da compreensão de que gênero e sexualidade são construções sociais e não algo natural e estável.

CAPÍTULO III – GRUPO DE PAIS DE HOMOSSEXUAIS: GPH

[...] apesar da proliferação de espaços de “tolerância homossexual” em vários lugares do mundo nas últimas décadas e de algumas conquistas legislativas, esta situação não foi capaz de alterar significativamente concepções desfavoráveis e limitadas sobre homossexualidade que continuam sendo difundidas na sociedade. (SCARDUA, A., FILHO, E. A. S., 2006, p.483)

O combate à homofobia e aos direitos da população LGBT, assuntos debatidos pelos movimentos sociais no Brasil e fomentados a partir dos anos 2000,⁴⁰ assumem contornos próprios e um sentido específico na materialidade do GPH Sorocaba. Ao mesmo tempo em que há a expectativa de instaurar um processo de normatização e controle, a existência do GPH também amplia a possibilidade de discussão, reflexão, conscientização e, por fim, de uma convivência mais justa e igualitária, no sentido de compreender que não há uma única forma legítima de ser e viver os gêneros e as sexualidades em um humano que é plural e diverso.

A criação do GPH Sorocaba pode ser considerada uma conquista do movimento LGBT na luta por visibilidade e garantia de direitos por meio da articulação com o poder público, embora seu objetivo declarado seja minimizar os impactos sociais negativos em função de uma orientação sexual ou identidade de gênero, vistas como dissidentes.

Este capítulo busca apresentar as contingências que situam o GPH como um espaço bastante singular onde se produzem os discursos analisados nesta pesquisa.

⁴⁰ Foi apenas a partir de 2001, com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD), vinculado ao Ministério da Justiça, que as ações dos grupos de ativismo LGBT no Brasil começaram também a priorizar a reivindicação de políticas públicas voltadas à promoção de sua cidadania e direitos humanos, para além da esfera de prevenção da epidemia de HIV/AIDS e de apoio a suas vítimas, que já ocorriam desde meados da década de 1980. Esse trabalho de incidência política do movimento LGBT, relativamente tardio quando comparado a outros movimentos sociais, como o de mulheres e o negro (RAMOS & CARRARA, 2006), teve como um de seus resultados mais significativos a inclusão, em 2002, entre as 518 ações previstas na segunda versão do “Programa Nacional de Direitos Humanos”(PNDH-2), de cinco que tratam “orientação sexual” como uma dimensão da “garantia do direito à liberdade, opinião e expressão” e de dez relativas à “garantia do direito à igualdade” de “Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais (GLTTB)”. (MELLO *et al*, 2012a, p.295)

3.1 – O GPH/Sorocaba

Assim como ninguém nasce mulher mas se torna mulher, ninguém nasce homem mas se faz homem ao longo da existência. Aprende-se a viver como tal na cultura, pelos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência e das leis e também, contemporaneamente, pelos discursos dos movimentos sociais de gênero e sexuais. (LOURO, p.5, 2008a)

O GPH Sorocaba é um serviço oferecido pela administração pública viabilizado pela SEDES e sua implementação ocorre por meio da parceria entre a mesma secretaria e uma ONG. A dinâmica de grupo de ajuda mútua, em que ora os participantes se apoiam, ora se envolvem em movimentos de visibilidade e busca pelos direitos LGBTs é o que sustenta seus encontros.

Para a implementação inicial da proposta na cidade, o governo municipal articula-se com a ONG GPH, que desenvolve atividades relacionadas com temática na cidade de São Paulo, conhecida como,

[...] a primeira ONG brasileira fundada para acolher pais que desconfiam ter ou têm filhos homossexuais. [...] fundado com intuito de suprir a falta de um ambiente seguro e acolhedor onde pais e mães pudessem trocar informações e experiências sobre seus filhos e, se for o caso, solidarizarem-se durante o difícil processo de aceitação. Além disso, sabemos que pessoas com a mesma questão pra resolver se sentem mais fortalecidas quando conversam entre iguais (GRUPO DE PAIS DE HOMOSSEXUAIS [GPH], 2006)

A ONG GPH, administrada por Edith Modesto, sua atual presidente, é o modelo no qual Sorocaba se inspira e com a qual se articula para instituir o GPH no município. Suas principais características são: ser exclusiva para pais e mães de LGBTs; ter encontros confidenciais e ser um grupo de acolhimento e ajuda mútua.

Nos grupos da ONG GPH, os encontros acontecem de forma presencial e virtual. As reuniões presenciais são realizadas com pais convidados em dia, horário e local combinados previamente e o grupo virtual conta com pais do Brasil todo, com exclusividade para pais convidados.

Entre as ações desenvolvidas pela ONG GPH em São Paulo, há um trabalho coordenado por jovens gays e lésbicas, realizado com o apoio de pais e

mães. Voltado, preferencialmente, para jovens entre 13 e 24 anos de idade, o projeto é denominado Projeto Purpurina,

[...] é um projeto multicultural pensado pelo GPH – Grupo de Pais de Homossexuais, de iniciativa dele e patrocinado por ele. [...] Nos encontros mensais do Projeto Purpurina, pratica-se o “protagonismo juvenil”, isto é, os próprios jovens escolhem os assuntos de seu interesse e coordenam a reunião, monitorados por especialistas. De modo geral, o objetivo é trabalhar em profundidade a elevação da auto-estima do jovem GLBT, desenvolvendo todos os assuntos considerados importantes para isso, entre os quais a aproximação dos jovens aos seus pais e família. (GPH, 2006)

De acordo com a filosofia apresentada por seus membros, tanto o Projeto Purpurina quanto o Grupo de Pais de Homossexuais funcionam quase que com a mesma dinâmica. Embora, intrinsecamente relacionados, são propostas independentes com focos específicos: A ONG GPH acolhe pais e mães e o Projeto Purpurina se destina especificamente aos jovens LGBTs.

É importante salientar que o grupo de pais de homossexuais organizado pela ONG GPH “não é um grupo de militância de pais que já aceitam. É um grupo para ajudar os pais que ainda não aceitam seus filhos, no difícil processo de aceitação⁴¹ que a maioria atravessa” (GPH, 2006) e tem como dinâmica de atuação a formação de grupos de ajuda mútua.

Os grupos de ajuda mútua são um fenômeno social distinto. O processo de ajuda mútua concretiza-se através da ação dos grupos de parceiros que partilham uma situação de vida através da qual se identificam e fundamenta-se na vivência subjetiva dos problemas de cada um dos membros, isto é, no conhecimento da experiência (MONTEIRO, 1997, p.449)

Nesse contexto, a ajuda mútua é vivida por meio da partilha, das conversas e da descoberta de soluções comuns que dificilmente seriam encontradas de outra forma. Nos grupos de ajuda mútua, de modo geral, há a abertura para a troca de informações e experiências, a busca por acolhimento e, no GPH Sorocaba, cumpre também a função de orientação e aconselhamento ao apresentar outras formas de lidar com questões relacionadas a uma temática - ainda - permeada por tabus e dificuldades numa sociedade heterocentrada e homofóbica.

Os encontros do GPH acontecem, mensalmente, no prédio da SEDES, na região central da cidade, com acesso facilitado à população pela proximidade ao

⁴¹ A aceitação é o foco central no desenvolvimento das atividades e atuação do grupo e são muitos os sentidos acionados por esta expressão ou expectativa.

terminal de ônibus urbano. Durante o dia, o espaço é ocupado pelos funcionários da secretaria, com prestação de serviços e atendimento ao público e, no período noturno, as terças-feiras do mês, são os pais e mães de LGBTs que ocupam o lugar.

Logo na entrada, há uma sala reservada para a reunião com os jovens LGBTs que discutem, sob a orientação de funcionárias públicas da Secretaria, capacitadas⁴² em curso de extensão ministrado por Edith Modesto, temáticas sobre a “aproximação de pais e filhos, o uso de preservativos e relações seguras, amor próprio e respeito ao outro, a possibilidade e a crença em um futuro melhor e diferentes formas de alcançar esse futuro” (Assessora técnica da SEDES, 2014).

Mais ao fundo do prédio, em um auditório amplo, com as cadeiras organizadas em círculo, são desenvolvidas as atividades com os pais e mães. As atividades são similares àquelas já desenvolvidas pela ONG GPH, na capital do Estado.

É por meio da parceria entre as Secretarias de Desenvolvimento, Saúde e Educação que se estabelece um primeiro contato da pesquisadora com o GPH Sorocaba, após receber e aceitar um convite enviado à Secretaria de Educação para que os profissionais da área participem da palestra inaugural que marca o início das atividades desenvolvidas com os pais e mães de homossexuais.

A participação no encontro inaugural não garante o vínculo com o grupo, em função da rotina de trabalho e da dinâmica estabelecida na vida pessoal. O interesse na escola de pais de homossexuais não é suficiente o bastante, nesse momento, para garantir a participação enquanto mãe, mas se torna forte o bastante para o retorno como pesquisadora.

A inserção inicial ao grupo ocorre após contato com Edith Modesto⁴³, presidente da ONG GPH, no qual é apresentada a proposta da pesquisa acadêmica

⁴² Em 2014 funcionários públicos da Secretaria de Desenvolvimento Social foram capacitados também em curso de extensão na USP (SP) para que pudessem continuar com o projeto e colaborar em suas rodas de conversa, de maneira cada vez mais capacitada, eficaz e atrativa [...] (Assessora técnica da SEDES, notas de campo, jun.2014)

⁴³ Entrei em contato com a professora Edith Modesto em 20.jun.2014, primeiramente por telefone, por meio do número disponibilizado no site do GPH. Apresentei-me como mãe de uma jovem homossexual e esclareci o interesse na realização da pesquisa, e, posteriormente encaminhei por e-mail o projeto para conhecimento, aberto às suas considerações

que tem como *locus* de estudo a primeira “Escola de Pais de Homossexuais” do município de Sorocaba e houve a solicitação para sua realização.

Após acolher o pedido, entre outras orientações, a presidente da ONG faz a sugestão para que a responsável pelo projeto no município seja contatada. Prontamente, a assessora técnica da SEDES se coloca a disposição, agradece pelo interesse no trabalho desenvolvido e torna-se uma importante parceira no acesso às informações e dados acerca do GPH.

Coincidência ou não, no mês em que há o primeiro contato, a data da reunião é transferida da semana planejada para a semana seguinte e no corpo do e-mail em resposta à solicitação de autorização para a participação, com vistas à pesquisa, há o convite para frequentar o GPH e participar de seus encontros.

O fato de ser mãe de uma jovem homossexual torna-se condição determinante para a realização da pesquisa nesse espaço, pois não é permitida a participação de outros membros na reunião que não sejam pais ou mães de LGBTs. A abertura e a receptividade dos membros participantes, certamente, também é facilitada pelo mesmo motivo.

Em conversa informal, anterior ao início da reunião, com pais e mães, a assessora e mais uma funcionária que permanece no prédio da SEDES para acompanhar as atividades, esses comentam que a existência de um espaço e de um tempo destinados à discussão de temáticas relativas ao gênero e à sexualidade já é uma conquista, dados os tabus que cerceiam as discussões sobre “esses assuntos.”

Em uma das primeiras idas a campo acontecem dois questionamentos por uma participante assídua. Primeiramente, se pesquisar “diminui a dificuldade” e torna mais fácil entender e aceitar a homossexualidade e, na sequência, se a participação nas reuniões aconteceria, mesmo sem a realização da pesquisa, ou seja, se apenas o fato de ser mãe de uma jovem que se relaciona afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo seria o suficiente para a frequência ao GPH.

A justificativa para a participação está baseada no fato de que, mesmo sendo mãe de uma jovem LGBT, o interesse no GPH, como pesquisadora, surge de

diferentes contextos e situações vividas, tanto na vida pessoal quanto profissional⁴⁴ e também do desejo de conhecer e socializar diferentes experiências no combate à homofobia, até porque “parece evidente que se pode permitir o desperdício de nenhuma experiência social [...] orientada para fortalecer a organização e a determinação de todos os que ainda não desistiram de lutar por uma sociedade mais justa”. (SANTOS, 2014, p.11)

Para a população LGBT e para pais e mães que convivem diariamente com o preconceito na sociedade de um modo geral, o espaço é visto como possibilidade de impactar as relações familiares e interferir positivamente na dinâmica da cidade para a diminuição do preconceito e da homofobia.

3.2 – Os encontros no GPH/Sorocaba

A ajuda mútua é um dos mais significativos movimentos sociais contemporâneos e simultaneamente um processo de ajuda interpessoal [...] (MONTEIRO, 1997, p.449)

Os encontros do grupo formado, no município, contaram com a participação e o acompanhamento de Edith Modesto. Todas as atividades foram planejadas e desenvolvidas sob a sua supervisão durante os doze primeiros meses de implementação do GPH. Após esse período, de acordo com a dinâmica da ONG, uma mãe facilitadora passa a acompanhar as atividades e liderar os encontros do grupo.

Uma das mães que participa do grupo desde o início de sua formação, “capacitada” por Edith Modesto, com a formação no curso oferecido sobre gênero e sexualidade e durante as reuniões iniciais com o grupo é quem desempenha o papel de “mãe facilitadora” no grupo de Sorocaba. É ela quem articula os encontros, quem faz as ligações ou manda mensagens eletrônicas para lembrar aos membros sobre

⁴⁴ A paixão ao tema em torno das homo/transsexualidades e a busca se produziu por existir Biatriz, não há como negar, porém, como mãe, não se impôs a necessidade de freqüentar o GPH em busca da aceitação. A aproximação e o interesse às questões de gênero e sexualidade se deram muito antes dela. Primeiro foram as experiências juvenis, o tornar-se mãe, mulher; depois o contato profissional como educadora e, por fim, o contato maternal onde a homossexualidade se impôs de modo deliberado

as reuniões. Faz a primeira acolhida aos pais e mães iniciantes depois que esses entram para participar das reuniões e se coloca a disposição para buscar parcerias e formações quando essas são solicitadas pelos participantes.

Desde o início do GPH, os encontros são organizados com a separação de pais e mães e jovens LGBTs. De acordo com a presidente da ONG, essa ação é necessária para que todas as pessoas tenham maior liberdade para discutir as questões relativas ao gênero e a sexualidade. "Vamos fazer grupos separados. Um somente para os jovens e outro voltado para pais e mães de filhos homossexuais. Dessa forma, todos se sentem mais à vontade para trabalhar com essa questão". (MODESTO, 2013)

São esses os momentos nos quais as famílias podem trocar informações e experiências, socializar a relação que mantém em casa e compartilhar angústias, medos e receios. Os assuntos discutidos nas reuniões, como já dito, são sigilosos e a participação é restrita a pais e mães de LGBTs.

Para participar dos encontros não é necessária inscrição prévia ou autorização, basta comparecer ao local da reunião no horário agendado, apresentar-se à assessora que recebe cada novo membro que chega e é dirigido às atividades do grupo.

A cada início de reunião, há um tempo para as apresentações onde cada membro diz seu nome e de quem são pais e mães com uma breve descrição de sua história. De modo geral, aqueles que já participam das reuniões contam sua história resumidamente, ao contrário dos que chegam pela primeira vez, que são recebidos por todos que parecem dedicar ao recém-chegado maior atenção e empenho na acolhida.

Nos encontros, não há um planejamento prévio dos temas que serão tratados ou discutidos: eles emergem dos participantes presentes no dia ou das angústias e experiências partilhadas pelos membros.

A primeira participação no GPH acontece no dia 24 de junho de 2014, com chegada antes da hora marcada para o início da reunião. Inicialmente são feitas as apresentações, agora pessoalmente. Surgem as primeiras conversas sobre o interesse na pesquisa, a criação do grupo, a dinâmica dos encontros, sobre as homossexualidades, entre outros assuntos pertinentes. Na sequência, as atividades

do grupo, que já estava organizado para o início das atividades daquela noite passam a ser acompanhadas, observadas e registradas.

Ao entrar, pela primeira vez, no espaço reservado para o encontro estavam presentes quatro pessoas: um casal, cuja mãe desempenha o papel de facilitadora no grupo, com o apoio e participação do marido e mais duas participantes. Assim que se inicia a reunião, propriamente dita, a mãe facilitadora esclarece a finalidade do grupo, comenta rapidamente a participação de Edith Modesto nos primeiros encontros e salienta a importância do sigilo sobre tudo que é dito ou conversado entre os membros presentes.

Nesse primeiro encontro com o grupo, após as apresentações, desde o princípio, a condição de pesquisadora é destacada, o foco da pesquisa apresentado e o projeto compartilhado, fato repetido constantemente ao longo de todas as outras participações. Todos os presentes autorizam a participação, a permanência e a socialização das informações, desde que garantido o anonimato.

O número reduzido de participantes e o fato de todos já se conhecerem e frequentarem assiduamente as reuniões permite a partilha da minha vivência pessoal com eles e a escuta atenta à declaração dos relatos e experiências de todos os presentes. Um a um, todos se apresentam, contam a sua história, falam sobre seus filhos e filhas, sobre o fato de “tornar-se” pai ou mãe de pessoas que têm suas práticas e desejos estigmatizados.

De acordo com os assuntos discutidos ou as demandas apresentadas, para além da ajuda mútua, também são reservados encontros para temas específicos com a presença de especialistas que podem ser das mais diversas áreas desde que contribuam com as discussões do grupo.

Um dos encontros teve a participação dos profissionais do COAS/Sorocaba, para atender à solicitação de um dos pais que demonstrou grande preocupação com esse tema. Para a especialista que proferiu a palestra, o GPH é um importante espaço de formação e informação já que possibilita a pais e mães orientar adequadamente seus filhos e filhas de modo a salientar a importância do diálogo “livre” de preconceitos para a realização do sexo seguro.

Durante as observações realizadas⁴⁵ participam pais e mães que chegam pela primeira vez, choram, dizem estar perdidos, sem saber o que fazer e para onde ir. Outros, que frequentam o grupo, dizem que se solidarizam, recebem acolhida, orientações e conselhos e há outros, ainda, que apresentam certa conformidade com a situação vivida, apesar da declaração do estranhamento e da dificuldade inicial em conviver com as diferentes formas de ser e se relacionar afetiva e sexualmente.

Para Sarti (2004, p.22), grande parte da dificuldade das famílias e de pais e mães, em especial, em lidar com algumas questões, “[...] sobretudo aquelas ligadas à sexualidade, a escolhas ou indagações existenciais, tem a ver com o fato de que tocam em pontos difíceis para os pais, em suas próprias vidas”.

Ao considerar o papel de pais e mães na relação com filhos e filhas LGBTs, no contexto familiar, é necessário reconhecer que cada um dos membros participantes desse contexto traz em si diferentes marcas que interferem em sua forma de lidar e conviver com a diversidade de orientação sexual, de feminilidades e masculinidades, que são próprias das “verdades” interiorizadas, dos discursos ouvidos, das experiências vividas.

Vale lembrar que,

[...] foi na família “burguesa”, ou “aristocrática”, que se problematizou inicialmente a sexualidade das crianças ou dos adolescentes; e nela foi medicalizada a sexualidade feminina; ela foi alertada em primeiro lugar para a patologia possível do sexo, a urgência em vigiá-lo e a necessidade de inventar uma tecnologia racional de correção. (FOUCAULT, 1999, p.114)

Como já observado por outros pesquisadores⁴⁶, a dificuldade de conviver com a visibilidade das homo/transsexualidades são recorrentes e estão presentes na fala de todas as pessoas – pais e mães - que, em algum momento, participam dos encontros no grupo. A homofobia é um fenômeno presente no cotidiano da maioria das famílias, vista ainda como

[...] algo familiar e consensual, sendo percebida como um fenômeno banal: quantos pais ficam inquietos ao descobrir a homofobia de um(a) filho(a)

⁴⁵ A participação nos encontros do grupo, ao longo de mais de um ano, de junho de 2014 a setembro de 2015, mostrou-se um período satisfatório para o trabalho de campo e apreensão dos discursos produzidos enquanto séries regulares de acontecimentos (FOUCAULT, 1996).

⁴⁶ Sullivan (1996), Schulman (2013), Facchini (2013)

adolescente? Ao passo que, simultaneamente, a homossexualidade de um(a) filho(a) continua sendo fonte de sofrimento para as famílias. (TEIXEIRA, 2011, p.17)

Nesse sentido, os encontros no formato de ajuda mútua, em que um membro apoia o outro por meio da socialização de suas experiências pessoais, com o relato de situações singulares de dificuldades ou superação, amplia a possibilidade para que um processo de ressignificação seja elaborado, tendo em vista que, de modo geral,

A família é o primeiro lugar em que todo mundo aprende a homofobia, é o primeiro lugar em que os homossexuais sofrem com a homofobia, é o primeiro lugar em que os heterossexuais aprendem que eles terão o poder, pois desde que nascemos há a expectativa da heterossexualidade, mesmo que os pais sejam feministas, mesmo que os pais sejam homossexuais. (SCHULMAN, 2013, p.367)

A participação, para estes pais e mães que freqüentam o GPH, pode desempenhar uma função importante, pois,

A família seja como for composta, vivida e organizada, é o filtro através do qual se começa a ver e a significar o mundo. [...] A família, inclusive para os adultos, continua tendo essa função de dar sentido às relações entre os indivíduos e servir de espaço de elaboração das experiências vividas (SARTI, 2004, p.17)

Dessa forma, a família, não enquanto idealização sonhada, mas, como realidade vivida, apresenta-se como um terreno fértil para que um processo de novas aprendizagens seja desencadeado e experiências, reelaboradas.

3.3 - Caracterização dos participantes assíduos

[...] os diferentes sujeitos sociais devem ser contextualizados em sua dimensão histórica, pois são momentos da vida, vividos no fluxo de uma história [...] (BRANDÃO, 2007, p. 54)

Para a realização da pesquisa, no campo, todos os membros participantes do grupo, as relações e os discursos produzidos são foco de atenção, constantemente observados e registrados, “a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber” (BRANDÃO, 1997, p.53)

Para a participação nas reuniões, como já dito, a única exigência é que o membro seja ou desconfie ser pai ou mãe de um filho ou filha cuja forma de ser ou se expressar se distancie dos rígidos padrões heteronormativos impostos aos gêneros e às sexualidades. Não há condições quanto a outros marcadores sociais, como idade, escolaridade, classe social ou religião, o que possibilita a socialização de experiências ecléticas e a discussão de pontos de vista algumas vezes, divergentes, que enriquecem o debate e a problematização.

Uma breve e genérica apresentação dos pais e mães que participam das reuniões, no período em se realizou o trabalho de campo, talvez possa facilitar a apreensão acerca do GPH, colaborar na compreensão do espaço pesquisado e dos discursos produzidos.

É importante salientar que, entre os participantes, há maior interesse sobre os pais e mães que frequentam assiduamente o grupo, com participação mais intensa e que demonstram maior envolvimento durante as reuniões. Nesse espaço, a presença de mães é predominante, pois, para cada três mães assíduas há, em média, um pai. A maioria, durante a realização do trabalho de campo, se declara branca, casada e pertencente à classe média⁴⁷, com idades variadas entre 40 e 60 anos.

Em um dos encontros, apenas uma das frequentadoras assíduas se declarou negra. A menção ao fato foi feita como um marcador social que traria prejuízos ainda maiores ao filho. Segundo o relato da mãe, o fato de o filho ser gay e negro ampliava suas chances de exposição à violência contra as minorias e grupos marginalizados.

O aspecto que aparece com maior diversidade, entre os freqüentadores, é a religião: católicos não praticantes, católicos praticantes, espíritas kardecistas, evangélicos de diferentes denominações e umbandistas, com variados graus de envolvimento na comunidade ou atividades religiosas a qual se dizem adeptos.

⁴⁷ Tendo como critério básico a renda familiar, de acordo com o IBGE, poderíamos classificar como pertencendo à classe média, aproximadamente, metade das famílias brasileiras, que se situam em uma faixa de renda entre dois e dez salários mínimos por mês. Disponível em <<http://radames.manosso.nom.br/palavras/politica/o-que-e-classe-media/>>. Acesso 09.out.2015

No grupo, há pais e mães que anunciam ter filhos gays, lésbicas, bissexuais e transgênero. Apenas um casal compartilhou a experiência de ter uma filha transgênero que, segundo eles, foi denominada do sexo masculino ao nascer, mas sempre se identificou com o gênero oposto.

Para participar das reuniões do grupo, a motivação, de acordo com os participantes, surge da possibilidade de compartilhar experiências, conhecer histórias, expor e sanar dúvidas, adquirir conhecimentos acerca do “universo LGBT”, encontrar auxílio para resolução de problemas do cotidiano, sentir-se acolhido e compreendido, contribuir e desabafar. Para esses pais e mães, o grupo colabora para um processo de ensino-aprendizagem sobre como lidar com as diferenças ao discutir mitos e tabus e falar de sexualidade com clareza e simplicidade. De acordo com os pais, ao freqüentar o grupo, a diferença passa a ser vista de forma menos negativa e o “fardo”, para eles, se torna mais leve.

Entre as atividades mais valorizadas, para além das palestras, leituras de textos ou formações, estão o falar e ser ouvido, a compreensão, o apoio e a partilha das experiências vividas. Dessa forma, o espaço do GPH Sorocaba produz discursos, saberes, proporciona aprendizagens⁴⁸; para alguns, o espaço é visto como indispensável para que temáticas relativas às sexualidades e aos gêneros sejam discutidas e problematizadas e que as angústias e experiências sejam partilhadas.

- Tenho amigos, alguns desde a infância, eles sabem do meu filho, mas, não consigo me abrir com eles, falar... nem dá pra falar desses assuntos em qualquer lugar. Parece que você só consegue falar com quem sentiu essa dor que não é palpável. Se você teve uma experiência de vivenciar essa situação num período mais... difícil, quando você vai conversar com uma pessoa você fala a mesma língua porque você viveu e você sabe entender e o outro vai saber ouvir. (Notas de campo, pai, 19.mai.2015)

A socialização das experiências vividas, por esses pais e mães, (re)produzem discursos, ditam formas de convivência, regras de controle e normatização e, é nessa troca, segundo eles, que aprendem a tornarem-se pais e mães de LGBTs. Assim, pais e mães não são vistos como meros expectadores na vivência das homo/transsexualidades, em virtude da importância que desempenham

⁴⁸ Nesse sentido, consideramos que a denominação inicial de “escola”, embora referida a outros motivos pelos criadores do GPH acaba por assumir outro sentido, também coerente com o que ocorre no grupo

no contexto familiar e na vida em sociedade. Eles podem não ser considerados os protagonistas, sobre os quais a trama se desenvolve nesse cenário, mas são personagens importantes nas trajetórias vividas em busca de uma convivência familiar e social mais justa, igualitária e harmoniosa.

CAPÍTULO IV – AS TRAJETÓRIAS DE PAIS E MAES DE LGBTs NO GPH: CATEGORIAS E CONVENÇÕES EM DISCURSO

Se alguma coisa nos anima a escrever é a possibilidade de que esse ato de escritura, essa experiência em palavras, nos permita liberar-nos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos para ser outra coisa, diferentes do que vimos sendo. (LARROSA & KOHAN, 2002, p. 5).

Neste capítulo serão apresentadas as trajetórias vividas por pais e mães que frequentam o GPH Sorocaba⁴⁹, um espaço de acolhimento destinado àqueles que encontram dificuldades para conviver com as diferentes formas de ser e sentir desejos e afetos. A análise dos discursos produzidos pelos personagens principais do GPH, ou seja, pais e mães de LGBTs, e a manifestação das categorias e convenções sociais que emergem nesse espaço são os focos de atenção.

Investigar os discursos produzidos abre a possibilidade de apreender as diferentes formas e estratégias mobilizadas para a produção e transformação de sentidos e significados construídos. A produção de um discurso, em especial a produção do discurso nesse espaço, não se dá senão permeada pelas correlações entre os três eixos que constituem a sexualidade: “[...] a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade” (FOUCAULT, 1998, p.9), ou seja, pelas relações de saber-poder-verdade. Dessa forma, não é possível àquele que diz, dizer sem que seja atravessado por outros discursos.

Se o objetivo aqui é apresentar os discursos produzidos e sobre eles realizar uma análise, torna-se premente explicitar em que perspectiva o discurso foi compreendido e analisado.

⁴⁹ Para Goffman (1963) “Essas associações são, quase sempre, o ponto máximo de anos de esforço por parte de pessoas e grupos situados em diversas posições e constituem um objeto de estudo exemplar enquanto movimentos sociais. [...] existem comunidades residenciais desenvolvidas, étnicas, raciais ou religiosas, com uma alta concentração de pessoas tribalmente estigmatizadas [...] tendo a família, e não o indivíduo, como unidade básica de organização.”. (p. 22)

Para Foucault (1996) os discursos devem ser tratados como conjuntos de acontecimentos discursivos, séries homogêneas, porém, descontínuas umas em relação às outras, ou seja, estão presentes nestas séries cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis.

[...] o discurso deixa de ser o que é para a atitude exegética: tesouro inesgotável de onde se podem tirar novas riquezas, e a cada vez imprevisíveis [...] ele aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização. (FOUCAULT, 2013, p.148)

O discurso produzido em espaços ritualizados de interação e ajuda mútua segue determinados padrões que possibilitam o falar e ser ouvido, que permitem a troca entre aqueles que partilham de uma mesma experiência e diferentes informações, formações e valores sobre um mesmo tema. A experiência aqui está sendo compreendida como “[...] a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 1998, p.8)

Discurso e poder estão intrinsecamente relacionados, pois, “[...] O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996, p.10).

Foucault (1996) recomenda que para a análise dos discursos em suas condições, seu jogo e seus efeitos é necessário antes “[...] questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento e suspender, enfim, a soberania do significante”. (p.51)

Há uma vontade de verdade que se distancia da vontade de saber, que é reconduzida “pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido de certo modo atribuído. [...] Essa vontade de verdade tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção.” (FOUCAULT, 1996, p.17)

A análise foca o discurso enquanto um acontecimento discursivo. Acontecimento que se efetiva sempre no âmbito da materialidade.

Ainda em relação aos acontecimentos, Foucault (1978) pergunta a si mesmo: “Se o acontecimento foi, durante um tempo, uma categoria pouco avaliada [...] pergunto-me se, compreendida de certa maneira, a “acontecimentalização” não é um procedimento de análise útil” (FOUCAULT, 1978, p. 332) e apresenta como a primeira função teórico-política do que chamaria de acontecementalização a “[...]”

ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas.” (FOUCAULT, 1978, p.332)

[...] a “acontecimentalização” consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias, etc., que, em um dado momento, formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade. (FOUCAULT, 1978, p.332)

Nesse sentido, pesquisar é estar diante da situação posta e investigá-la a partir do potencial presente, no espaço, e disponibilizado pelas pessoas que vivem uma experiência única e singular.

A experiência soa como “aquilo que nos acontece, nos sucede”. O sujeito da experiência é, sobretudo, um espaço onde têm lugar os acontecimentos. (LARROSA, 2002, p.21)

Assim, é importante ter clareza da problemática, da concepção teórica e dos objetivos que norteiam a pesquisa, pois conhecer as trajetórias percorridas por pais e mães que frequentam um grupo de ajuda mútua em função das dificuldades que sentem e vivem no relacionamento com filhos e filhas LGBTs, equivale a caminhar com eles, constituir esse próprio caminho e constituir-se no caminhar.

4.1 – A aceitação como estratégia de superação do sofrimento

Conhecer, pesquisar e escrever [...] significa resistir à pretensão de operar com a verdade. Implica entender que qualquer verdade ou certeza (incluindo, obviamente, as nossas) está ancorada no que é possível conhecer num dado momento, portanto, é provisória, situada. (LOURO, 2007, p.241)

No GPH Sorocaba, os discursos produzidos por pais e mães explicitam a busca por aquilo que o grupo nomeia como *aceitação* de filhos e filhas LGBTs - por meio da participação nas reuniões, onde há a possibilidade da ajuda mútua, da partilha, das conversas, da troca de experiências, de informação e formação – que

marca como categoria central os caminhos trilhados e os procedimentos realizados nessas trajetórias⁵⁰.

Deparar-se com um filho homossexual é uma barra do cão; se tivesse que morrer de infarto, já tinha morrido. Aceitar de coração aberto, com alegria, isso é mentira. É difícil! É meu filho, a gente acolhe, com a homossexualidade... a gente aprende a conviver.
(Notas de campo, pai, 15.set.2015)

Essa busca é considerada por pais e mães como uma alternativa diante da constatação das homo/transsexualidades de filhos e filhas que, para os membros do grupo, significa uma experiência de *sofrimento* e *dor*.

- *A gente foi criado assim, eu ainda sofro, tem muitos pais que sofrem...*
[...]
- *A gente sofre muito, dói...*
(Notas de campo, diálogo entre um pai e uma mãe, 24.fev.2015)

A instituição desse lugar de enunciação das falas que apresentam certa homogeneidade entre os participantes tem como um de seus aspectos a não correspondência às expectativas familiares de sexo-gênero-sexualidade e o estabelecimento das homo/transsexualidades como formas não legítimas de expressar-se, de expressar desejos e afetos...

A coerência e a continuidade supostas entre sexo-gênero-sexualidade servem para sustentar a normatização da vida dos indivíduos e das sociedades. A forma “normal” de viver os gêneros aponta para a constituição da forma “normal” de família, a qual, por sua vez, se sustenta sobre a reprodução sexual e, conseqüentemente, sobre a heterossexualidade. (LOURO, 2008b, p.88)

São impostos contornos e limites às sexualidades e ao gênero e sua constituição é controlada e vigiada por normas e regras que têm como pressuposto a heterossexualidade, referência a ser seguida e ideal a ser atingido.

De modo mais amplo, as sociedades realizam esses processos e, então, constroem os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma (que estão em consonância com seus padrões culturais) e aqueles que ficam fora dela, às suas margens. (LOURO, 2000, p.15)

⁵⁰ Em respeito ao anonimato dos participantes, ao “sigilo” das reuniões e à condição imposta de ser pai ou mãe de LGBT para participar do GPH, de modo que não haja qualquer possibilidade de identificação, as referências feitas aos discursos dos participantes, provenientes das notas registradas em caderno de campo, serão feitas apenas as indicações pai ou mãe e as datas dos encontros. É importante salientar que a não identificação individual dos participantes não acarreta prejuízos ao resultado ou interfere no alcance dos objetivos da pesquisa.

As formas que não correspondem a essa “sequência natural” são marginalizadas e, de acordo com os participantes, geram *sofrimento* pelos estigmas que carregam. Nesse contexto, não estar dentro da norma da sexualidade representa uma mudança repentina de cenário, muito diferente daquele que, na maioria das vezes, os pais haviam planejado, sonhado e, sobre o qual haviam projetado suas expectativas em relação aos seus filhos e filhas gerando dificuldade para lidar com o novo acontecimento.

- [...] dói e é difícil lidar com a situação
(Nota de campo, mãe, 15.jul.2014)

- Para nós que somos de outra geração, é difícil
(Nota de campo, pai, 16.dez.2014)

É importante considerar que o processo de constituição dessa condição de *sofrimento* e *dor* é o que move pais e mães para a participação nos encontros do GPH, em busca do que para eles significa um processo de *aceitação*, como um caminho possível para aprender a conviver com as homo/transsexualidades declaradas por filhos e filhas

Aceitação que impõe questionar certezas, ressignificar verdades, dogmas, paradigmas. Esse processo implica diminuir o sentimento de inadequação às expectativas, o que de acordo com as famílias gera *sofrimento* e *dor*. É ter condições de acolher o filho ou filha, respeitar os relacionamentos homoafetivos, minimizar a *culpa* e a *vergonha*. *Aceitar* é aprender a conviver com o filho ou a filha em um cenário diferente daquele que foi projetado inicialmente, é assumir o desafio de lutar contra o preconceito social introjetado, é ser capaz de compreender que as homossexualidades são formas de expressão, entre outras, de afeto e sexualidade entre pessoas.

O que marca as trajetórias vividas é o desejo de compreender a orientação sexual ou identidade de gênero de filhos e filhas, vistas por esses pais e mães como dissidentes e, além disso, segundo eles, aprender a tornarem-se pais e mães de LGBTs. As trajetórias são “o resultado de uma elaboração, de um itinerário e de uma síntese de influências diversas” (Heilborn, p.155). Iniciar essa trajetória implica um processo de “*assimilar um golpe*”, tendo em vista que,

Orquestrados pela heteronormatividade, os processos de construção de sujeitos compulsoriamente heterossexuais se fazem acompanhar pela rejeição da homossexualidade, expressa por meio de atitudes, enunciações

e comportamentos, não raro, abertamente homofóbicos. [...] E embora para a instituição heteronormativa da seqüência sexo-gênero-sexualidade concorram diversos espaços sociais e institucionais, parece ser na escola e na família onde se verificam seus momentos cruciais (JUNQUEIRA, 2009, p.19)

Dessa forma, ter um filho ou filha LGBT significa um golpe que a vida impõe a estes pais e mães quando suas expectativas não são realizadas da maneira esperada, o que causa, segundo eles, *sofrimento e dor*.

- *Tem gente que tem mais facilidade de assimilar o golpe.*
(Nota de campo, pai, 21.out.2014)

- *Eu falo por mim, no íntimo ainda sofro, muito! Você falar que não sofre... a gente luta, aprende a ser pai de um filho...*
(Nota de campo, pai, 19.mai.2015)

Nesse sentido, o GPH é um espaço que...

- *[...] ajuda, é um grupo que apoia, dá acolhida*
(Nota de campo, mãe, 15.jul.2014)

É a dificuldade que pais e mães dizem sentir que gera, para os membros do grupo, *sofrimento e dor*. Fato que os leva a procurarem o GPH, quando têm conhecimento de sua existência por meio de notícias em jornal, anúncios de revistas, cartazes em terminais de ônibus ou quando são convidados por uma das pessoas já participantes. Todos chegam em busca de ajuda, apoio, orientação.

- *Aqui a gente arruma um ombro.*
(Nota de campo, pai, 21.out.2014)

- *Conhecemos o grupo que ajuda muito, precisamos compreender...*
(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)

- *Eu convivo com a homossexualidade dele, mas, estou aqui porque preciso de ajuda, estou aqui para ajudar e ser ajudada. Acho que preciso...*
(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015)

Esses trechos repetem enunciações feitas já tantas vezes por outros pais e mães de LGBTs. A diferença é de que no grupo esses encontram um lugar para partilhar sua história e contar suas experiências. Um lugar considerado importante e necessário, de acordo com pais e mães que frequentam o GPH.

- *[...] é necessário ter grupos de apoio que ajudem a compreender.*
(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)

- *[...] a participação no grupo é muito importante, ajuda.*
(Nota de campo, pai, 18.nov.2014)

A família, que nesse contexto, é compreendida como aquela que acolhe, que cuida, passa a ocupar o lugar da família que sofre e que precisa de ajuda. Isso não acontece sem que outros sentimentos relacionados ao afeto, aos cuidados com os filhos e filhas, ordinariamente presente às famílias, também se façam surgir. De modo geral, essas famílias encontram dificuldades para proporcionar a sensação de acolhimento desejada.

- Muitas vezes eles se fecham no sofrimento deles e a gente não tem como entrar, é preciso encontrar caminhos.

(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015)

- O sofrimento deles, o preconceito é muito mais pesado. A gente tem que participar, é meu filho.

(Nota de campo, pai, 18.nov.2015)

- Minha ficha caiu quando ele me perguntou: “mãe, você já pensou em se matar? Eu já pensei nisso, seriamente, três vezes”.

(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015)

Há uma dupla necessidade nessas trajetórias: *assimilar o golpe*, ou seja, aceitar seus filhos e filhas e aprender a “tornarem-se” pais e mães de LGBTs, o que significa ter condições de desempenhar a função de uma família que compreende, protege e acolhe. Assim, aceitar implica um processo de reelaboração e ressignificação permeado pela afetividade presente nas relações familiares, entre pais e mães que frequentam o GPH e seus filhos e filhas.

- A aceitação tem alguns estágios... Você aceita porque tem um filho, que você ama... se não fosse seu filho, se você não o tivesse, você não aceitaria. Mas é necessário entender que sua aceitação é porque é seu filho, aí você aceita se fosse outro, não...

(Nota de campo, pai, 17.mar.2015; grifo meu)

- Tivemos os sustos iniciais e a gente foi aprendendo... vivendo um dia de cada vez, sentindo as etapas e superando as dificuldades...

(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015; grifo meu)

O estudo destas trajetórias, em busca daquilo que para pais e mães é a busca pela *aceitação* das homo/transsexualidades de seus filhos e filhas, pressupõe a compreensão dessa experiência como um processo vivido que permite aprofundar e diversificar as concepções acerca da temática e colaborar para a revisão de “verdades” preconcebidas.

A investigação de uma trajetória singular, vivida por pais e mães que frequentam o GPH proporciona o acompanhamento das possibilidades e limites de um grupo concreto em um espaço social determinado e delimitado - a cidade de

Sorocaba - construída e definida também pelos próprios participantes, seus moradores e que, agora, tornam-se pais e mães de LGBTs e se encontram em uma busca relacionada com a vivência do afeto e da sexualidade de seus filhos e filhas nomeada pelos participantes do grupo como *aceitação*.

4.2 – Da percepção das homo/transexualidades ao imperativo de se declarar

A maioria das pessoas participantes no GPH afirma ter o que eles denominam de *percepção* da orientação sexual ou identidade de gênero de seus filhos e filhas. Quando são crianças ainda muito pequenas, realiza-se uma atribuição precoce das homossexualidades. Há quem diga que alguns indícios se fazem presentes desde a mais tenra infância.

- *Percebi a homossexualidade do meu filho quando ele estava com três anos e meio.*

(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)

- *[...] nunca vi ele diferente, desde pequenininho, ele só brincava de boneca, ficava com as meninas...*

(Nota de campo, mãe, 16.dez.2014)

- *[...] desde pequena a gente percebia, mas parece que a gente não quer enxergar. Com 9 anos a gente colocou ela num colégio que oferecia aulas e, entre a dança e o taekwondo, escolheu o taekwondo. Ao comprar roupas ela dizia “mãe, quero cueca!”*

(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015)

É importante considerar que esse passado é ressignificado posteriormente o que torna impossível distinguir, nesses casos, entre o passado realmente vivido e o passado reconstruído. Dessa forma, ao realizar a análise dos discursos produzidos no GPH em relação à *percepção* das homo/transexualidades revelada por pais e mães, essa pode ser inserida numa dimensão social mais ampla, onde há uma dificuldade de compreensão das inúmeras possibilidades de articulação entre gênero e orientação sexual, ou seja, assentir que as pessoas podem assumir posições diversas em diferentes situações.

Tanto as ideias acerca da orientação sexual quanto àquelas relacionadas às identidades de gênero, a princípio, são vistas com a mesma definição, ou seja, há uma referência aos padrões socialmente construídos de

masculinidades e feminilidades que leva muitos pais e mães a afirmarem que já desconfiavam da homossexualidade de filhos e filhas.

- *Eu sei desde pequeno que ele é [homossexual], por seus trejeitos efeminados.*
(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)

Nessa afirmação está subjacente a relação da homossexualidade com o estereótipo social que define os homossexuais do sexo masculino como sujeitos efeminados. No entanto, a ressignificação da infância associando-a a posterior homossexualidade de filhos e filhas e as vivências precoces típicas do gênero oposto é desafiada em alguns casos,

- *Ele é menino, nunca deu pinta. Como eu ia desconfiar ou saber?*
(Nota de campo, pai, 19.ago.2014)

Dessa forma, para os pais e mães que frequentam o GPH, a chamada *percepção* ocorre por meio do reconhecimento de ações e comportamentos aprendidos e ensinados cultural e historicamente como próprios dos homossexuais, isto é, as meninas se aproximarem às atividades e ao jeito de ser considerados masculinos e os meninos, demonstrarem emoções, sentimentos e delicadezas, exclusivos do universo feminino.

- *Eu fui educada que menino tem que jogar bola e menina tem que brincar de boneca ou é gay.*
(Nota de campo, mãe, 24.fev.2014)

Pode-se notar que a *percepção* das homo/transsexualidades, nesse espaço, ainda está muito atrelada aos dogmas e paradigmas que a acompanham ao longo da história da humanidade.

A história de construção desses conceitos [hetero, bi e homossexualidade] nos mostra que eles nasceram no século XIX e que, antes disso, essas palavras não existiam. Todavia, a prática sexual entre pessoas de mesmo sexo biológico sempre existiu, mas isso também não implica dizer que essas pessoas fossem ou se sentissem homossexuais, no sentido em que usamos o verbo ser (aquilo que não varia) ou mesmo no sentido do “estar” (transitório). Antes da invenção desses conceitos — que falam da interiorização da sexualidade em um sujeito [...] —, a prática sexual não servia como “prova” de revelação da subjetividade de ninguém. (TEIXEIRA FILHO, 2011, p.50)

Na fala do pai de uma adolescente identificada como transgênero,⁵¹ cuja orientação sexual ainda não é definida e não há, portanto, a possibilidade de relacionar as regras impostas aos gêneros à obrigatoriedade da definição da orientação sexual da adolescente, esta relação entre orientação sexual e identidade de gênero surge de forma não conectada.

*- Percebemos a diferença desde que ele tinha dois anos de idade. Em verdade, ele nunca se viu como menino, é uma menina. Desde pequeno ele colocava a fralda na cabeça pra fingir que era cabelo, sempre brincou com bonecas. Mas ainda não decidiu se eu posso chamar ele de ele ou de ela.
(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015)*

Ainda de acordo com o pai, o filho se sente uma mulher, no entanto não declarou sentir atração por homens ou mulheres. Dessa forma, a definição de sua orientação sexual pode ser tanto heterossexual quanto homossexual.

Esse anúncio, após as inúmeras possibilidades discutidas no grupo acerca de gênero, sexo e suas expressões, acaba por gerar certo desconforto e estranhamento entre os participantes, ao constatarem que as classificações binárias e dicotômicas não abarcam aqueles que se afastam do padrão normativo ou que não se encaixam nas definições tradicionais.

*- É muito doido tudo isso (pai)
[...]
- Muito da energia... gays, lésbicas, bi, tem outros mais ainda... (pai)
[...]
- Só quem vive, sabe! Não dá pra definir (mãe)
[...]
- LGBTTT... trans, não binário? (mãe)
[...]
- É tudo tão complexo... (pai)
(Notas de campo, pais e mães, 17.mar.2015)*

De modo geral, há muitas dúvidas e é comum ao chegar este período da adolescência, diante de outros indícios de que algo está “fora do lugar” - como o isolamento dos filhos, certo tom de agressividade nas relações e a fuga da convivência no ambiente familiar – os questionamentos acerca dos namoros e dos

⁵¹ O termo transgênero se refere a uma pessoa que sente que ele ou ela pertence ao gênero oposto, ou pertence a ambos ou nenhum dos dois sexos tradicionais. [...] Embora a comunidade de transgêneros seja reconhecida como uma parte da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTTT), o Movimento Transgênero (Transgender Movement) se distingue do Movimento LGBTTT por ter reivindicações específicas (Barbara Garii, 2007), como, por exemplo, a luta contra a medicalização e patologização da transexualidade, e reivindicação de políticas que permitam o amplo acesso a serviços de saúde sem serem discriminados pelos profissionais de saúde e a mudança de nome, condizente com sua identificação de gênero. (ÁVILA e GROSSI, 2015, p. 02)

relacionamentos afetivos. De acordo com os pais do GPH, isso faz surgir uma sensação de inadequação, gerando um incômodo maior aos familiares que sentem a necessidade de um esclarecimento.

*- [...] ele [o filho], se fechou muito e nas relações, foi se afastando, acabou se tornando agressivo, os diálogos com ele eram monossilábicos, precisávamos saber o que estava acontecendo, o que ele queria.
(Nota de campo, mãe, 18.nov.2015)*

Nesse momento, alguns pais e mães são levados a buscar a definição da identidade de gênero ou orientação sexual de filhos e filhas ou a confirmação dos indícios “percebidos” por esses, algumas vezes, já na infância. Impõe-se a necessidade ou a exigência de uma confissão feita pelo próprio filho ou filha. “A confissão não implica, pois, uma simples constatação de si próprio, pois estabelece no que fala o compromisso de ser o que se afirma que é: há um imperativo de se descobrir a verdade sobre si” (GARCIA, 2004, p. 67)

Passa-se da suposta *percepção* da diferença em relação aos padrões instituídos aos gêneros e ao sexo – feminino/masculino, hetero/homo - à necessidade de uma definição que deve ser declarada.

*- A gente falava: “se é isso que você quer você precisa se abrir, tem que falar”.
(Nota de campo, mãe, 19.mai.2015)*

*- Um dia a colocamos na mesa e falamos: “pode contar!”. Mas ela não confessava.
(Nota de campo, mãe, 17.mar.2015)*

*- [...] a gente sentava e o pai falava: “conta pra gente”. Tinha muito choro, mas, nunca assumia...
(Nota de campo, mãe, 17.mar.2015)*

A confirmação dos indícios dissipa definitivamente as expectativas construídas em torno desse filho ou filha antes mesmo de nascer.

Quando o feto da criança é revelado, o que era uma abstração passa a ter concretude. O feto já não é feto, é um menino ou uma menina. Essa revelação evoca um conjunto de expectativas e suposições em torno de um corpo que ainda é uma promessa. (BENTO, 2011, p.550)

A construção social dos gêneros e das sexualidades é produzida nas relações que marcam as diferenças, que nomeiam, classificam e categorizam as pessoas por meio de um processo sutil e quase invisibilizado com a naturalização dos limites impostos.

Ao criar expectativas a partir da definição de um sexo biológico, impõe-se um aparato de medidas e estratégias de controle, constantes e repetidas, para a incorporação – para adentrar nos corpos – de determinados comportamentos e condutas, desejos e valores específicos definidos na expectativa da existência de uma coerência linear entre sexo, gênero e sexualidade.

A *percepção* das homo/transsexualidades, nesse contexto, significa a não correspondência fiel aos padrões instituídos de feminilidades e masculinidades. Padrões socialmente construídos e fortemente reproduzidos na família, “lugar de suporte permanente da sexualidade, em que os mecanismos de poder vão se ramificar da forma mais abrangente” (GARCIA, 2004, p.51)

A declaração de uma orientação sexual ou identidade de gênero não correspondente às expectativas sociais heteronormativas é vista, a princípio, como possibilidade inaceitável ou como uma forma não legítima de ser e viver o gênero e a sexualidade.

4.3 – Culpa e vergonha frente aos afetos dissidentes

Nos discursos elaborados por pais e mães do GPH, as causas das homo/transsexualidades também fazem parte das buscas e estão presentes durante os encontros. Ao buscar o porquê, as justificativas passam a ser acionadas.

As justificativas apresentadas durante os relatos, de modo geral, remetem principalmente a uma consequência da ação dos pais e mães, como se esses tivessem o poder de determinar a orientação sexual ou a identidade de gênero de filhos e filhas pelo simples fato de tê-los parido ou educado.

- [...] fiquei muito abalada, me culpava
(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)

A dificuldade em conviver e falar acerca das homo/transsexualidades é grande e a *culpa* que declaram sentir se impõe de modo tão imponente que quando chegam ao grupo apenas choram e repetem “a *culpa* foi minha, não sei o que fiz pra ele ser assim.”

Nessa perspectiva, para além de compreender que existem inúmeras possibilidades de acordos e arranjos entre o gênero, a sexualidade e as pessoas, é necessário desconstruir a crença de que a sexualidade pode ser definida por meio de educação “adequada”, capaz de mantê-los dentro dos limites impostos pelos padrões e regras heteronormativas visto que,

O princípio da educação que se orienta pela ideia de “evitar o homossexualismo na família” traduz o mais amplo preconceito social existente na nossa sociedade: o preconceito contra homossexuais e contra a homossexualidade. (SOUZA, 2001, p.04)

O passado, a infância e as escolhas feitas são apresentados como justificativas que talvez possam explicar as causas do filho ou filha ter declarado ser trans ou homossexual.

- [...] o fato de ter me casado de novo... ter tido outro filho... isso pode ter influenciado nas decisões dela. [da filha]
(Nota de campo, mãe, 15.jul.2014)

- [...] Eu tenho marido... ele foi criado com amor pela minha mãe... mas foi muito paparicado...
(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)

- [...] ouvi de profissionais que a ausência paterna, a falta de participação masculina foi o que faltou. [Ao procurar ajuda que justificasse a causa]
(Nota de campo, pai, 24.fev.2015)

São muitas as frases que não se completam, ficam suspensas e são marcadas por um silêncio absorto. A sensação é a de que, implícito nesses ‘vazios’, há um desejo de voltar ao passado, fazer de novo, diferente. As falas remetem a um “não ter dado certo”, “ter falhado” e tornar este fato público, visível à sociedade, traz constrangimentos à família.

- [...] eu me sinto responsável por elas, pela educação delas, me sinto assim... uma coisa que não deu certo e eu falhei.
(Nota de campo, mãe, 17.mar.2015)

Em alguns momentos torna-se mais importante a necessidade de justificar as razões pelas quais são pais e mães de pessoas que não correspondem, fielmente, às normas sociais e às expectativas construídas do que buscar a compreensão sobre as homo/transsexualidades, tendo em vista que

[...] não há nenhuma verdade absoluta [...] e que as ideias e práticas a elas associadas são produzidas *historicamente* no interior de sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com o todo destas sociedades. (FRY, 1983, p.07)

No entanto, parece haver certo cuidado, um temor suspenso no ar de que ao relatar pode-se confirmar que pais e mães são mesmo os culpados, como se houvesse alguma verdade a ser descoberta.

- Eu deixei ele com a minha mãe, era muito nova, mas agora casei, trouxe ele de volta...
(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)

A fala surge no espaço do GPH quase como um “eu errei, eu sei, mas estou tentando consertar.” Como já salientado, é durante as conversas que essa *culpa* sentida, aos poucos, se dissipa e as verdades e dúvidas que cercam as sexualidades são, gradativamente, questionadas.

- Vai entender? Mas ninguém sabe explicar, porque nem eu sei explicar porque eu sou hetero, só sei que eu gosto de fazer sexo com homem. E que culpa eu tenho se ele também?
(Nota de campo, mãe, 19.mai.2015)

Nos encontros com o grupo, na partilha, na discussão e na leitura de textos sobre a temática, as justificativas, aos poucos, perdem seu sentido e as possíveis causas da não correspondência às regras e padrões impostos passam a ser “buscadas” em outro lugar, explicadas sob outra perspectiva, que não a da ação ou omissão de pais e mães.

Nesse sentido, as justificativas passam a ser atribuídas a fatores de ordem externa às famílias e as causas que supostamente explicam a existência das homo/transsexualidades se encontram fora das pessoas, ultrapassam os limites de compreensão e inteligibilidade. Para estes pais e mães, elas são inatas ou transcendentais.

- [...] mas a homossexualidade é natural... Pense no nosso filho, é natural ele ser gay... porque que ele é gay? Ele nasceu assim, foi uma gravidez normal, um parto normal...
(Nota de campo, mãe, 19.mai.2015)

- Eles nascem assim, a gente aceita.
(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)

- A transexualidade é transcendental, somos seres espirituais, tendo uma experiência material.
(Nota de campo, pai, 17.mar.2015)

- A homossexualidade é um resgate. [de vidas passadas]
(Nota de campo, mãe, 16.set.2014)

A passagem da causa das homo/transsexualidades da ação de pais e mães para outra dimensão não controlável, sobre a qual as pessoas não têm poder, é uma estratégia que ajuda na desculpabilização e permite a dissipação da *vergonha* constante que dizem sentir.

- *Ela raspou o cabelo todo do lado. Quando olhei comecei a chorar; colocou alargador, se veste com roupas masculinas. Tenho vergonha de olhar pras pessoas. [...]*
(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015)

- *Quando eu vou na casa dela e olho para a menina [namorada da filha] é como uma filha. Eu olho pra elas e me derreto, esqueço tudo.*
(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015)

O fato de ter uma orientação homossexual ou manter um relacionamento homoafetivo parece não ser o que mais preocupa ou incomoda. É possível conviver com a homossexualidade da filha quando essa fica reservada ao espaço privado, restrito e limitado sem dar indícios que possam parecer comprometedores ou que causem *vergonha* quando expostos à sociedade.

- *Ele anda de cueca pela casa, fica fazendo chapinha, se ele pudesse andava só com purpurina pelo corpo... Quer ser homossexual que seja, mas seja digno, discreto; não precisa ser vulgar. Eu tenho amigos homossexuais, mas, você olha e diz que é um homem.*
(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)

- *Ele não podia só ser gay, tem que se vestir como mulher?*
(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015)

A rejeição à visibilidade das homossexualidades e o temor à efeminação, constatados nas falas das mães de jovens gays, indicam uma afirmação contra o estereótipo presente no imaginário coletivo, em especial, direcionado aos homossexuais do sexo masculino e a necessidade de, social e publicamente, garantir os limites impostos aos gêneros.

Homem ou mulher, mais importante que ser é parecer, ou seja, manter-se o mais próximo possível das regras e padrões determinados aos gêneros, masculino ou feminino. Essa é uma estratégia que alivia a *culpa*, diminui a *vergonha* e facilita a convivência entre pais, mães, filhos e filhas LGBTs.

4.4 – Negociação da visibilidade

Dificuldades em relação à convivência com LGBTs são sentidas, muitas vezes, mesmo entre os membros mais próximos da família. Compartilhar com outros membros da família, ou seja, dar visibilidade às orientações sexuais ou identidades de gênero de filhos e filhas que não correspondem aos padrões heteronormativos surge, no grupo, como uma das questões que abarca grande preocupação.

- [...] Eu sinto mais dificuldade assim pelo social, as outras pessoas ficarem sabendo, falando... Quando está só entre a gente eu nem me lembro disso. (Nota de campo, mãe, 17.mar.2015)

Para essa mãe, os padrões sociais que foram interiorizados ao longo da vida tornam-se mais relevantes que a orientação sexual da filha. O estigma⁵² da homossexualidade, nesse caso, só existe num contexto que envolve a sociedade, a cultura e uma dada situação social. Percebe-se, portanto, que o estigma “tem efeito sobre a subjetividade do sujeito, até mesmo quando o estigma não ocorre diretamente com a pessoa, mas com alguém que lhe é muito próximo” (SIQUEIRA e CARDOSO, 2011, p.105)

Embora uma orientação sexual ou uma identidade de gênero, consideradas dissidentes, possam criar escalas que hierarquizam desejos e práticas em posições de inferioridade e superioridade, LGBTs continuam a estabelecer relações e a manter vínculos com diferentes pessoas.

Dessa forma, a visibilidade dessas categorias pode ser interpretada como uma ampliação dos preconceitos aos quais os LGBTs estão expostos, “primeiramente para o grupo que vivencia e [...] posteriormente para os indivíduos e grupos que circulam em seu entorno ou que mantêm relações relativamente regulares” (MISSE, 1999, p. 233) com os que são considerados ou vistos como transgressores, mas que não são homo/transsexuais.

- Nem sei o que doeu mais se foi saber que ele era gay [o filho] ou me sentir tão sozinha.

⁵² “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso.” (GOFFMAN, 1963, p.6)

(Nota de campo, mãe, 16.dez.2014)

O fato do filho ter uma orientação homossexual, de alguma forma, provoca a essa mãe o sentimento de “um indivíduo estigmatizado através da estrutura social, uma relação que leva a sociedade mais ampla a considerar ambos como uma só pessoa”. Assim, pais e mães também passam a compartilhar do descrédito do estigmatizado com o qual eles se relacionam. (GOFFMAN, 1963, p.28)

O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central. Seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma "pessoa normal", um ser humano como qualquer outro, uma criatura, portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima. (GOFFMAN, 1963, p.9)

Diante do anúncio e da visibilidade das homo/transexualidades, as dificuldades se acentuam e as diferenças entre sexo e gênero se impõem. Quanto às relações instituídas na esfera doméstica, a persistência das desigualdades entre homens e mulheres, em algumas famílias, continuam presentes.

*- Para o pai foi mais fácil aceitar a namorada da menina, lidar com os companheiros dos meninos foi bem mais difícil.
(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)*

*- A gente é pai, é machista e incentiva o hetero, quer que o filho seja “homem.”
(Nota de campo, pai, 18.nov.2014)*

De acordo com os relatos pode-se inferir que para esses pais manter-se “distante” da situação vivida os afasta do estigma ou do preconceito que pode ser estendido àqueles que mantêm qualquer relação ou vínculo afetivo com LGBTs. Assim, o espaço do lar, do privado e dos cuidados com os filhos ainda é um dos espaços com prevalência feminina.

A maioria, senão todas, ao considerar apenas as participantes assíduas, declaram ser casadas ou estar numa união estável, portanto, há pais, companheiros ou maridos. Entretanto, muitas das participantes no grupo, parecem viver sua história sem uma presença marcante ou majoritária dos homens, nesse caso, pais ou companheiros das mães. Alguns se ausentam nas relações familiares, se isentam, ou pior, dificultam os relacionamentos no contexto familiar.

*- Para ele, que é pai, a homossexualidade [...] é inexistente. Eu tenho que carregar tudo sozinha.
(Nota de campo, mãe, 10.ago.2014)*

- *O padrasto tolera, agora... o pai, desde as últimas férias que ficou com ele, não quer mais saber...*
(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)

- *E eu não tenho essa aceitação em casa, meu marido não consegue, ele não aceita esse convívio, esse contato.*
(Nota de campo, mãe, 16.dez.2015)

A presença das homo/transsexualidades é um fator que pode gerar discórdias ou desavenças na família com possibilidade de desestruturar a dinâmica instituída e trazer à tona outras questões relativas ao convívio.

- *[...] as coisas já não iam bem em casa, estava passando, inclusive, por problemas financeiros e agora, dá a impressão de que tudo começa a desmoronar, que o mundo está desabando sobre a minha cabeça. Lá em casa virou uma troca de acusações. Um inferno!*
(Nota de campo, pai, 19.ago.2014)

- *Ele não quer a namorada dela em casa e nós tivemos uma discussão feia, ele disse "Eu não sou obrigado." Não, obrigada sou eu que sou a mãe, você não é o pai...*
(Nota de campo, mãe, 16.dez.2014)

De modo geral, não há uma única forma de reação. Para cada família, para cada pessoa, ela acontece em perspectivas diferentes,

- *Lá em casa, cada pessoa da família reagiu de um jeito. A falta de informação atrapalha... Pra minha mulher esse processo de transição está sendo muito difícil. Tudo se abala.*
(Nota de campo, pai, 24.fev.2015)

Em alguns casos, LGBTs parecem carregar também o estigma de agente desestruturador no contexto familiar ao tornarem-se os responsáveis por conflitos que, claramente, transcendem sua orientação sexual ou identidade de gênero. De acordo com Schulman (2010)

O que faz as pessoas gays bodes expiatórios ideais em uma família é que nela estão sozinhas. Muitas vezes, ninguém no interior da família é como elas ou se identifica com elas. Elas se tornam uma tela projetora, o terreno em que todos os outros depositam suas deficiências e ressentimentos.[...] Ninguém de fora irá intervir, porque há a percepção de que os assuntos da família são privados e intocáveis. (p.76)

Por outro lado, de acordo com os relatos feitos entre os participantes do GPH, parece haver uma acolhida mais generosa por parte dos irmãos e irmãs de LGBTs, com algumas interferências que visam um melhor relacionamento familiar.

- *A Carol [irmã] sempre falou: "Mãe, ele é gay, vai se acostumando com isso."*
(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015)

- *Minha filha mais velha perguntou um dia: “Mãe e se ele for gay, você vai amar menos?” Eu respondi que não e, com 14 anos, ele disse: “Mãe, eu sou gay.”*
(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015)

Em relação aos parentes mais próximos, como tios e tias, os comentários indicam uma dificuldade maior em lidar com as diferentes possibilidades de ser e demonstrar afetos e desejos.

- *Meus irmãos o querem muito bem, ele pode ir à casa deles, mas meu irmão não deixa a filha sair mais com ele porque diz ter medo da violência...*
(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)

- *Minha irmã disse pro meu filho numa festa, em alto e bom som: “Não tem problema você ser gay, eu gosto muito de você!” Se ela não se importa, porque gritar aos quatro ventos? Expor ele desse jeito?*
(Nota de campo, mãe, 19.ago.2014)

- *Não sabia o que dizer quando a minha irmã perguntou: “Ele não podia ser só gay, tinha que se vestir de mulher?”*
(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015)

Essa normatização marcada pelas relações de poder, que hierarquiza as diferentes formas de ser e viver os gêneros e as sexualidades, que legitima algumas e inferioriza outras, em determinados contextos históricos e sociais não é fixa e permanente e se altera no tempo e espaço. Talvez, por isso, irmãos e irmãs, pertencentes à mesma geração, em que as homo/transsexualidades, de alguma forma, tornam-se mais visibilizadas, apresentem maior facilidade de compreensão que outros membros da família como pais, tios e avós. Cabe ressaltar que,

[...] é preciso não esquecer que todas as formas de conhecimento, pensamento ou prática social são construções interpenetradas de concepções de mundo, ideologias, relações de força, interesses e que, assim como qualquer forma de conhecimento, seus enunciados e enunciações são produzidos em meio a tensões sociais, históricas, culturais. (JUNQUEIRA, 2007, p.05)

Essa dificuldade e o posterior afastamento de alguns familiares, relatados por pais e mães que frequentam o GPH, é visto como uma forma de agressão que, segundo uma das mães, também gera um sentimento de *dor* e causa *sofrimento*.

Todo mundo se afastou, pareço aidética. Doe.
(Nota de campo, mãe, 16.dez.2014)

Para alguns participantes esse afastamento acontece em função do medo que as pessoas têm que a presença de um homossexual possa influenciar outros membros da família.

*- Meu marido tem medo que ela influencie meu filho menor.
(Nota de campo, mãe, 16.dez.2014)*

*- [...] é como se fosse contagioso.
(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)*

Este processo de “contaminação” das crianças pelo estigmatizado é referido por Goffman (1963),

[...] quando numa família, um dos pais pode compartilhar um segredo profundo sobre, e com, outro, podem-se considerar as crianças da casa não como perigosos receptáculos da informação mas, também, como tendo uma natureza tão frágil que tal conhecimento poderia afetá-lo seriamente. (p.49)

Enquanto a invisibilidade das homo/transsexualidades no espaço privado da família nuclear se torna pouco provável, para além desse espaço, de modo geral, é um tema a ser negociado. Relatos coletados nos estudos de Soliva (2014) demonstram que,

Sendo a orientação sexual conhecida [...] promove novos repertórios de contato com o grupo familiar, agora baseados na evitação, sobretudo de demonstração de afetos com o parceiro na frente da família. A noção de respeito que passa a estruturar essas novas relações se relaciona a uma ideia de defesa da honra familiar e de evitação de situações que possam trazer vergonha ao grupo doméstico. (p.144/145)

Todos, no grupo, concordam que há lugares e pessoas para as quais a homossexualidade pode ser exposta, mas, há espaços velados, em que ela não deve se manifestar. O armário é, no discurso dos pais, justificável e necessário em muitos contextos e situações.

*- [...] até hoje meus pais [avós] não sabem, contar é gerar um sofrimento desnecessário, eles não iriam entender.
(Nota de campo, mãe, 19.ago.2014)*

*- Pro meu pai eu não contei, se ele sabe ou não, eu não sei... Na família do meu marido ele é muito bem aceito, nós tínhamos medo... Ele foi bem acolhido.
(Nota de campo, mãe, 16.dez.2014)*

O fato de não “dar pinta” e manter um relacionamento estável, acalma os ânimos e tranquiliza pais e mães, ou seja, normatizar as relações, de alguma forma, facilita a convivência. Nesse contexto,

- Ser gay ou não ser gay não é a questão.

[...]

- É saber ser gay.

(Notas de campo, mães, 18.nov.2014)

O que indica que “a sexualidade encontra-se [ainda] do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações”. (FOUCAULT, 1999, p.139). Diante dessa constatação, pode-se notar que há sexualidades que, mesmo não sendo plenamente aceitas, são toleradas, desde que mantenham a discricção e o controle, desde que respeitem determinadas normas e padrões. Isso indica que algumas homo/transsexualidades “podem existir”, outras não.

Diante desse cenário, tornar pública uma orientação sexual ou uma identidade de gênero não correspondente às normas estabelecidas não é tarefa fácil, visto que,

O armário gay não é uma característica apenas das vidas de pessoas gays. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas gays, por mais corajosas e sinceras que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio de suas comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora. (SEDGWICK, 2007, p. 22)

O “sair do armário” para pais e mães também é uma decisão árdua e, nesse sentido, essa é a melhor imagem que responde à experiência (ou não) da visibilidade de identidades de gênero ou sexualidades estigmatizadas.

4.5 – Sexualidades estereotipadas

Os sentidos negativos associados às homo/transsexualidades com referência às características que seriam específicas de seu universo são cercados por preconceitos e estigmas, que geram preocupações e temores aos pais e mães, participantes no grupo.

Durante os encontros, algumas falas reproduzem uma visão essencializada e estereotipada das homo/transsexualidades e, dessa forma, “[...] percebe-se claramente uma disposição [...] em considerar a homossexualidade enquanto uma prática estritamente sexual, que excluiria quaisquer outros

sentimentos que seriam próprios apenas dos relacionamentos heterossexuais” (MADLENER e DINIS, 2007, p.56)

O “ser homossexual” já implica a definição de quem se é pela orientação sexual e ao nomear-se, declarar-se, surge a imagem de um “ser” que ocupa o imaginário coletivo, estabelece padrões sobre o desejo afetivo e sexual, cria expectativas.

A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 1999, p.43/44)

De acordo com uma das mães,

*- Há uma tendência de definir o homossexual pelo sexo: pelo sexo anal, pelo sexo sujo, pelo sexo promíscuo.
(Nota de campo, mãe, 16.dez.2014)*

Isso impacta a forma como são vistos os relacionamentos nos quais se envolvem, por vezes, associados à prostituição.

*- Quando ele sai, muda até o perfume, deve fazer programa com qualquer um por aí, faz o acerto pela internet.
(Nota de campo, mãe, 19.ago.2014)*

*- Eu sei que ele começou por um caminho errado, procurando garotos, que hoje eu sei que se chamam michês, é sexo.
(Nota de campo, mãe, 24.fev.2014)*

A homossexualidade, nesse contexto, traz aos pais o temor de que seus filhos e filhas, ao se declararem LGBTs, não terão condições de estabelecer um relacionamento estável, baseado no afeto.

Por ejemplo los encuentros heterossexuales pueden ser sublimes o desagradables, libres o forzados, curativos o destructivos, románticos o mercenarios. Mientras no viole otras reglas, se le concede a la heterossexualidad la plena riqueza de la experiencia humana. Por el contrario todos los actos sexuales del lado malo son contemplados como repulsivos y carentes de cualquier matiz emocional. Cuanto más separado esté el acto de la frontera más regularmente se le muestra como una experiencia mala. (RUBIN, 1989, p.22)

Diante desse cenário, as relações homossexuais masculinas se aproximam daquilo que os pais chamam no grupo de *promiscuidade*, ou seja, a relação com vários e diferentes parceiros. Gays passam a não serem vistos como

seres humanos que amam e são amados e que mantêm relacionamentos, para além do sexo, baseados em afeto e amor.

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, (GOFFMAN, 1963, p.8)

Aqui, a marcação das diferenças entre os gêneros - feminino e masculino – também se salienta, pois essa é uma preocupação que no GPH está voltada exclusivamente aos gays.

*- Os meninos precisam ser orientados, a maldita promiscuidade.
(Nota de campo, pai, 18.nov.2014)*

Ao lado da promiscuidade, surgem os temores em relação a AIDS e a outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Promiscuidade e DSTs/AIDS são questões recorrentes entre pais e mães de gays. No grupo há a crença que a homossexualidade masculina expõe os garotos a maiores riscos e os deixa mais vulneráveis.

*- Hoje os jovens já estão mais instruídos quanto a AIDS e DSTs, mas homossexuais, já viu, né?
(Nota de campo, pai, 16.dez.2014)*

*- Não me importo se ele quer ser gay, mas e a AIDS? Vai saber com quem ele vai sair...
(Nota de campo, pai, 19.ago.2014)⁵³.*

Esse tema, de grande preocupação, desencadeia a solicitação de uma palestra junto ao COAS para que pais e mães possam receber orientações e esclarecimentos no grupo.

Em relação à promiscuidade, essa é uma preocupação que não aparece entre as mães de lésbicas. Os relatos de mães⁵⁴ de lésbicas, de modo geral, se referem a relacionamentos e não a envolvimentos sexuais. O que denota

⁵³ Este pai declarou ter outros dois filhos, com orientação heterossexual. No entanto, demonstrava preocupação exclusiva e excessiva com o filho que expressou sua orientação homossexual.

⁵⁴ Durante o período em que participei dos encontros não tive contato com pais de lésbicas, apenas mães estiveram presentes.

que relacionamentos lésbicos geram menor preocupação no que se refere à promiscuidade.⁵⁵

O homossexual masculino, frequentemente, tido como “efeminado” e a feminina tida como “máscula”, “machona”, faz com que essas imagens passem a ser naturalizadas. Além disso, presume-se que homossexuais e heterossexuais têm características físicas diferentes ou ainda que, entre os casais homossexuais, um dos membros tem um papel ativo e o outro passivo, ou seja, “continuamos a pensar que algumas dentre elas [práticas que transgridem a lei] insultam a ‘verdade’: um homem ‘passivo’, uma mulher ‘viril’, pessoas do mesmo sexo que se amam [...]” (FOUCAULT, 1982, p. 3).

A idealização de uma única forma tida como “natural” e legítima de ser e viver a sexualidade e os gêneros – homem/mulher - é concomitante a outras “verdades” utilizadas para garantir a heteronormatividade. Para Britzman (1996), há ainda aqueles que acreditam que jovens não têm condições para definir a sexualidade, sendo, portanto, passíveis de mudanças e a pressuposição que as identidades, sexual e de gênero, são construídas de forma privada e particular, “impedindo que concebamos a sexualidade como sendo definida no espaço social mais amplo, através de categorias e fronteiras sociais.” (p. 80).

No GPH, são frequentes as menções ao *sofrimento* que seria inseparável da condição de ser LGBT,

- *A história do gay é muito sofrida.*
(Nota de campo, pai, 18.nov.2014)

Se os preconceitos, a homofobia e a violência às quais a população LGBT está exposta, forem consideradas, “ter a vida sofrida” passa a ter algum fundamento. Pais e mães sentem insegurança e fragilidade em virtude da violência homofóbica que permeia as experiências de seus filhos e filhas.

⁵⁵ Em resposta à pergunta em pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha em 2007: “Se você soubesse que um filho homem está namorando um homem, você consideraria um problema muito grave, mais ou menos grave, pouco grave ou não consideraria um problema?”, apenas 57% dos entrevistados afirmaram que esse seria um problema muito grave, uma queda de 20% se comparado à realização da mesma pergunta em pesquisa do instituto Datafolha de 1998. Em relação às mulheres, 55% dos entrevistados não achariam “muito grave” se uma filha namorasse outra garota. (In FACCHINI, 2009, p.149)

- Hoje em dia há muita violência, para matar um gay não precisa de motivo, basta ser gay. Parece que entre os homens essa violência é maior que entre as mulheres. O maior número de notícias violentas que vejo envolve homens gays.

(Nota de campo, pai, 19.ago.2014)

- O medo que todos temos é agressão física, é ser mal tratado, tanto física quanto moralmente. O maior medo é a violência.

(Nota de campo, pai, 16.dez.2014)

- Os casos de intolerância e agressão me preocupam.

(Nota de campo, pai, 16.dez.2014)

Entretanto, é importante salientar que ainda que essa preocupação seja legítima e tenha algum fundamento, a vida dos heterossexuais também pode ser sofrida, das mulheres, das crianças, dos idosos, enfim, de qualquer pessoa. O que torna os grupos marginalizados mais expostos ao *sofrimento* não é o fato de ser quem são ou como são. O que dificulta e faz sofrida a vida – de muitas pessoas – são os estigmas, os preconceitos, os estereótipos.

- A sociedade, a religião diz que ser gay é errado; hoje, não mais com tanta ênfase. Sempre ouvi que ser gay era pecaminoso, sujo.

(Nota de campo, pai, 18.nov.2014)

Os sentidos negativos associados às homo/transsexualidades faz com que os pais e mães do GPH, ainda continuem próximos de uma visão essencializada e estereotipada, embora busquem o afastamento e o empenho para desconstruir muitas das “verdades” que os constituem.

4.6 - O processo de ressignificação no grupo

Nos discursos produzidos pelos pais e mães que frequentam o GPH, a ressignificação, como um processo capaz de alterar o sentido anteriormente dado às homo/transsexualidades, tem poder de transformação e de alterar a interpretação dos fatos vividos. Não se espera e nem se altera o que está posto, mas, o acontecimento passa a ser compreendido por outra perspectiva que não só aquela que estigmatiza, julga e condena. Rompe-se a linearidade sexo-gênero-desejo e pais e mães passam a ficar atentos e a observar outras características de seus filhos e filhas, para além do gênero e da orientação sexual.

*- É preciso estar atento à diferença entre opção e orientação. Quem vai optar pelo sofrimento? Eles não optam...
(Notas de campo, mãe, 24.fev.2015)*

*- O homossexual não é só sexo... há outras características, ele é uma pessoa.
(Notas de campo, mãe, 16.dez.2014)*

No GPH, falar, ouvir, apoiar é conhecer, discutir, questionar. É nesse sentido que aceitar envolve um processo de ressignificação que acontece por meio da ajuda mútua.

4.6.1 - “Aqui, um ajuda o outro...”

Nos encontros com o grupo, as trocas colaboram para que um processo de ressignificação seja instituído. A sensação de que “falharam” ao educar nos moldes heteronormativos, aos poucos, se dissipa e a auto-culpabilização e os temores que sentem, se diluem.

*- Você não deve se sentir culpada a gente dá aquilo que tem, aqui um ajuda o outro.
(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015)*

*- Um dia também disse que me sentia culpada por ter um filho homossexual, me culpava pelo filho que tinha e pelo fato de não ter percebido antes, acho que estava sendo soberba, mãe não é deus, mãe é ser humano. [...] A gente deu o que podia ter dado, fez o que podia ser feito, naquele momento; aprendi freqüentando o grupo que não há culpa.
(Nota de campo, mãe, 17.mar.2015)*

Nesse sentido, a ajuda que esses pais e mães precisam e buscam no GPH Sorocaba, provém dos momentos de encontro, de troca, acolhida.

*- Nós temos muito preconceito introjetado na gente, pela educação que a gente teve. É preciso falar, desconstruir...
(Nota de campo, mãe, 17.mar.2015)*

*- Essa coisa de estar bem, de falar, eu me sinto bem em falar...
(Nota de campo, mãe, 19.mai.2015)*

*- Isso ajuda a gente, as pessoas, conversar...
(Nota de campo, mãe, 17.mar.2015)*

A conversa, ao mesmo tempo em que mantém a interpretação da realidade, também torna possível a sua modificação (BERGER E LUCKMAN, 2004) -

por meio da partilha, do questionamento, da discussão sobre temas específicos - com a desconstrução de algumas “verdades” e a indicação de novas aprendizagens.

Pode-se considerar a vida cotidiana do indivíduo em termos do funcionamento de um aparelho de conversa, que continuamente mantém, modifica e reconstrói sua realidade subjetiva. A conversa significa principalmente, sem dúvida, que as pessoas falam umas com as outras. [...] Ao mesmo tempo que o aparelho de conversa mantém continuamente a realidade, também continuamente a modifica. (BERGER e LUCKMANN, 2004, p.202/203)

Nesse contexto, a ajuda mútua aparece como um elemento fundamental na atribuição de novos sentidos às experiências vivenciadas e compartilhadas no grupo por meio das conversas.

Durante os encontros, é com a participação no grupo, com as discussões e o acesso às informações que se dá o entendimento de que é necessária a resignificação dos sentidos atribuídos às homo/transsexualidades dos filhos e filhas. Isso aparece no grupo sobre a forma de querer “mudar essa situação”, “fazer alguma coisa”, “aprender” a tornarem-se pais e mães de LGBTs.

- *O desconhecido sempre assusta...*
(Nota de campo, mãe, 21.out.2014)

- *É preciso aprender, mudar essa situação.*
(Nota de campo, mãe, 24.fev.2015)

- *É meu filho, preciso fazer alguma coisa...*
(Nota de campo, mãe, 24.02.2015)

- *Nós estamos aqui buscando aprender.*
(Nota de campo, mãe, 16.dez.2015)

A mudança da situação não se refere, neste espaço, a mudar a orientação sexual ou uma identidade de gênero que não corresponde às expectativas. Em apenas um dos encontros⁵⁶, houve, no GPH, uma mãe em busca da “cura” e ao se deparar com um grupo que busca a melhor forma de acolher aos filhos, não voltou mais. A mudança que se espera no GPH é no sentido de compreender de outra forma as homo/transsexualidades, deixar de *sofrer*, de sentir *dor*, tendo em vista a orientação sexual ou identidade de gênero de um filho ou filha

⁵⁶ Não presenciado pela pesquisadora e narrado pela mãe facilitadora.

que não responde fielmente ao padrão esperado, o que gera aquilo que pais e mães entendem como dificuldade de *aceitação*⁵⁷ plena.

Para Louro (2000), “[...] pela centralidade que a sexualidade adquiriu nas modernas sociedades ocidentais, parece ser difícil entendê-la como tendo as propriedades de fluidez e inconstância” e, dessa forma “mudar essa situação” é uma tarefa árdua, pois, o sexo é um dos eixos de definição das pessoas, de inteligibilidade, de uma categorização que hierarquiza pessoas e desejos.

[...] em primeiro lugar encontram-se os casais heterossexuais casados, na sequência vêm, os casais monogâmicos não casados e os solteiros de vida sexual ativa e abaixo destes o sexo solitário. Mais abaixo as lésbicas e homossexuais e, entre as categorias mais desprezadas os/as transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas e trabalhadores/as do sexo e, abaixo de todos os outros, os/as pedófilos/as. (PINAFI, 2011, p. 269)

Isso torna indiscutível a necessidade de “fazer alguma coisa.” Para os pais e mães que frequentam o GPH, há o desejo de uma sociedade não homofóbica, sociedade essa internalizada e reproduzida por cada uma das pessoas participantes.

- Ouvi na rua alguns homens em um bar, tirando sarro de um gay, fiquei triste, mas, não tive coragem de interferir, fiquei só com vontade de defender...

(Nota de campo, pai, 19.ago.2014)

- Deveria haver uma lei mais severa. Nós, pais, temos que brigar pelos direitos de ir e vir, ser igual.

(Nota der campo, pai, 16.dez.2014)

Essa constatação requer um processo de construção/desconstrução de verdades, ou seja, de ressignificação de valores e crenças. Ao mesmo tempo em que os preconceitos, os estigmas e as dificuldades estão relacionados às necessidades de mudança, paralelamente com os aspectos sociais e culturais, são as pessoas que compõem essa mesma sociedade as responsáveis pela sua perpetuação ou superação.

⁵⁷ A característica central da situação de vida, do indivíduo estigmatizado pode, agora, ser explicada. É uma questão do que é com frequência, embora vagamente, chamado de "aceitação". Aqueles que têm relações com ele não conseguem lhe dar o respeito e a consideração que os aspectos não contaminados de sua identidade social os haviam levado a prever e que ele havia previsto receber. (GOFFMAN, 1963, p.11)

- [...] a sociedade somos nós... eu acho que não adianta falar a sociedade, a gente que tem preconceito, se nós pais temos preconceito, temos que quebrar os paradigmas nossos e ir por aí...
(Nota de campo, mãe, 19.mai.2015)

A participação frequente ao GPH, ou seja, participar assiduamente de seus encontros é o primeiro passo dado para provocar mudanças em busca da compreensão dos diferentes arranjos possíveis entre ser, querer, desejar e amar. É como preparar-se para um desafio, uma caminhada de resistência às expectativas e demandas impostas pela sociedade.

- Você, agora que conhece o GPH tem que vir sempre no grupo, pra se preparar e se fortalecer.
(Nota de campo, mãe, 17.mar.2015)

- [...] enquanto um de nós estiver aqui, vamos resistindo
(Nota de campo, mãe, 19.mai.2015)

- É uma caminhada, às vezes a gente tropeça, escorrega... É preciso dar tempo ao tempo e seguir o rumo...
(Nota de campo, pai, 21.out.2014)

A busca por *aceitação*, que para pais e mães que frequentam o GPH, significa acolher e compreender seus filhos e filhas LGBTs, independentemente de suas orientações sexuais ou identidades de gênero, não é um caminho sem tropeços, sem pedras ou obstáculos ao longo das trajetórias vividas.

4.6.2 - “Acho que... natural nunca vai ser...”

A divulgação da transgressão dos limites e normas impostos aos corpos, sujeitos e desejos no contexto familiar é um dos fatores que, segundo pais e mães que participam das reuniões, causam desequilíbrio nas relações instituídas e trazem alguns transtornos à convivência, além de *sofrimento* e *dor*.

De modo geral, a confirmação das homo/transsexualidades tem potencial para afetar e abalar a estrutura familiar, alicerce importante no desenvolvimento e na concepção que cada um carrega de si ao longo da vida.

A escassez de trabalhos sobre a temática, com o recorte sobre a família nuclear de origem e as homo/transsexualidades e o número reduzido de

investigações empíricas acerca das convivências que se estabelecem no espaço privado do lar não facilitam a compreensão das relações instituídas entre as pessoas inseridas numa sociedade heterocentrada e homofóbica.

Os poucos estudos que se dedicam a esse recorte do universo LGBT sugerem que as famílias – pais e mães – atravessam um processo muito similar aos seus filhos e filhas, e levam a crer que a turbulência inicial – permeada por dúvidas e dificuldades – pode evoluir para um nível de compreensão que facilite as relações familiares.

O desafio maior para pais e mães após a visibilidade da orientação sexual ou identidade de gênero não condizente com as normas sociais impostas ou com as expectativas familiares, talvez, seja superar suas próprias “crenças”, desconstruir suas “verdades”, afastar-se dos dogmas interiorizados e, por fim, ressignificar suas experiências.

*- [...] não deixei de ser ignorante mas passei a entender algumas coisas.
(Nota de campo, pai, 17.mar.2015)*

*- A dificuldade é a ignorância, a informação. A troca é importante.
(Nota de campo, pai, 24.fev.2015)*

*- Quanto mais a gente fala, a gente estuda, a gente lê, mais assiste, mais vê a homossexualidade, os homossexuais... Ajuda abrir a mente e ver que tem sentido algumas coisas e outras não.
(Nota de campo, mãe, 19.mai.2015)*

Isso leva muitos pais e mães a se conformarem, *aceitarem* as homo/transsexualidades como uma adversidade à qual não se opõem, mas que ao se colocar tão próxima, não permite que sejam plenamente felizes. Dessa forma, são levados a um processo de resignação, submetem-se a um destino que não podem mudar.

*- Por mais que a gente discuta, fale e apresente acho que natural nunca vai ser...
(Nota de campo, pai, 19.mai.2015)*

Há histórias de pais e mães que começam em um ponto, que para eles desencadeia um processo de *sufrimento* e *dor* e após percorrerem uma trajetória dentro do GPH, ressignificam seus conceitos e valores.

- Por sermos pais de um transgênero sentimos o preconceito, pra falar de preconceito mesmo, quando olhava para eles [homo/trans] via marginais e é isso que eles são porque vivem a margem da sociedade, mas agora tenho a possibilidade de ver pessoas.

(Nota de campo, pai, 24.fev.2015)

- Só tinha ouvido falar, superficialmente, informação, experiência nenhuma, nada; fazia parte de um rol de uma sociedade que isso é um pecado, uma vergonha, até o momento que você se vê dentro de um contexto... E comecei a pensar que podia ser diferente...

(Nota de campo, mãe, 17.mar.2015)

E, hoje, “pensam que podia ser diferente” ao compreenderem o fato de que a dificuldade, o *sofrimento* e a *dor*, que relatam sentir, não estão e nem provêm da forma de ser, amar ou desejar de seus filhos e filhas.

- Se eles não podem se expor por causa da violência, da homofobia, quando eles terão uma vida normal? Eu me sinto mal quando falo “Não vá se expor na rua”. Porque não? Não é amor?

(Nota de campo, mãe, 16.dez.2014)

- Em qualquer situação, sou eu que tenho que resolver da melhor maneira o que está aqui dentro. Eu não tenho o direito de tirar a felicidade do meu filho.

(Nota de campo, pai, 16.dez.2015)

- Tenho medo da rua, mas, o que eu faço para a minha esposa o meu filho também pode fazer para o namorado dele, se não for assim, é egoísmo.

(Nota de campo, pai, 18.nov.2015)

- Eu, como pai, tenho que ser o primeiro a apoiar. São dois seres humanos se amando.

Nota de campo, pai, 15.jul.2014)

O *sofrimento* e a *dor* relatados por pais e mães ao se depararem com filhos e filhas LGBTs são construídos e, portanto, podem ser mudados, alterados, transformados. Não há certezas, verdades inquestionáveis ou padrões rígidos num humano que é plural e diverso. É preciso aceitar que,

As muitas formas de ser homem e mulher, de experimentar prazeres e desejos, de dar e de receber afeto, de amar e de ser amada são ensaiadas na cultura, são diferentes de uma cultura para outra, de uma época ou de uma geração para outra. E hoje, mais do que nunca, essas formas são múltiplas. As certezas se acabaram. As possibilidades se ampliaram. (LOURO, 2008a, p.23)

Após a divulgação das homo/transsexualidades e a passagem do estranhamento inicial, alguns pais e mães passam a conviver de forma mais conformada com as homo/transsexualidades de filhos e filhas. Embora a convivência se torne possível, as dificuldades, em alguns contextos, permanecem.

- A gente aprende a conviver, não a aceitar

(Nota de campo, mãe, 21.out.2014).

Dessa forma, muitos pais e mães ao frequentarem o GPH, por meio do apoio mútuo, transformam os sentimentos iniciais em atitudes que se anunciam como um possível movimento de visibilidade e luta pelos direitos de LGBTs, quase um indício de militância. Um exemplo disso foi o planejamento dos pais do GPH de uma apresentação do trabalho desenvolvido pelo grupo nas reuniões de pais e mestres que acontecem regularmente nas escolas públicas da rede municipal de ensino de Sorocaba, em uma ação articulada entre a SEDES e a Secretaria de Educação do município.

Após o contato e organização com as equipes gestoras, duas escolas da rede municipal de Sorocaba que atendem desde as séries iniciais, ou seja, do primeiro ano do ensino fundamental ao ensino médio já receberam a visita dos pais participantes do GPH juntamente com as funcionárias da SEDES, para esclarecimentos sobre a proposta do grupo, divulgação de local, datas das reuniões e entrega de material publicitário.

Para a 10^a parada LGBT (2015), com o tema “Orgulho de quê?” organizou-se uma “Agenda da Parada” com debates, peça de teatro e exibição de filme. Todas as atividades foram realizadas pela Associação da Parada do Orgulho Gay, Lésbica, Bissexuais e Transgêneros de Sorocaba (APOGLBT-SOR) em parceria com o Serviço Social do Comércio⁵⁸ (Sesc Sorocaba) e contaram com apoio da Prefeitura de Sorocaba, por meio da Secretaria de Cultura e da SEDES, também responsável pelo GPH. Nos debates foram abordados os seguintes temas: fora do armário; lésbicas; trans e travestis; não binários; família LGBT e engajamento político.

O debate sobre o tema “Sorocaba tem orgulho de amar/ser Família LGBT”, reuniu diferentes famílias para justamente falar sobre elas e lá estavam presentes, ao lado de Edith Modesto, os pais e mães que participam do GPH, envolvidos e na luta pela causa, ao acreditarem que,

- [...] é na visibilidade e educação das novas gerações que há possibilidade de mudança.

(Nota de campo, pai, 16.dez.2015)

⁵⁸ Mantido pelos empresários do comércio de bens, turismo e serviços, o Serviço Social do Comércio - Sesc - é uma entidade privada que tem como objetivo proporcionar o bem-estar e qualidade de vida aos trabalhadores deste setor e sua família. Disponível em <http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc>. Acesso 09.out.2015

A passagem da participação em um grupo de ajuda mútua para a divulgação do tema e da experiência vivida, em outros espaços, é contraditória: por um lado leva à assunção da identidade de “pai e mãe de LGBTs”, mas, por outro expõe esses pais e mães a posturas limitadoras e preconceituosas que ampliam as dificuldades vividas.

- Eu o coloquei no mundo para ser feliz [...] quando falo que sou feliz com meu filho gay, as pessoas fazem uma cara de espanto. (Mãe, 16/12/14)

[...]

- Mas você aceita, sem sentir culpa ou vergonha?

[...]

- Se aceito parece que assumo a culpa, estou incentivando, se não aceito...faço o que? Deixo ela a própria sorte?

(Notas de campo, diálogo entre mães, 16/12/14)

“Hay mucha presión social dirigida a negar a los disidentes eróticos las comodidades y recursos que una familia proporciona. La ideología popular mantiene que las familias no deben producir o albergar a este inconformismo erótico”. (RUBIN, 1989, p. 34). As trajetórias vividas por pais e mães são feitas em passos, com muitos tropeços, pois, como já demonstrado, há muitas pedras no caminho.

Os trechos organizados, aqui, falam das causas, eventos e situações acerca das homo/transsexualidades, mas dizem também sobre expectativas não consolidadas, dos sonhos desfeitos, da busca contínua. De não só sobreviver à extinção das expectativas, mas de manter vivas as relações com filhos e filhas LGBTs e, de alguma forma, visualizar uma vida que pode ser vivida mesmo sendo diferente daquela que foi, inicialmente, sonhada e projetada pelos pais e mães que frequentam o GPH.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo preconceito impede a autonomia [do ser humano], ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha, ao deformar e, conseqüentemente, estreitar a margem real de alternativa do indivíduo. (AGNES HELLER, 1992, p. 59)

A pesquisa realizada indicou que as definições encontradas acerca do GPH Sorocaba não são neutras ou ingênuas, são declarações afetadas por uma “sociedade de controle” e carregada dos valores que fundamentam as ações e decisões que articulam sua concretude na cidade. Embora declarado como um espaço para acolher pais e mães que atravessam um difícil processo ao saber ou desconfiar da existência de filhos e filhas LGBTs, a implementação do GPH, no município, enquanto uma política pública esteve voltada à prevenção daquilo que é visto como possíveis problemas derivados de uma orientação sexual ou uma identidade de gênero estigmatizadas. Isso não significa que seja essa a finalidade do espaço para os pais e mães que o frequentam, já que o GPH é visto como uma possibilidade de impactar as relações familiares e interferir positivamente na dinâmica sorocabana, além de contribuir para um processo de desconstrução da homofobia.

Essa experiência demonstra como políticas públicas de governo – federal, estaduais, municipais - podem contribuir não somente no reforço dos estereótipos e preconceitos, mas também em sua contestação e resistência por meio da implementação de ações num contexto com fortes convenções sociais normatizadoras. Evidencia também a capacidade das pessoas de subverter e construir relações diversas e variadas com a utilização das alternativas disponíveis.

Os discursos produzidos no GPH, apresentados e analisados nessa dissertação, trazem com eles o anúncio da presença constante do preconceito permeando as relações vividas. A participação de pais e mães no GPH demonstra que as diferentes formas fugidias de ser e viver os gêneros e as sexualidades, de modo geral, não são aceitas, mas sim, toleradas. Indicam ainda que pais e mães

que frequentam o grupo, no início, apresentam severa dificuldade em conviver com filhos e filhas LGBTs.

As conversas, as trocas e as queixas realizadas durante os encontros de ajuda mútua dos quais pais e mães participam como estratégia de superação do sofrimento exposto por eles, manifestam a força exercida pelo controle da heteronormatividade nas expectativas criadas em torno desses filhos e filhas. Torna-se evidente que, após a confirmação da suposta percepção acerca de uma orientação sexual ou identidade de gênero não correspondente à norma, essas passam a promover novas dinâmicas no contexto familiar, baseadas, inicialmente, no sofrimento, na culpa e no posterior afastamento, no sentido de esquivar-se de situações que possam expor ou trazer vergonha à família, muito ainda em função dos sentidos negativos associados às homo/transsexualidades e dos estigmas que rondam a existência de LGBTs.

Diante das falas proferidas, é o processo de resignação que indica com maior clareza as dificuldades encontradas durante as trajetórias. Quando pais e mães ao se depararem com as inúmeras possibilidades e arranjos possíveis entre gênero e sexualidade, impõem condições que limitam a total autonomia de ser e viver de filhos e filhas que são “amados” e com os quais pais e mães querem manter o vínculo e a convivência afetiva.

A homofobia internalizada por essas famílias tem o poder de, além de afetar significativamente a relação entre pais e filhos, se expandir e afetar as demais relações no contexto doméstico com seu caráter de estreitamento e controle, na medida em que define as pessoas que estão dentro da margem e as que ficam fora dela e se tornam ‘as outras’. Ao estabelecer como legítima e verdadeira uma única forma de ser e viver os gêneros e as sexualidades cria-se o seu oposto/contrário que deve ser evitado e constantemente controlado. Se possível, invisibilizado.

Sexo e gênero são construções produzidas, reguladas e normatizadas. Nessa perspectiva, tanto as dificuldades sentidas e supostamente enfrentadas por pais e mães do GPH quanto as categorias e convenções sociais mobilizadas nas trajetórias estariam atreladas às diferenças construídas – social e culturalmente - traduzidas em relações de poder que hierarquizam o sexo e tornam inferior todas as outras formas que não correspondem à linearidade sexo- gênero- desejo e prática sexual.

É na dificuldade e nos temores gerados em torno de uma orientação sexual ou uma identidade de gênero vistas como dissidentes e, portanto, não correspondentes às normas e expectativas, que se anuncia a forte presença da heteronormatividade e da homofobia internalizadas. Pais e mães, ao se depararem com seus filhos e filhas LGBTs e, após um processo de resignação ainda esperam que esses se adequem da melhor forma aos padrões (hetero)normativos que ditam as regras e padrões de conduta.

Diante das considerações feitas, ainda que um processo do que pais e mães chamam de *aceitação* seja enfatizado como uma conquista possível por meio da freqüência aos encontros no GPH Sorocaba, isso não significa uma situação de total desprendimento das convenções sociais interiorizadas, entretanto, indica a atribuição de novos sentidos e o questionamento de muitas verdades construídas e que foram por um longo período, naturalizadas e reproduzidas.

Em relação à trajetória definida por esses pais e mães como *aceitação*, observa-se que algumas formas de expressão de afeto ou desejo são contemporizadas, enquanto outras devem ser normatizadas e ajustadas, o que evidencia o quanto as relações de saber, poder e verdade impactam as ações e reações no contexto familiar e social.

As trajetórias vividas por esses pais e mães permitem falar do quanto às convenções sociais constroem o sexo, o gênero e as relações. Em especial, o quanto as regras e normas ditadas por uma sociedade heteronormativa limitam e dificultam a compreensão das diferentes formas e possibilidades de ser e amar, desejar, ser desejado. Pode-se identificar como obstáculos impostos a essas relações, a herança dos discursos binários – homem/mulher, feminino/masculino, hetero/homo – “verdades” que são produzidas e reproduzidas cotidianamente tanto em discursos de cunho homofóbico quanto naqueles que, de alguma forma, são favoráveis à diversidade de orientação sexual e identidade de gênero.

Os discursos, de modo geral, são produzidos a partir da concepção de que a heterossexualidade é a norma padrão, ou seja, as outras formas de expressão de afeto, desejo, sexualidade – são outras – sendo sempre a heterossexualidade, a regra; a referência a ser seguida e o limite a ser respeitado. Em todo momento, o acontecimento é atingido pelos diferentes mecanismos de saber, poder e verdade que se exercem em várias direções e pelas normas que regulam condutas,

hierarquizam desejos e instauram valores de certo e errado, superior e inferior numa escala de sexualidades.

Nesse contexto, o GPH Sorocaba traz possibilidades de resignificação e da diminuição do *sofrimento* evidenciado por pais e mães e pode ser descrito como uma porta entreaberta à tolerância e melhor compreensão acerca das homo/transsexualidades, entretanto, por si só não é capaz de subverter totalmente a heteronormatividade entranhada na cidade e na sociedade, de modo geral. É necessário ampliar os limites impostos, os lugares marcados.

Dessa forma, a pesquisa apresentada, ainda que as análises ofereçam apenas pistas para a compreensão dos processos entre famílias e LGBTs, espera colaborar para uma problematização que ultrapasse as questões relativas ao controle e a normatização. Espera-se romper as fronteiras impostas, ir além da denúncia de que a busca por estratégias que fomentam, de alguma forma, o assentimento às diversidades ainda qualificam a heterossexualidade como a norma determinante dos gêneros e das sexualidades que podem existir ou não.

A posição que se anuncia é a da resistência e da luta no intuito de indicar a urgente necessidade de que se instituem políticas públicas, programas e projetos que, para além da suposta proteção ou tolerância aos LGBTs, incitem o respeito às diferenças e a diversidade, o direito às pessoas de ocupar como, com quem e quando quiserem os diversos espaços sociais, sejam eles públicos ou privados.

Nesse contexto, considera-se absolutamente necessário dar visibilidade e vazão às inúmeras formas possíveis de ser e experimentar a vivência dos gêneros e das sexualidades. Parece também importante ampliar as pesquisas e refletir sobre as possibilidades de intervenção no espaço onde são instituídas as relações entre LGBTs e suas famílias tendo em vista que esse é um cenário privilegiado para a (re)produção ou transformação das relações tanto na esfera doméstica quanto no contexto social mais amplo. Torna-se premente, portanto, afastar as referências impositivas que limitam e ampliar as possibilidades das diferentes expressões de ser e viver o sexo, o afeto, o prazer e o desejo, bem como as múltiplas maneiras existentes de ser homem ou mulher.

REFERÊNCIAS

AGAR, M. **The professional stranger**. 2nd ed. San Diego: Academic Press, 1996.

ÁVILA, S.; GROSSI, M. P. Transexualidade e movimento transgênero na perspectiva da diáspora Queer. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DA HOMOCULTURA, 5., 2010, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: ABEH, 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/59733080/TRAN-SEXUALIDADE-E-MOVIMENTO-TRANSGENERO-NA-PERSPECTIVA-DA-DIASPORA-QUEER-Simone-Avila-e-Miriam-Pillar-Grossi>>. Acesso em: 08 set. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, S. **Na força da idade**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, maio/ago. 2011.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BORGES, R. C. **Pais e mães heterossexuais**: relatos acerca da homossexualidade de filhos e filhas. 2009. 242 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

BORRILLO, D. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL . Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. In: CONFERÊNCIA DE GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2008, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, 2008.

BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=9747331&pid=S0104-8023200700010000400001&lng=en>. Acesso em: 12.05.2014

BUTLER, J. Cambio del sujeto: la política de la resignificación radical de Judith Butler. In: CASALE, R.; CHIACHIO, C. (Org.). **Máscaras del deseo**: una lectura del deseo en Judith Butler. Buenos Aires: Catálogos, 2009. p. 65-111.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHAVES, M. Sorocaba terá espaço para pais de pessoas homossexuais. **Jornal Ipanema**, Sorocaba, 15 mar. 2013. Disponível em:
<<http://www.jornalipanema.com.br/noticias/sorocaba/34673-sorocaba-tera-espaco-para-pais-de-pessoas-homossexuais>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

CONCEIÇÃO, A. P. da. **Performatividade**: as marcas da educação na alma de corpos estranhos. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.

CORNEJO, G. Contra la familia: ¿cómo hacer justicia a los niños afeminados? **Nómadas**, Bogotá, n. 35, p. 139-154, 2011. Disponível em:
<<http://www.scielo.org.co/pdf/noma/n35/n35a09.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

COSTA, J. F. **A ética e o espelho da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. Convenções de gênero, sexualidade e violência: pesquisa com participantes de eventos do Orgulho LGBT de São Paulo – 2009. **Latitude**, Maceió, v. 7, n. 1, p. 13-32, 2013.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**, Natal, n. 04, p. 131-158, 2009. Disponível em:
<<http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/entre%20compassos%20e%20descompassos.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2015.

FACCHINI, R. Histórico da luta de LGBT no Brasil. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). **Psicologia e diversidade sexual**. São Paulo: CRPSP, 2011. 92 p. (Caderno Temático CRP SP, n. 11). p. 10-19. Disponível em: <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematico_11.pdf>. Acesso em: 05 out. 2015.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 81-123, 2003. Disponível em: <http://www.ael.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/view/File/73/75>. Acesso em: 07 ago. 2015.

FLEURI, R. M. A questão da diferença na educação: para além da diversidade. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 25., 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/ts25.htm>>. Acesso em: 20 out. 2013.

FOSTER, D. W. Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividade en la literatura latinoamericana. **Literatura e autoritarismo**, Santa Maria, n. 22, jan./jun. 2001.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, M. **Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=9747336&pid=S0104-8023200700010000400006&lng=en>. Acesso em: 20 ago. 2015.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, M. Mesa redonda em 20 de maio de 1978. In: MOTTA, M. B. da. (Org.). **Michel Foucault: estratégia, poder-saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Coleção Ditos & Escritos, v. 4). p. 328-344.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996b.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139 – 152, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRY, P. ; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção primeiros passos).

GALLOR, S. M. **Heterosexual parents' gender role attitudes, religious orientation, heterosexist beliefs, support group experiences, and relationship functioning with their lesbian or gay children**. 2006. 187 f. Dissertation (Doctor in Philosophy) - University of Maryland, College Park, 2006.

GARCIA, M. R. V. Movimentos sociais no campo da diversidade sexual e igualdade racial na região de Sorocaba. In: MARTINS, M. F. (Org.). **História dos movimentos sociais da região de Sorocaba: origens, conquistas e desafios**. Holambra, SP: Ed. Setembro, 2012. p. 313-318. Disponível em: <[http://www.ppged.ufscar.br/mce/arquivo/pagina29/hist%C3%B3ria_dos_movimentos_sociais_da_regi%C3%A3o_de_sorocaba_-_marcos_francisco_martins_\(org.\).pdf](http://www.ppged.ufscar.br/mce/arquivo/pagina29/hist%C3%B3ria_dos_movimentos_sociais_da_regi%C3%A3o_de_sorocaba_-_marcos_francisco_martins_(org.).pdf)>. Acesso em: 05 out. 2015.

GARCIA, M. R. V. **Virgindade e iniciação sexual entre as adolescentes brasileiras**. São Paulo: Arte & Ciências, 2004.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC 1963 [2004]. Disponível em: <<https://groups.google.com/forum/#!topic/tousp2009/sEpQVmt9zgo>>. Acesso em: 26 set. 2014.

GRUPO DE PAIS DE HOMOSSEXUAIS. **Projeto Purpurina**. 2006. Disponível em: <<http://www.gph.org.br/purpurina.asp>>. Acesso 15 jun. 2014.

GRUPO DE PAIS DE HOMOSSEXUAIS. **Quem somos**. 2006. Disponível em: <<http://www.gph.org.br/quemsomos.asp>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

HEILBORN, M. L. et al. **O aprendizado da sexualidade**: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond: Fundação Oswaldo Cruz, 2006. 534 p.

HODKINSON, P. 'Insider research' in the study of youth cultures. **Journal of Youth Studies**, Abingdon, v. 8, n. 2, p. 131-149, June 2005. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/264/486>>. Acesso em: 10 maio 2015.

JESUS, J. G. Alegria momentânea: paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p.54-70, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/viewFile/287/267>>. Acesso em: 10 maio 2015.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia**: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/educacaoemhomofobia/TextosSite/Homofobialimitesepossibilidadesdeumconceitoemmeioadisputas.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre homofobia nas escolas. Brasília, DF: Ministério da Educação/Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/UNESCO, 2009. p. 13-51.

KASTRUP, V.; PASSOS, E.; ESCÓSSIA, L. da (Org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2012.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782002000100003&script=sci_abstract&lng=pt> . Acesso em: 12 maio 2015.

LARROSA, J.; KOHAN, W. Apresentação da Coleção. In: RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**: cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 1-38.

LEITE, K. C.; GARCIA, M. R. V.; MENDONÇA, V. M. **Homofobia e educação: análise do perfil dos participantes da 6ª Parada do Orgulho LGBT de Sorocaba-SP.** [s.l.]: [s.n.], [2015?]. (no prelo).

LOECK, J. F. **Adicção e ajuda mútua: estudo antropológico de grupos de narcóticos anônimos na cidade de Porto Alegre.** 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LOURO, G. L. Conhecer, pesquisar escrever. **Educação, Sociedade e Cultura**, Porto, n. 25, p. 235-245, 2007. Disponível em: <<http://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/Arquivo.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008b.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: desafios da contemporaneidade. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 7., 2008, Itajaí. **Anais...** Itajaí, 2008a. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2008/Educacao_e_genero/Mesa_Tematica/04_43_10_Eixo20_mt_guacira.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2015.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação.** Uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2014.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogia da sexualidade.** 2. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2000.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MADLENER, F.; DINIS, N. F. A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, Niterói, v. 19, n. 1, p. 49-60, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-80232007000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 11 maio 2015.

MATIAS, D. **Psicologia e orientação sexual: Realidades em transformação. Análise Psicológica**, Lisboa, v. 1, n. 25, p. 149-152, 2007. Disponível em: <<http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/436>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

MELLO, L.; AVELAR, R. B.; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, maio/ago. 2012a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a05v27n2.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 39, p. 403-429, 2012b.

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos e a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 413 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MODESTO, E. **Homossexualidade, preconceito e intolerância: análise semiótica de depoimentos**. 2010. 288 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MODESTO, E. **Palestra inaugural do Grupo de Pais de Homossexuais [GPH] Sorocaba**. Sorocaba: [s.n.]: 2013. (Promovida pela SEDES).

MONTEIRO, F. J. Ajuda-mútua e reabilitação. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 3, n. 15, p. 449-452, 1997. Disponível em: <<http://www2.unifesp.br/grupos/fibromialgia/ajuda.mutua.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.

MOTT, L. A homossexualidade em Sorocaba (1729-2004). In: ENCICLOPÉDIA Sorocabana. Sorocaba, [200?]. Disponível em: <<http://www.sorocaba.com.br/enciclopediasorocabana/index.php/files/?local=titulos&tipo=verbetes&ler=1093226628>>. Acesso em: 09 jun. 2009.

NARVAZ, M. G. Grupos multifamiliares: história e conceitos. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 3, n. 1, p. 1-9, jan./jun. 2010.

OLIVEIRA, L. O "preço da liberdade"? Homossexualidade masculina, deslocamentos e família. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais...** Águas de Lindóia, 2013. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8653&Itemid=459>. Acesso em: 12 maio 2015.

PINAFI, T. et al. Tecnologias de gênero e a lógica do aprisionamento. **Bagoas**, Natal, n. 6, p. 267-282, 2011.

PORCHAT, P. A noção de gênero como operadora conceitual na clínica psicológica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2011. p. 41-48.

ROEHE, M. V. O que são grupos de auto-ajuda. **Revista de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v. 6, n. 6, 2005.

ROLNIK, S. Pensamento, corpo e devir. **Caderno de Subjetividade**, São Paulo, v. 1 n. 2, p. 241-251, set./fev. 1993.

RUBIN, G. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de La sexualidad. In: VANCE, Carole (Comp.). **Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina**. Madrid: Talasa, 1989. p. 113-190. Disponível em: <<http://www.museo-etnografico.com/pdf/puntodefuga/150121gaylerubin.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

SANTOS, B. S. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SARTI, C. A. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 11-28, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/42289/45962>>. Acesso em: 12 maio 2015.

SCARDUA, A.; SOUZA FILHO, E. A. O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 482-490, 2006.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. [Tradução: FERNANDES, F. B. M.]. **Bagoas**, Natal, n. 05, p. 67-78, 2010. [Tradução da introdução do livro: SCHULMAN, S. Ties that bind: familial homofobia and its consequences. New York: The New Press, 2009.].

SCHULMAN, S. Homofobia e família: entrevista com Sarah Schulman. [Entrevista realizada em 17 de setembro 2013]. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 360 – 371, jul./dez. 2013. [Entrevistadores: Fernando Coelho, Gláucia de Oliveira Assis]. Disponível em: <www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/download/>. Acesso em: 12 maio 2015.

SCOTT, J. Experiência. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. de S.; RAMOS, T. R. O. (Org.). **Falas de gênero**. Santa Catarina: Mulheres, 1999. p. 1-23. Disponível em: <http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scott-Experiencia.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2013.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

SEFFNER, F. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 561-588, 2011.

SIQUEIRA, R.; CARDOSO, H. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte americana. **Imagonautas**, Ourense, v. 2, n. 1, 2011. Disponível em: <http://imagonautas.gceis.net/sites/imagonautas.gceis.net/files/images/6._de_siqueira_y_cardoso.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SOLIVA, T. B.; SILVA JUNIOR, J. B. Entre revelar e esconder: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 124-148, ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sess/n17/1984-6487-sess-17-0124.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2015.

SOUSA FILHO, A. Educação sem preconceito: a família e a homossexualidade. **Boca da Noite**, Natal, v. 3, p. 4, 30 dez. 2001. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20EM%20JORNAL%20E%20REVISTAS/ARTJORNAL_PDF/EDUCACAO%20SEM%20PRECONCEITO.pdf>. Acesso em: 19 out. 2013.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SOUZA, S. Sorocaba é a quarta cidade do estado em casamentos gays, aponta o IBGE. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, Caderno A, p. 40, 05 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.cruzeirodosul.inf.br/materia/588307/sorocaba-e-a-quarta-cidade-do-estado-em-casamentos-gays-aponta-o-ibge>>. Acesso em: 12 maio 2015.

SUESS, A. Análisis del panorama discursivo alrededor de la despatologización trans: procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales. In: MISSÉ, M.; COLL-PLANAS, G. (Org.). **El género desordenado: críticas en torno a la patologización de la transexualidad**. Barcelona; Madrid: EGALES, 2010. p. 29-54.

SULLIVAN, A. **Praticamente normal**: uma discussão sobre o homossexualismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TEIXEIRA FILHO, F. S. Apontamentos para uma psicologia contra-homofóbica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

TREVISAN, J. S. A exceção à estratégia elitista são as Paradas GLBT. Entrevista com João Silvério Trevisan. São Leopoldo: **Instituto Humanitas Unisinos, 01 jul. 2008. Disponível em**: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/14954-a-excecao-a-estrategia-elitista-sao-as-paradas-glb-entrevista-especial-com-joao-silverio-trevisan>>. Acesso em: 27 ago. 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

WOLCOTT, H. **Transforming qualitative data**: description analysis and interpretation. London: Sage, 1994.

ANEXOS

Anexo 1

Entrevista realizada com a assessora técnica da SEDES em 22 de abril de 2015

1. “A Coordenadoria da Juventude de Sorocaba percebeu a necessidade de começar essa estratégia por auxiliar no fortalecimento dos vínculos familiares, muitas vezes cortados pelo preconceito dentro dos lares onde existe um filho homossexual ou transexual. Foi então que nasceu em abril de 2013, numa iniciativa até então inédita de um poder público municipal brasileiro, o Grupo de Apoio a Pais de Homossexuais e Transexuais e Jovens LGBT de Sorocaba” (informações públicas). De que forma se deu essa percepção?

2. A vice-prefeita, Edith Di Giorgi, revela que a ideia é inovadora dentro de um poder público municipal. De onde surge essa ideia?

3. A “atuação” da população LGBT no município interferiu nessa decisão?

4. Quais foram as primeiras articulações, os contatos para a implementação de uma política pública voltada ao público LGBT?

5. Como surgiu o nome da Dr^a Edith Modesto e porque a prefeitura decidiu articular-se com esta ONG?

Na época de campanha política aparecem muito as demandas e as falhas do que falta ainda nos governos. Na época da campanha, antes desse último governo, eu e a Dr^a Edith (vice-prefeita) fomos procuradas por grupos da organização LGBT. Inclusive o organizador da Parada e mais alguns meninos, alunos da UFSCar, que faziam parte de um grupo de estudos. Eles foram até o escritório, na época, com essa demanda. Eu acho que eles estavam tentando fazer essa conversa com todos os candidatos, como foram feitas conversas sobre cultura, pessoal da cidade, teatro para ver o que havia nesse sentido nos planos de governo desses candidatos. E quando a gente conversou com eles, foi falado sobre o déficit que existia sobre políticas públicas LGBT. Lógico que não é um déficit de Sorocaba, não era uma coisa que Sorocaba estava atrasada. Porque na verdade, no Brasil inteiro ainda são pouquíssimas as políticas públicas para LGBT. Mas era um passo

que a gente precisava ter, principalmente pensando na demanda de jovens que é o que a gente cuida aqui agora na coordenadoria. Depois que a gente teve essa conversa, isso foi durante a campanha, foi falado do tema e foi pensado que precisava pensar em alguma coisa relacionada a esse assunto. A gente também entende, assim: que isso, politicamente, às vezes, é complicado, porque se existe uma bancada evangélica e tudo mais... Então na época da campanha, antes do prefeito ser eleito foi conversado e a Edith ficou com isso na cabeça que se ela ganhasse teria que mexer com esse tema. Era uma falha, quando ele foi eleito, e ela ficou como secretária da SEDES, além de vice-prefeita, a gente começou a trabalhar. Isso foi antes de formar a coordenadoria, foi quando ainda existia a Secretaria de Juventude, antes da reforma de governo. Logo nos primeiros meses desse governo, conversei com um funcionário daqui que é gay e ele indicou o pessoal da UFSCar e eu falei: “Quer saber? Vou ver, vou ligar na UFSCar e marcar uma conversa com eles pra ver como a gente começaria com tudo isso”. Porque tem que ter um início. Como não existe nada, porque a parada gay não é política pública, é um evento, um movimento pra dar foco, visibilidade pra luta e tudo mais, até a gente se preocupa com isso porque às vezes começa ir mais pra parte só festiva e a parte política, militante é pouco, mas, o que tinha aqui era isso.

E a gente tinha sido também procurada por alguns grupos de meninos gays que queriam fazer um evento que chama Caravana da Diversidade e eu falei: “Qual é o problema?” e eles disseram: “Não porque a gente não sente, a gente sente que não tem um lugar na cidade.” Era essa a reclamação, e todos os lugares eles achavam que eram olhados de maneira torta e tal e que eles não tinham um lugar. Na época a gente até ajudou a fazer esse evento da caravana antes da formação do GPH.

Eu fui falar, pessoalmente, com o pessoal da faculdade e soube que tinham feito uma pesquisa no ano anterior, na parada, que não estava tabulada ainda essa pesquisa, mas, que os resultados dessa pesquisa demonstravam que os jovens sofriam, sim, muito preconceito e que eles sofriam preconceito inclusive dentro de casa.

A partir daí nasceu aquilo que a gente sempre fala, o jovem que é negro sofre preconceito fora de casa, chega em casa tem a mãe, o colinho quente para chorar, foi maltratado, sofreu preconceito fora de casa; o jovem LGBT, sofre

preconceito fora de casa, chega em casa e não pode contar pra mãe, não pode contar pro pai, vai chorar sozinho.

Na maioria das vezes não tem nem um apoio, fora os que sofrem ainda preconceito dos próprios pais e mães que a gente sabe que infelizmente ainda tem.

Aí a gente começou a conversar e chegou à conclusão que a primeira coisa era o alicerce, o relacionamento que esses jovens têm com pai e com mãe, com família, que o primeiro passo para uma política aqui em Sorocaba era um trabalho que fosse feito dos jovens junto as suas famílias, para tentar diminuir um pouco essa dificuldade e esse preconceito que sofrem junto com as famílias.

Lógico que a gente pode até, assim... Tem casos radicais que os jovens sofrem preconceito dentro de casa, brigam, mãe e pai expulsam e vai virar michê, vai se prostituir, tem o jovem que sofre tanto preconceito dentro de casa que vai procurar o caminho das drogas, existem casos assim, não é geral, mas são extremos e a gente pensou muito nisso.

O GPH seria, na verdade, o primeiro passo de uma política pública pra prevenir todos esses reveses, todos esses fatores, o uso de droga, tudo mais...

E a gente conversando soube da ONG da Edith, eu liguei, conversei, ela explicou o trabalho dela, mas que era feito em forma de ONG , que não era... Eles até utilizam o espaço do governo, ali perto da Praça da República mas não é a prefeitura que banca em nada o projeto dela, ela só utiliza aquele espaço, que é cedido. Ela explicou que tinha um grupo de pais e que ela tinha um grupo de jovens, que era o Purpurina e ela falou que, inclusive, com esse grupo de pais, o trabalho era muito difícil porque mesmo ela com anos de trabalho é um grupo super pequeno de pais e é realmente o que a gente vê aqui em Sorocaba também, que é muito difícil.

Daí ela veio primeiramente e eu falei: “Edith acho que o primeiro passo pra gente fazer e falar dessa idéia com a população é promover uma palestra pública, que qualquer pessoa possa se inscrever”. A gente fez a palestra aqui (na SEDES) e a gente até se arrependeu de fazer aqui porque veio tanta gente e tantas outras pessoas queriam vir e já tinha acabado a inscrição. Foram mais de 200 pessoas, lotou. Veio pai, foi super emocionante aquele dia pra mim, veio pai, veio professor, veio pedagogo, veio psicólogo e alguns pais falaram pra duzentas pessoas, assim, eu nem esperava, casais...

Naquele dia a gente falou do tema e anunciou que começaria o trabalho do GPH. Primeiro a gente começou usar a nomenclatura Escola de Pais, muita gente achou estranho essa... Daí a gente achou que era mais adequado o grupo: Grupo de apoio a pais de homossexuais e transexuais e jovens LGBT. Porque abrange tudo. GPH Sorocaba, porque dessa forma a gente está tratando, cuidando, apoiando os pais de gays, lésbicas e transexuais e apoiando os jovens LGBTs, todos também.

O nome oficial aqui em Sorocaba não é mais escola. Porque quando você fala de escola muita gente pensa: - Como assim então vocês vão ensinar? Vai ensinar alguma coisa? Vão fazer um gueto? Vocês estão dando o assunto como se fosse uma doença? Muitas pessoas perguntaram e aí, assim, era escola porque era no formato de escola de pais, aquela escola de pais antiga, que é um lugar de apoio mútuo e de diálogo e é isso, mas, a gente achou que essa nomenclatura era mais adequada.

Naquele ano, em abril de 2013, a gente fez a primeira reunião. No primeiro ano do projeto a gente contratou a Dr^a Edith Modesto e ela vinha todos os meses e fazia a reunião com os pais primeiro e depois fazia a reunião com os jovens. Depois ela mesma, também por conta da idade dela, ela tem mais de 80 anos já, ela mesma falou: “agora eu vou capacitar uma mãe e vocês levam em frente o grupo”.

Pesquisadora: Ela te apresentou como assessora técnica, coordenadora do projeto...

Isso. E ela queria que eu levasse o grupo de jovens, mas ela queria que tivesse um pai ou uma mãe que acompanhasse, mas infelizmente o pai que foi falado, ele meio que começou a faltar, não persistiu e, os jovens, eles não admitem isso.

Pesquisadora: Um pai pra acompanhar os jovens?

É, os jovens, eles não admitem serem deixados de lado, que alguém falte, tem que ser uma coisa constante, senão eles perdem a confiança, não sei, foi mais ou menos isso que aconteceu. E para acompanhar os pais ficou um casal. Nossa, assim, é uma doação deles, sabe? Fazer esse grupo mas eles só, o grupo dos pais, ele só pode funcionar com pais, não adianta eu me capacitar, fazer o melhor possível e eu não ser um pai de LGBT porque os pais só compartilham, e só

realmente acreditam e confiam em alguém que já passou ou está passando pela mesma situação que eles que é o caso da Dr^a Edith. A Dr^a Edith negou o filho dela por cinco anos. Foi assim que começou o GPH.

Pesquisadora: Você comentou sobre a reivindicação de um espaço para a população LGBT, que espaço era esse?

Os jovens? Primeiro que eles sentiram que se eles tiverem organização eles têm abertura pra fazer eventos e usar os espaços da maneira que eles quiserem e eu acho que eles mudaram, pelo menos esses jovens que já estão no projeto a bastante tempo. Eles entenderam que eles não precisam ser ou formar um gueto, ter um lugar só pra eles, eu acho que eles mesmos foram entendendo que eles têm que participar de tudo, da sociedade como um todo e que as pessoas têm que enxergá-los como jovens, eles estão entendendo que eles pertencem à sociedade como um todo e que eles não precisam de um parque que só tenha jovens LGBT.

Pesquisadora: Essa era a proposta inicial dos jovens LGBT?

Eles queriam um lugar LGBT, eles entenderam que quando eles quiserem fazer um evento, eles podem, desde que haja organização. Eles tiveram espaço no Primeiro Ocupação Jovem e eles viram que as pessoas adoraram as apresentações. Teve concurso de Drag Queen, antes do show da banda da cidade, que era o ultimo show e eles viram que todo mundo adorou, que todo mundo bateu palma e então eles se sentiram dentro da programação. A Ocupação Jovem não era um evento LGBT, era um evento para jovens e eles são jovens.

A gente conversa muito sobre essa coisa comportamental deles pra eles entenderem que têm coisas que dependem... Lógico que a gente também reconhece que existe sim um preconceito, infelizmente, mas a gente procura trabalhar com eles como eles devem se portar no momento em que eles sofrerem um preconceito, que tem coisas que sejam eles gays ou heterossexuais, vão passar do mesmo jeito, pra que não exista essa coisa de gueto.

A reunião dos jovens não é só para jovens LGBT, ela é uma reunião aberta. Extrapola. Não é uma coisa fechada, um gueto, um lugar para homossexuais. Para os pais é específico, por respeito, pelos próprios pais terem muita dificuldade de falar sobre isso em público, é uma coisa complicada, às vezes, eles têm vergonha de vir até aqui. Imagina se qualquer pessoa puder entrar, já

aconteceu por duas vezes na reunião dos pais de virem pessoas falando que eram pais de LGBT e não serem. Pessoas da igreja evangélica e uma vez um escritor, eles mentiram e eles foram desmascarados dentro da reunião.

Os dois falaram que eram pais pra mim, porque a gente não cobra nada, nome, nada, a pessoa não quer se identificar, ela quer participar da reunião.

Um era evangélico não sei de qual integração, mas ele veio meio com o intuito de criticar o trabalho, depois ele acabou, e na hora que ele viu como era acabou ficando na dele e saiu e depois nunca mais voltou e o outro era um escritor que estava ali meio fazendo pesquisa e não pode. Se você precisar, for falar com a Dr^a Edith Modesto, pode até perguntar sobre esses dois episódios que era ela que estava lá dirigindo a reunião dos pais.

Quando começou o projeto houve um comentário na câmara dos vereadores. Um questionamento: o que é isso? Que é que esta acontecendo lá? Que coisa é essa de escola de pai gay? Quando eles ficaram sabendo, receberam as informações adequadas entenderam o que era e não houve mais nenhum tipo de crítica.

A mídia também apoio muito, o Jornal Hoje queria ter feito uma matéria, mas pela dificuldade de filmagem dentro da reunião dos pais não foi possível, porque nenhum pai queria ser fotografado ou filmado e fica difícil fazer uma matéria. Eles queriam fazer com os pais, a gente perdeu de fazer essa matéria, mas, não dá pra forçar uma situação como essa, que seria desrespeitosa com o próprio projeto, com o principio do próprio projeto.

Esse trabalho que a Edith Modesto faz (até me arrepia) não existe no país e ousou dizer que se existe no mundo... é muito, tanto que se você procura não tem quase nada nesse...no Brasil...Sorocaba, pelo governo ter, é um ato de coragem do governo, você falar, vou fazer isso...porque como eu disse, a Câmara não teve tanta barreira mas poderia, os vereadores, principalmente agora com pastores e padres, terem feito um fuá, a bancada evangélica. A gente conseguiu contornar até muito bem isso, mas assim, a igreja evangélica, poderia ter vindo aqui falando, mas não, a vice e o prefeito abraçaram, falando, vamos fazer e fizeram.

Foi um... Eu acho assim, demagogo falar que foi um ato corajoso, foi um ato humano, entendeu? Qualquer ser humano, qualquer político que seja humanista faria isso porque é o jovem que esta mais vulnerável, sabe? Se não é

aquele jovem super na linha da pobreza, esse aqui tem muito pelo que tomar um caminho errado e o pior é que os dados de polícia, crime, suicídio não são divulgados, a gente fica sabendo de escutar. No começo do GPH eu soube de um caso de duas meninas que se enforcaram. Suicídio não vira notícia... Eu tenho um *feeling*, eu acredito que muitos casos de depressão desses jovens, suicídio, têm, muitas vezes, tem a ver com a orientação sexual.

Na verdade esse projeto... ele é um projeto, não é já para resolver o problema, ele é antes do problema, é de tentar precaver o problema, lógico que chega aqui aqueles meninos que já estão naquela situação, que já brigaram com os pais e tudo mais mas o que a gente tenta fazer aqui é precaver essa situação... não é um trabalho fácil, não é um trabalho rápido, é um trabalho de formiguinha, super difícil mas que a gente acredita que tem que persistir.

A Dr^a Edith, ela foi contratada por ineligibilidade porque ela é unanimidade, não teria outra pessoa com essa experiência pra contratar aqui no Brasil, ela não é uma sexóloga... é muito mais forte do que isso, é uma mãe... ela poderia estabelecer esse grupo de pais, ela tinha como transferir a tecnologia de comunicação pra realizar esse projeto. Na verdade, o GPH, o que ele é, é transferência de informação, um pai conversar com o outro e ser esclarecido na cabeça dos pais que não é um bicho de sete cabeças, não é nada de anormal, é um projeto muito fácil de ser implementado se houver boa vontade e persistência porque... a gente acha que se existir informação, se falar sobre o assunto, já é meio caminho andado, o preconceito só existe onde tudo é velado, é calado, é escondido... é falta do esclarecimento do pai, os pais tem mil idéias, os pais, as vezes, acham que porque o filho é gay, vai virar Drag Queen, não que isso não possa acontecer mas...a ignorância e o susto é a falta de informação, e é lógico que vem acompanhado pelo luto.

É um trabalho complicado você não pode passar a mão na cabeça do pai porque tem que melhorar a relação, mas também não pode detonar o pai porque morreu o filho dele que ele imaginava que existia e o filho tem que ter paciência, mas também não pode se submeter e ficar infeliz. Tem que trabalhar com muito cuidado e sensibilidade...

Não daria pra fazer esse projeto se a gente não tivesse passado esse um ano com a Dr^a Edith, não teria essa sensibilidade pra entender alguns pontos se

eu não tivesse ficado esse um ano vendo, entendendo, depois a gente fez o curso lá na USP com ela, tudo pra tentar se apropriar um pouco mais, porque, é um assunto muito delicado, não tem nem muita literatura sobre o assunto, não tem muitos projetos a serem copiados...a gente participou de congressos LGBT e não tem nada que pareça com o GPH.

Nos últimos cinco anos as coisas vêm acontecendo em termos de política pública... a nova lei do uso dos banheiros... e todas essas temáticas são abordadas com os grupos.

Pesquisadora: Mudança oficial do nome:

Eu acho que... Foi escola até meados de agosto de 2013 e a gente começou ver que... e a Dr^a Edith mesmo sugeriu... que a gente mudasse... ficou mais claro... e depois eu fui vendo a necessidade de colocar que o grupo era pra trans também porque quando se começa não sabe se... acha que trans e gay é tudo a mesma coisa e não é, não tem nada a ver... e eu vi a necessidade de citar o trans na nomenclatura.

Você não tem noção a minha vontade que eu tenho de entrar nessa reunião de pais...e eu nunca pude entrar em nenhuma.

Pesquisadora: Se eu não fosse mãe, poderia participar só como pesquisadora?

Não, a Dr^a Edith não deixava de jeito nenhum... Para a Dr^a Edith é só pai e mãe que pode participar das reuniões. Todos os trabalhos universitários e acadêmicos foram feitos, foram feitos com os jovens e informações repassadas por mim.

Encerramos com os agradecimentos e com a assessora técnica da SEDES colocando-se a disposição para maiores esclarecimentos.

Anexo 2

Folder do GPH Sorocaba

GPH SOROCABA

O AMOR VENCE

**GRUPO DE APOIO
A PAIS DE
HOMOSSEXUAIS
E TRANSEXUAIS
E JOVENS LGBT**

Durante os encontros os participantes podem trocar informações e experiências, conversar sobre os mitos e as verdades relativas à homossexualidade e falar sobre a relação familiar, além de compartilhar as angústias e receios.

REUNIÕES TODA TERCEIRA TERÇA-FEIRA DE CADA MÊS
Local: Rua Santa Cruz, 116 - Centro - Horário: 19h30

Informações: (15) 3219.1920 tlgallep@sorocaba.sp.gov.br



Secretaria de
Desenvolvimento Social

Coordenadoria
da Juventude



**Prefeitura de
SOROCABA**